



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE NACIONAL E BINACIONAL NA LUTA ARMADA
PARA LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1959 - 1974)**

BASUALDO IRENEU DOS REIS GOMES

Foz do Iguaçu

2023

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**O PAPEL DA UNIDADE NACIONAL E BINACIONAL NA LUTA ARMADA PARA
LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1959 - 1974)**

BASUALDO IRENEU DOS REIS GOMES

Proposta de Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Orientador: Prof. Dr. Jean Bosco Kakozi
Kashindi

Foz do Iguaçu

2023

BASUALDO IRENEU DOS REIS GOMES

**O PAPEL DA UNIDADE NACIONAL E BINACIONAL NA LUTA ARMADA PARA
LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1959 - 1974)**

Proposta de Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)

UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)

(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)

(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

G633

Gomes, Basualdo Ireneu Dos Reis.

A importância da Unidade Nacional e Binacional na luta armada para libertação da Guiné-Bissau (1959 - 1974) / Basualdo Ireneu Dos Reis Gomes. - Foz do Iguaçu, 2023.

92 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Jean Bosco Kakozi Kashindi.

1. Luta armada. 2. Guerrilheiros. 3. Unidade nacional. 4. Unidade Binacional. 5. FARP. I. Kashindi, Jean Bosco Kakozi. II. Título.

CDU 323.1:356.15(665.7)

Dedico este trabalho a todos os que sempre me ampararam na minha caminhada acadêmica e em especial à minha avó Antónia Gomes e mãe Maria Esperança Francisco dos Reis e ao meu filho Nadim Kelvin.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus e aos meus Ancestrais por ter me dado fôlego de vida e força para superar todas as dificuldades. Aproveito essa ocasião para agradecer a minha Mãe (Tchantcha), que é também o meu pai ao mesmo tempo, a quem me apoiou durante toda essa caminhada e toda minha vida, ao meu professor orientador Dr. Jean Bosco Kakozi Kashindi, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, aos colegas de curso pela troca durante as aulas e aos professores que dedicaram todos os seus saberes para nos formarem, meu muito obrigado!

Aos meus amigos de KAMKOLÉ, um muito obrigado pelo apoio moral e material que tem me dado desde início. Aos meus familiares e amigos Samora, Moniz, Ivo, Lucadio, Givanildo, Elijangela, Irineulda, Abel, Rosalino, Nadim Nosoline, Daniela, Sara, Besna, Mamadu, Sabino, Carmolino, Dino, Juvanilson, Lilian, Pipipi, Arsênio, Floriano, Baba, Jeilson, Banhal, Djane, pelo apoio e suporte que me deram durante todo esse percurso, só tenho que agradecer, pois sem vocês essa caminhada não seria possível.

Os meus agradecimentos de forma muito especial vão para Samora Caetano, Cálida Eneaide, Neusa Abi e Magnusson da Costa por terem prontificado para me ajudar com Materiais (computador e livros) que foram indispensáveis para esta pesquisa.

Para banca examinadora da qualificação na pessoa de Dr.^a Artemisa Odila Candé Monteiro e Dr. Evander Ruthieri Saturno, da Silva agradeço pela paciência e pelas sábias correções, que fizeram para o amadurecimento desta pesquisa.

De forma muito abrangente estendo os meus votos de agradecimento para todos aqueles que de forma direta ou indireta apoiaram o meu percurso acadêmico, desde primária até mestrado, um muito obrigado por tudo.

Os nossos pais amam-nos porque somos seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos de sucesso, isso pode parecer irrelevante, mas nas ocasiões de fracasso, oferecem um consolo e uma segurança que não se encontram em qualquer outro lugar. (Bertrand Russell).

RESUMO

Partindo do pressuposto que a via armada foi necessária para conquista da independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde, o presente trabalho procura contextualizar o processo de luta de libertação na Guiné dita Portuguesa, de 1959 a 1974, traçando um breve histórico de todo o percurso dos nacionalistas que em forma de guerrilha se empenharam para a descolonização do território da Guiné. Este estudo pretende refletir sobre o papel dos nacionalistas Bissau-guineenses e cabo-verdianos na vertente política, diplomática e militar durante onze anos de luta armada protagonizada por Amílcar Lopes Cabral e os seus camaradas. Importantes acontecimentos marcaram as etapas de desenrolar dessa luta, assentes na unidade nacional (Comunhão entre distintos grupos étnicos Bissau-guineenses) e unidade binacional (união entre Guiné e Cabo Verde), tendo como o processo inicial de mobilização dos jovens, velhos e camponeses, e os cabo-verdianos residentes na Guiné para aderência ao movimento de libertação nacional. Abordamos a criação da Força Armada Revolucionária do Povo (FARP) que revolucionou a forma de organização militar do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC). Esse partido, mais tarde, veio a proclamar unilateralmente a independência, derrotando assim os inimigos colonialistas portugueses em diferentes vertentes da luta armada. No tocante à metodologia, a pesquisa será realizada com cunho bibliográfico e documental com abordagem de caráter qualitativo e realização de entrevistas de campo.

Palavras-chave: Luta armada. Guerrilheiros. Unidade nacional. Unidade binacional. FARP.

ABSTRACT

Assuming that armed struggle was necessary for the independence of Guinea-Bissau and Cape Verde, this study aims to contextualize the process of liberation struggle in Guinea, known as Portuguese Guinea, from 1959 to 1974. It provides a brief historical overview of the nationalists' journey, who engaged in guerrilla warfare to decolonize Guinea. The study reflects on the role of Guinean and Cape Verdean nationalists in the political, diplomatic, and military aspects during eleven years of armed struggle led by Amílcar Lopes Cabral and his comrades. Significant events marked the stages of this struggle, based on national unity (unity among different ethnic groups in Guinea-Bissau) and binational unity (union between Guinea and Cape Verde). The initial mobilization process involved the participation of young and old individuals, peasants, and Cape Verdeans residing in Guinea, who joined the national liberation movement. The study also addresses the creation of the Revolutionary Armed Forces of the People (FARP), which revolutionized the military organization of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC). Later on, this party unilaterally proclaimed independence, thus defeating the Portuguese colonial enemies in different aspects of the armed struggle. Regarding methodology, the research will be conducted through bibliographic and documentary sources, using a qualitative approach that includes field interviews.

Keywords: Armed struggle. Guerrillas. National unity. Binational unity. FARP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACANAC - Acampamento Nacional

ANP - Assembleia Nacional Popular

BHU – Bacharelado em Humanidades

CEA – Centro dos Estudos Africano

CLSTP – Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesa

CSL - Conselho Superior de Luta

FAL - Forças Armada Local

FARP - Forças Armadas Revolucionária do Povo

FLING – Frente de Libertação Nacional da Guiné

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MAC – Movimento Anti-Colonial

MDCP – Movimento Democrático da Colônia Portuguesa

MING – Movimento para Independência Nacional da Guiné

MLG – Movimento da Libertação da Guiné

MLG - Movimento de Libertação da Guiné

MLGCV – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo-Verde

MLNCP – Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa

MLTDP – Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa

MPLA – Movimento Popular para Libertação da Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da União Africana

PAI - Partido Africano para a Independência

PAIGC - Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde

PDG – Partido Democratique da Guinea

PIDE – Polícia Internacional da Defesa do Estado

PSP – Polícia de Segurança Pública

RDA – Rassemblement Démocratique Africain

RDAG – Reunião Democrática Africana da Guiné

RGHP – Recenseamento Geral de Habitação e População

UDEMOM – União Democrática nacional de Moçambique

UDEMUM – União Democrática das Mulheres

UNGP – União dos Naturais da Guiné Portuguesa

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UPG – União dos Povos da Guiné

UPLG – União da População Libertada da Guiné

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1.	13	
2.	18	
2.1	A Sociedade Guineense e o florescer do nacionalismo na década de 1950	20
2.2	A criação do P.A.I/ P.A.I.G.C	27
2.3	Os Contornos da Unidade Nacional e Binacional PAI/PAIGC & MLG	30
2.4	Os Processos da Mobilização e Formação de Primeiros Guerrilheiros em Nanquim/China para Luta Armada na Guiné Portuguesa	32
2.5	Papel das Mulheres nas Guerrilhas e a Criação da UDEMU em 1961	36
3.	39	
3.1	Movimento Anticolonialista MAC	40
3.2	A Base revolucionária do PAIGC em Conacri	47
3.3	As Vantagens do Pan-africanismo para o PAIGC	55
4.	57	
4.1	As Reivindicações dos Marinheiros/Massacre Pindjiguiti de 1959 à Primeiras Ações do PAIGC na Luta Armada	58
4.2	Estratégias de ataques dos Guerrilheiros do PAIGC	64
4.3	Ilha do Komo: Primeira parcela do Território Libertado Pelos Guerrilheiros	65
4.4	Reunião Magna/Congresso de Cassaca e a criação do FARP	66
4.5	O assassinato de Amílcar Cabral em Guiné Conacri	74
4.6	Reuniões do conselho superior de guerra e II congresso do partido em Boé	80
4.7	A proclamação da independência unilateral em Boé 1973	83
	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	89
	Sites acessados	92

1. INTRODUÇÃO

O território da atual Guiné-Bissau¹ foi invadido em 1446 pelo império colonial português através do navegador e explorador Nuno Tristão, situado na costa da África, faz fronteira ao norte com a República do Senegal; e a leste e ao sul com a República da Guiné Conacri, tendo pelo Oeste o Oceano Atlântico. A sua superfície total é de 36.125km². Segundo o último Recenseamento Geral de Habitação e População (RGHP), censo realizado em 2009, o país conta com um número de população de aproximadamente, 1.610.746 habitantes. O país, no entanto, é constituído pela zona insular formada por mais de 80 ilhas (arquipélago dos Bijagós) formando uma das oito regiões administrativas que a Guiné tem e sector autónomo onde se situa a capital do país, Bissau.

O processo da luta de libertação na Guiné-Bissau reforça o sentido da revolta e da resistência na qual os distintos grupos étnicos Bissau-guineenses haviam lutado para inibir toda forma de opressão exercida pelos invasores portugueses dentro dos seus territórios durante as campanhas de pacificação. Como afirma Candé Monteiro (2013, p.13); “A primeira onda de resistência veio a reforçar a segunda, dando forma à contestação definitiva que serviria não apenas para a liberdade e autonomia, mas também como base para a conquista total da independência”. Portanto, durante os processos de mobilizações para luta armada na Guiné-Bissau os camaradas do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram ajudas de alguns régulos (que seus antecessores tiveram resistências contra os portugueses), a quem os súditos não recusavam ordens, fazendo, assim, com que o PAIGC conseguisse reunir grande massa de pessoas para enfrentar o opressor.

Essa organização, que se caracteriza fundamentalmente pela insuficiência de munições bélicas para fazer ofensiva contra os colonos, mas que, pela capacidade e estratégia local, conhecimento do território, foi possível inverter a situação e conseqüentemente conquistar a almejada independência.

O povo da Guiné é conhecido pelos invasores portugueses como insubmissos, temidos pela sua tradição de resistência contra o sistema colonial implantada nos seus territórios. Desde as primeiras campanhas de pacificação desencadeadas em quase todo território nacional para

¹ Hoje conhecido como Guiné-Bissau, era antes da invasão portuguesa em 1446, o território compreendido como parte do reino do Kaabu, que fazia parte do império do Mali.

controlar os níveis da “obediência” dos nativos, que estes exerceram várias formas de resistência contra o poder colonial até a luta armada protagonizada pelo Amílcar Lopes Cabral².

Assim, sob perspectiva de adentrar nas narrativas sobre esse processo histórico da conquista da independência do país recorro aos incidentes que me levaram a chegar a este tema.

Em 2013, participando no Acampamento Nacional (ACANAC) do Escuteiro em comemoração aos 20 anos de escutismo na Guiné-Bissau, realizado em Quinhamel, região de Biombo, que decorreu de 1 a 7 de abril, comecei a interessar-me por temática da proposta da pesquisa. Como elemento da terceira seção, o grupo no qual faço parte, foi para realizar pesquisa de barracas (bases) de PAIGC na luta de libertação, fiquei logo interessado em aprofundar meu conhecimento sobre como se deu a organização da luta de libertação nacional. A partir daí, percebi que este assunto é relevante não só para minha formação pessoal e intelectual, mas também para toda a comunidade académica, em especial a guineense.

Em 2014, ingressei na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) para cursar Bacharelado em Humanidades (BHU), curso no qual me formei em 2017. Constatando a inexistência da abordagem nas escolas públicas e privadas do país, e apercebendo-se da necessidade da discussão das temáticas que versam sobre as histórias do meu país na academia, sobretudo da luta armada, trabalhei esse assunto no meu trabalho de conclusão de curso sob título “Papel das Guerrilhas na Luta Armada pela Independência da Guiné-Bissau” (vertente militar da luta), que foi muito elogiado e que teve recomendação por parte da banca que sentiu que havia necessidade de extensão do debate na pós-graduação. Assim, atendendo as recomendações e com o objetivo de aprofundar o meu conhecimento sobre temas ligado a descolonização da Guiné-Bissau, de modo a suscitar reflexão sobre a importância que a unidade pode desempenhar no processo de desenvolvimento do país, tal como foi no processo da mobilização para enfrentamento do colono português, elaborei esta proposta de pesquisa do mestrado no contexto da luta de libertação na antiga “Guiné Portuguesa”, atrelado ao tema que foi pesquisado na minha monografia para dar continuidade a outras vertentes da luta; vertente política e diplomática.

A proposta de pesquisa, que se intitula “O PAPEL DA UNIDADE NACIONAL E BINACIONAL NA LUTA ARMADA PARA LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1959 -

² Agrônomo, Pai de nacionalidade guineense e cabo-verdiana, nascido aos 12 dias de setembro de 1924 em Bafatá (Guiné portuguesa, atual Guiné-Bissau) tendo sido assassinado oito (8) meses antes da proclamação da independência em Conacri.

1974)”, tem como objetivo analisar o processo da resistência armada na luta binacional desencadeada nas matas do Sul, Norte e Leste da Guiné-Bissau, protagonizada por líderes dos movimentos nacionalistas na década de 1950, que proporcionou a união entre o Movimento de Libertação da Guiné - MLG e o Partido Africano para Independência – (PAI), dirigido por Rafael Barbosa³ e Amílcar Cabral, respectivamente de 1959 a 1974, criaram condições para as mobilizações clandestinas na cidade de Bissau (denominado na época de zona zero).

Desse modo, a nossa pesquisa problematizou a luta de libertação nacional na vertente Política, Diplomática e Militar; onde traçamos balizas para compreender como surgiram iniciativas para enfrentar o poder colonial por via das armas em meio às dificuldades e carências de todos os níveis. Sob hipótese principal; ‘A unidade nacional e binacional foram a base da organização armada, das mobilizações política e diplomática que foram fatores determinantes no processo da independência da Guiné e Cabo-Verde’.

Por outro lado, também interessa analisar os papéis estratégicos das divisões territoriais nas frentes: Norte, Sul e Leste na resistência contra a ocupação dos colonialistas portugueses.

O recorte temporal de 1959 remonta o acontecimento do Massacre de Pindjiguiti em Bissau numa reivindicação dos marinheiros que reclamavam melhoria da condição de trabalho. Acontecimento este que algumas literaturas Bissau-guineenses consideram como marco impulsionador para luta armada na antiga Guiné portuguesa. Enquanto que o ano de 1973 a 1974 marca o fim de muitos anos de sacrifícios nas matas da Guiné para a libertação total de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Depois de mais de dez (10) anos de luta para emancipação dos povos da Guiné e de Cabo-Verde finalmente o PAIGC proclamou a independência unilateralmente em vilarejo de Boé e o reconhecimento desta independência por parte das autoridades portuguesas só veio um ano depois, após várias ondas de negociações, isto é, porque o Portugal colocava condições ao PAIGC para reconhecer a independência da Guiné-Bissau.

Como se sabe, em 1963 deu-se o desencadeamento da luta armada no vilarejo de Tite, onde os guerrilheiros comandados por Arafam Mané tentaram de “assalto” com intuito de

³ Oficial da construção civil na época colonial, Barbosa ficou conhecido pela sua ação de mobilização na chamada Zona Zero, círculo administrativo estabelecido pelo PAIGC na fase que precedeu o início da luta armada. Foi um dos altos dirigentes de MLG. Rafael Barbosa também foi militante e dirigente do PAIGC, tendo-se notabilizado como mobilizador de vários jovens de Bissau para a causa da luta armada pela independência do então território da Guiné-Portuguesa. Veio a falecer em 2007 vítima de uma doença prolongada em Dacar onde se encontrava a fazer tratamento.

resgatar os seus colegas presos pelo regime colonialista. Tal ação, tomada de forma unilateral, uma vez que o partido não tinha conhecimento dessa atitude protagonizada por estes guerrilheiros acima citado, demonstra a capacidade de organização das guerrilhas perante as ações dos colonialistas portugueses. Portanto, é de suma importância demonstrar o desempenho e a capacidade de organização dos militantes do PAIGC no teatro da guerra com as sucessivas conquistas desde a batalha do Komo em 1964 até a tomada da guarnição de Guiledje em 1973 (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.195).

Destacamos o papel dos guerrilheiros na tomada da ilha de Komo, o que torna a ilha de Komo na primeira parcela de território libertado pelos homens de PAIGC. Desse modo, abordamos a reorganização do partido que se deu porque algumas pessoas fugiam do desígnio do partido, o que aconteceu no mesmo ano da conquista do Komo, o partido entendeu que eram necessárias a organização e a estruturação o seu braço armado na luta, dando assim início a reunião magna conhecida como Congresso de Cassaca e conseqüentemente a criação da Força Armada Revolucionária do Povo - FARP.

Procuramos também compreender como os homens do PAIGC se organizavam estrategicamente para combater os colonialistas portugueses que apresentavam grandes superioridades técnicas em armamentos bélicos perante os guerrilheiros que tinham em sua maioria materiais tradicionais para combate. Ademais, analisamos os ataques desencadeados pelas forças armadas do partido contra as bases portuguesas em todas as frentes da luta da libertação e, por outro lado, destacamos também como foram às reações dos guerrilheiros com a morte de Amílcar Cabral, e como se deram a organização do segundo congresso e todos os processos organizacionais para proclamação da independência unilateral.

Vale ressaltar que não é do meu interesse neste trabalho debruçar sobre processo de mobilização dos caboverdianos em Cabo-verde para aderência na luta de libertação na Guiné ou de como este processo foi encarado pelos cabo-verdianos que na sua maioria eram considerados assimilados, conseqüentemente conformados com administração colonial tanto na Guiné, como em Cabo-verde.

Para sustentabilidade teórica deste trabalho usei os testemunhos de Aristides Pereira (2003), Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), Leopoldo Amado (2008) e Julião Soares Sousa (2007). Como sendo autores que abordaram os processos da luta de libertação na Guiné-Bissau de forma direta e objetiva, tendo lançado suas reflexões abrangendo papéis dos guineenses e dos caboverdianos na luta armada.

Este trabalho está dividido em três (3) capítulos que remontam às três vertentes da luta de libertação desencadeado na então Guiné portuguesa que propostamos trabalhar nesta pesquisa, a saber: vertente política, diplomática e militar.

No primeiro Capítulo, propomos pesquisar os propósitos políticos que nortearam a luta de libertação, no qual debruçamos sobre a criação do Partido Africano para Independência (PAI) que mais tarde passou a ser denominado de Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), depois de efetuarem unidade com Movimento da Libertação da Guiné (MLG) liderado por Rafael Barbosa, com intuito de fazer um único frente; o processo de mobilização da massa popular para aderir a luta de libertação nacional, a criação de estruturas dentro do partido que visava inclusão de todas entidades interessadas na libertação da Guiné como União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-verde (UDEMU) que visava a emancipação das mulheres na vida política e social e a criação de escola piloto para filhos dos combatentes e como também das dinâmicas políticas usadas para isolar colonialistas portuguesas dos seus antigos aliados.

No segundo capítulo, procuraremos destacar a influência diplomática do PAIGC e como isto ajudou o movimento de libertação a ter aceitação dentro e fora da África e como os debates que se fazia na altura sobre a unidade africana foram preponderante para sustentar a unidade binacional da luta, e surgimentos de apoios matérias por parte de países africanos já independentes (Marrocos, Gana, Argélia) para o desencadeamento da ofensiva contra colonialistas portuguesas na matas da Guiné, por outro lado, destacar apoios políticos, diplomáticos e militar vindo dos países comunistas do bloco soviético como também da China e Cuba , e o papel que a República vizinha de Conacri desempenhou para concretização de libertar Guiné-Bissau, como as conferências anticolonialistas serviram de bases para sustentar a luta na Guiné.

No terceiro capítulo, procurarei discutir a vertente militar da luta de libertação (monografia de graduação) desde as primeiras ações estratégicas desencadeadas por guerrilheiros do PAIGC, que protagonizavam sabotagens e assaltos nos caminhos contra colunas de tropas portuguesas e das ações que levou a libertação da ilha de Komo. Interessame, analisar a passagem de guerrilhas para criação de uma Força Armada Revolucionário do Povo - FARP e o papel estratégico de Força Armada Local - FAL responsáveis por cuidar e proteger as zonas libertadas. E abordamos as conquistas militares que consequentemente libertou a Guiné e Cabo-verde dos colonialistas.

Para realização desta pesquisa, utilizamos o método de abordagem qualitativa, no qual o objetivo se encontra na análise e compreensão do estudo, sem, no entanto, quantificá-lo. Segundo Creswell (2010, p.206), “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados”. Para isso, fontes bibliográficas e entrevistas realizadas em Bissau em 2016, deram suporte ao estudo. Assim sendo, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas do procedimento metodológico: na primeira etapa fizemos a pesquisa documental e em seguida analisamos arquivos dos blogs e das entrevistas que realizei em Bissau 2016, como forma de recolher os dados não documentados.

No entanto, durante os momentos da realização das nossas entrevistas no campo com antigos combatentes, por se tratar de uma pesquisa da história oral, a nossa caminhada no campo foi muito difícil, mais difícil ainda ficou a nossa agenda de entrevista quando o entrevistado (a) se trata de um militar em ativo ou um político.

Realizamos entrevista com seguintes personalidades, a saber: Zé Lopes antigo combatente e um dos formadores dos pioneiros do partido; Carmem Pereira antiga combatente e membro de Udemu; Francisca Pereira antiga combatente e membro de Udemu; Manuel dos Santos antigo combatente e presidente honorário do PAIGC; Mamadu Bacari Indjai antigo combatente e militar na reserva e por último Pedro José Mendes antigo combatente e médico.

Outrossim, é de suma importância lembrar que abordar esta temática acarreta muita dificuldade para o pesquisador em meios as diversas dificuldades de encontrar obras acadêmicas que abordam a luta de libertação na Guiné-Bissau de forma direta e objetiva. Sem esquecer que os sujeitos a serem pesquisados são velhos (Idosas e Idosos) e doentes, na sua maioria analfabetos, o que acabou por alterar sistematicamente a forma como tinha preparado as minhas abordagens no campo. Portanto, estas demonstrações das resistências dos movimentos nacionalistas dos anos de 1950 e a criação de uma frente única para libertação da Guiné e Cabo-verde dos invasores portugueses na Guiné, poderão servir de ponte ou caminho para pesquisas futuras nos campos acadêmicos e fora deles.

2. VERTENTE POLÍTICO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

O presente capítulo, procura compreender o surgimento da consciência nacionalista no seio da elite política Bissau-guineense na década de 1950, tendo em vista que em alguns países vizinhos da colônia francesa já se falam em movimentos políticos para libertação colonial.

Assim tentamos afunilar sobre o desenrolar das ações políticas dos guineenses em Guiné portuguesa, consequentemente influenciados pelos movimentos políticos do Senegal, Guiné Conacri e Mali respetivamente, como da criação dos vários movimentos políticos nacionais que almejava independência política e econômica da Guiné-Bissau.

2.1 A Sociedade Guineense e o florescer do nacionalismo na década de 1950

Para falar do despertar da consciência nacionalista na Guiné portuguesa é necessário fazer uma contextualização de como era constituída a sociedade Bissau-guineense da antiga Guiné dita portuguesa antes da década de 1950, o marco da proliferação dos movimentos da libertação nacional. No entanto, a Guiné portuguesa tinha uma sociedade de diversidades étnicas composta por distintos grupos étnicos, na sua maioria Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Pepéis, Biafadas, Mancanhas/Brames, Bijagós.

No entanto, depois da invasão portuguesa em 1446 surge um outro elemento integrante da estrutura social da então Guiné portuguesa, fruto da miscigenação entre invasores portugueses, imigrantes cabo-verdianos e os nativos guineenses. Para Borges (2008, p.74); “a chegada das caravelas portuguesas no século XV e de outras embarcações europeias acabaram por alterar profundamente a dinâmica social entre as sociedades tradicionais, tanto no campo político, económico e social”.

Ao longo do tempo da invasão portuguesa na Guiné, surgiu um novo grupo social resultado da “integração” entre a sociedade africana da Guiné e Cabo-verde e os portugueses, conhecidos por Crioulos/Assimilados⁴ ou grumetes. Estes grupos privilegiados em relação aos nativos ganharam destaques nas sociedades guineenses por serem considerados portugueses da segunda linha, onde tiveram o papel de intermediar o poder colonial com poder tradicional facilitando a dominação portuguesa na Guiné-Bissau.

Vale ressaltar que os nativos divididos em diferentes grupos étnicos tinham suas formas de organização política, econômica, social e religiosa antes da invasão portuguesa na Guiné. Segundo Soares (2014, p.19); “as primeiras relações entre os súditos da coroa portuguesa e as

⁴ O Crioulo, grupo que nasceu do encontro histórico entre portugueses, cabo-verdianos e africanos de diversas sociedades tradicionais da costa ocidental da África. Este grupo esteve na origem do que viria a ser designado nos meados do século XX por assimilados/civilizados pela legislação portuguesa através da publicação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias de Angola e Moçambique, alargado a Guiné em 1927, e pelo decreto 1346 de 7 de outubro de 1946. (Soares, 2014, p.20-21).

autoridades africanas que encontraram, eram de respeito comum. E estas missões foram as primeiras do gênero e conseguiram estabelecer contatos mais profundos com os reis africanos”.

Vale lembrar que mais tarde essa relação passou a ser de conflito devido a interferência e a imposição da cultura ocidental aos nativos, o que gerou um choque cultural, conseqüentemente conflitos que resultaram em diferentes campanhas de pacificação⁵ na Guiné desde 1879 até 1936 a última campanha de pacificação que terminou com a derrota dos bijagós.

Em termos políticos e religiosos a Guiné-Bissau era integrada como distrito da província de Cabo-Verde e dependia essencialmente da ilha de cabo-verde até 1879. A Guiné portuguesa em si era uma espécie de colônia de Cabo Verde, como afirma Ndjai (2012, p.24-25); “desde os primórdios de sua descoberta seus assuntos tinham sido entregues ao governo-geral de Cabo-verde, sediado na ilha de Santiago, tornando a Guiné colônia de colônia”. Portanto, foram estas situações que conseqüentemente levaram os guineenses a considerarem os cabo-verdianos como segundo “colonizador” por serem capatazes dos portugueses. Em consequência disso acarretou-se dificuldades em construir unidade entre Guiné e Cabo-Verde para a luta armada durante a primeira década da criação dos movimentos nacionalistas em Bissau.

Por outro lado, em termos econômicos e sociais, a Guiné tinha uma série de leis e regras que restringiam liberdades aos seus habitantes nas suas vidas sociais e econômicas como afirma Borges, (2008, p.80): “o governo colonial manteve a população guineense submetida a um conjunto de leis que regulavam toda a vida política, jurídica, econômica, administrativa e social, retirando ao território toda e qualquer autonomia”. É importante salientar que entre as leis que regulavam a vida social na Guiné está o famoso estatuto de indígena⁶ que não havia em Cabo-verde. Como aponta Monteiro (2013, p.115); “a cidade de Bissau estava hierarquizada entre os que sabiam ler e escrever, os assimilados e os nativos, aqueles que não se socializavam com o costume português, isto é, não eram cristões assimilados e nem tinham domínio da língua portuguesa”.

A ilha de cabo-verde em comparação com a Guiné-Bissau escapou a várias medidas restritivas devido a estatutos de colônia de povoamento a que era considerado, enquanto que a

⁵ Seguiu-se um período de conflitos entre portugueses e africanos (1879-1936), somando um total de, no mínimo, de 81 campanhas, operações secundárias e encontros pontuais. (Borges, 2008, p.75).

⁶ O conceito “política de indígena” foi genericamente um ato definido na estratégia de administração colonial portuguesa, como forma de estruturar os sistemas de controlo de submissão dos cidadãos autóctones face ao poder instituído num desses países. Nangurã (2014, p.30);

Guiné uma colônia de exploração⁷. Os habitantes da ilha de cabo-verde tinham privilégio de terem direitos à educação, enquanto que na Guiné a educação era para uma minoria filhos de funcionários da administração colonial (assimilados).

No tocante ao direito dos povos a educação, segundo Danubia (2018, p.144): “a atitude do império português com relação à educação na Guiné também faz parte do esforço para manter os colonizados despersonalizados, desenraizados, mas também distante do ‘progresso e do desenvolvimento’ e, claro, dos movimentos de libertação”.

Nota-se, portanto, que os *déficit* dos quadros qualificados na Guiné possibilitaram a integração dos imigrantes cabo-verdianos e profissionais em diferentes áreas nos postos da administração colonial na Guiné portuguesa, que exigiam profissionais qualificados. Para Soares (2014, p.20):

As razões que levaram os cabo-verdianos a escolherem a Guiné-Bissau como o país de destino, encontra-se numa série de fatores: a pobreza das ilhas marcadas pelas secas e pela fome, as limitadas oportunidades de emprego, e a comunicação facilitada pela língua, que é o crioulo (Kriol).

Percebe-se que a imigração cabo-verdiana na Guiné nas décadas de 1879 até um pouco antes da independência foram preponderantes para suportar a dominação colonial portuguesa em quase todo território da “Guiné portuguesa”. E tornar-se maior aliado dos portugueses e conseqüentemente serviram de capatazes para submeterem os guineenses à dominação colonial.

A década de 1950 é conhecida como o marco da proliferação dos movimentos nacionalistas na Guiné, isto porque os eventos das mudanças pairavam sobre países vizinhos da Guiné portuguesa no caso de Senegal, Guiné Conacri e Mali que desencadeavam ações em defesa dos seus territórios perante a dominação francesa. Portanto, todas as ações do cunho nacionalista desenvolvidas nestes países configuravam para intelectuais Bissau-guineenses como inspirações para o desencadear das ações políticas de contestações contra o poder colonial. Como afirma Franco (2009): “desde outubro de 1946, os Bissau-guineenses sofreram influência política dos movimentos nacionalistas de Senegal, Guiné Conacri e Mali após

⁷ Bissau era considerada um lugar pouco favorável para a permanência devido ao desenvolvimento de certas doenças tropicais, tais como febre amarela, paludismo (malária), dentre outras. Com isto, Bissau passaria prioritariamente a ocupar o lugar de residência temporária para os portugueses, para o desenvolvimento do comércio, já que o território apresentava infinitas potencialidades para a prática da agricultura. Candé Monteiro (2013, p.115).

congresso de Bamako, que promovia unidade política dos movimentos nacionalistas da colônia francesa”.

Vale lembrar que na Guiné já havia tido ações de cunho nacionalista protagonizado por “Liga Guineense”⁸ que podemos considerar como organização que alicerçou o surgimento da elite política guineense com o papel imprescindível na proliferação dos movimentos nacionalistas da década de 1950. Apesar de serem apologistas à integração na estrutura colonial, esses movimentos criticavam os abusos e injustiças perpetuadas pelo poder colonial contra os nativos.

A diferença da Liga e os movimentos políticos dos países vizinhos da colônia francesa era meramente ideológica, porque estes movimentos políticos de Senegal, Guiné Conacri e Mali adotaram resoluções com princípios de Rassemblement Démocratique Africain (RDA) em que lutavam para transição dos poderes dos colonos para nativos, enquanto na Guiné a Liga propunha a integração da elite política guineense na administração colonial. De acordo com Franco (2009, p.100); “as resoluções do congresso de Bamako contemplavam pontos fundamentais que diziam respeito à África sob dominação colonial como um todo. Nele a reivindicação principal era por direitos e liberdades sociais e políticas o que dava corpo a uma luta anticolonial”.

Um aspecto importante que precisa ser ressaltada em relação às ações de cunho nacionalista realizadas na Guiné portuguesa por elite intelectual Bissau-guineense nas décadas de 1950, é suas ações clandestinas numa fase que Candé Monteiro (2013) caracteriza de “nacionalismo incipiente”, em que estas ações buscavam autonomia e liberdade em relações à independência da Guiné-Bissau, uma vez que administração colonial não dava trégua a qualquer contestação contra a sua dominação nas colônias. Segundo Candé Monteiro (2013, p.114):

tais grupos eram associações de bairro, clubes desportivos, dirigidos pelos assimilados e intelectuais, os quais eram funcionários das grandes casas comerciais coloniais (Casa Gouveia, Banco Ultramarino, dentre outros), que reivindicavam dos seus patrões ações contra o racismo e a discriminação racial no serviço público colonial, o trabalho forçado, as más condições de trabalho,

⁸ A Liga Guineense foi dissolvida pela administração colonial depois da campanha de pacificação contra os pepéis de Bissau em 1915, sendo seus seguidores acusados pelo comandante Teixeira Pinto de instigarem a revolta dos “gentios”, isto é, dos pepéis, por se identificarem com as suas origens. Deste modo, a Liga foi silenciada e assim a Guiné-Bissau perdeu a sua elite nativa nessa década. Candé Monteiro (2013, p.110).

os salários baixos, a falta de educação para os nativos, e a favor do reconhecimento e liberdade para os povos da Guiné-Bissau.

Nessa situação, esses assimilados e intelectuais, ou seja, responsáveis pela criação de pequenos grupos associativos faziam parte da Liga, com as suas ações às vezes antagônicas fizeram com que começaram a surgir dualidades de interpretação acerca dos seus objetivos, por um lado eram acusados pelos colonialistas de estimular ações dos nativos que punha em causa a dominação efetiva do território da Guiné portuguesa e por outro lado, os nativos os acusavam de colaborar com colonialistas para o domínio total dos seus territórios.

No entanto, vale relembrar que a política colonial assimilacionista foi preponderante na edificação da classe política Bissau-guineense da geração que criaram a Liga guineense em 1910, como também da geração de Cabral como um todo. Para Candé Monteiro (*ibidem*);

A questão que está na origem do nacionalismo – não só na Guiné-Bissau, como também em Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – deve-se excepcionalmente à política assimilacionista portuguesa, que ambicionava formar cultural e politicamente um grupo de indivíduos, que estabeleceriam uma relação de lealdade com o governo português, isto é, africanos que seriam intermediários entre o sistema colonial e comunidades locais, objetivando assim a consolidação do domínio português nos territórios africanos.

Portanto, percebe-se que os grupos privilegiados pelo poder colonial (assimilados, intelectuais e comerciantes) que serviam de aliados das autoridades coloniais na Guiné acabaram por arruinar estratégias destes (administração colonial) de exercer ocupação efetiva dos territórios dominados com o despertar do nacionalismo, isto porque a consciência nacionalista tomava conta das regiões africanas sob dominação colonial nas décadas de 1950, principalmente nas colônias francesas.

De acordo com Franco (2019, p.101), no seu relato sobre MING afirma que “a iniciativa de Amílcar Cabral de participar, em 1953, do Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) e organizar um Clube Desportivo para os africanos, estava, no geral, em sintonia com a dinâmica política dos países vizinhos”. Desse modo, podemos afirmar que MING criada em 1955, configura como uma das primeiras ações nacionalistas de Cabral num movimento político no terreno após o seu regresso a Bissau em 1952⁹ para uma missão de recenseamento agrícola na granja de Pessubé de 1953, na altura funcionário de Repartição Provincial dos

⁹ Regresso de Amílcar Cabral a Bissau, em 20 de setembro de 1952, no navio Ana Mafalda, tinha ele 34 anos. Amado (2008, p.153).

Serviços Agrícola e Florestais na Guiné portuguesa, apesar de não ficar claro para alguns estudiosos desta temática sobre a passagem de Cabral no MING.

Para Sousa (2007) e Amado (2008); o mistério à volta do MING não deixou evidências claras sobre a possível passagem de Amílcar Cabral nesse movimento. Essas faltas de evidências históricas levam a cair por terra quaisquer afirmações que atribuíam a fundação de MING ao Amílcar Cabral. Segundo Luís Cabral (1984, p.32) “é atribuída a fundação deste movimento a José Francisco Gomes (“Maneta”) e a Luís Alfredo da Silva (“Tchalumbé”)”.

O certo é que a partir desse momento já havia de se notar grandes mudanças nas formas de reivindicação que transcendiam somente ações dos funcionários da administração colonial para uma mobilização mais abrangente. Segundo Amado (ibidem):

Na realidade, foi ele que veio a dar forma e substância a essas reivindicações, não apenas em virtude de toda a socialização política de que foi alvo, e que realizou em Portugal ainda quando era estudante de agronomia – seja junto da Casa dos Estudantes do Império, seja junta do Centro de Estudos Africanos, mas também em virtude de acontecimentos ulteriores, sobressaindo nestes a forma metódica e racional com que conduziu a luta de libertação e independência.

Tendo isso, é importante destacar o papel impreenchível que Amílcar Cabral tinha nas dinâmicas empreendidas na Guiné portuguesa durante a fase embrionária dos movimentos políticos contestatórios para liberdades dos povos da Guiné e Cabo-verde, onde chegou a criar um grupo associativo com várias reuniões realizadas da maneira clandestina, mas que tinha um número elevado da chamada elite política guineense. Como repara o Amado (2008, p. 154) “para essas atividades, chegaram até a organizar um baile muito frequentado no chão de papel, tendo Estevão da Silva (Alfaiate) na altura sido nomeado tesoureiro”.

Vale frisar que Amílcar Cabral tinha uma elevada experiência política fruto da sua integração na Casa dos Estudantes do Império como também da sua participação no Centro dos Estudos Africanos. Como anota Candé Monteiro (2013, p.17):

Cabral trouxe não apenas a sua experiência como agrônomo, mas também a formação política adquirida na Casa de Estudantes do Império (CEI) em Lisboa, da qual fazia parte com outros estudantes e intelectuais africanos, com as ideias mais elaboradas e uma estrutura política e organizacional bem mais definida.

No entanto, é relevante considerar a importância da ideia de nacionalismo defendida pelo Amílcar Cabral como elemento de constituição identitária africana para dar credibilidade ao processo de mobilização para luta pela autodeterminação do seu povo, tendo em vista a sua

inspiração interna e externa ao continente para o seu reconhecimento. Neste anseio, todas as ações dos movimentos de libertação visavam contestar o poder colonial na Guiné. Seguindo essa linha do raciocínio a criação de PAIGC pelo Amílcar Cabral e MLG pelo Rafael Barbosa e como dos outros movimentos contestatórios da década de 1950, que as vezes diversificadas em suas linhas ideológicas em relação a possibilidade da unidade Guiné e Cabo-verde na luta anticolonial ambicionavam inibir todas as formas de exploração colonial vigente.

Em seguida, algumas dessas organizações nacionalistas não conseguiram desencadear ações notáveis durante os seus percursos. Tendo sido extinguidos mais tarde, mas é importante salientar que vários nacionalistas mudaram de movimento a fim de estruturar ideias mais viáveis com outros compatriotas para efetuar ações concretas. De acordo com Candé Monteiro (2013, p.117-118);

Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); a União de Povos da Guiné (UPG), fundada pelo cabo-verdiano Henri Labery, que, apesar da designação, reunia alguns bissau-guineenses residentes em Kolda; a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), constituída pela colônia mandinga do Senegal; a da Guiné União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP); a União da População Libertada da Guiné (UPLG), que agrupava a minoria de etnia fula do Senegal; o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado em 1958, que agregava a maioria da etnia manjaca da Guiné-Bissau o Movimento para a Independência da Guiné (MING), fundado em 1954 por José Francisco e Luís António da Silva “Tchalobé”; o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC, fundado em 1956, já por iniciativa de Amílcar Cabral, e os seus compatriotas cabo-verdianos e bissau-guineenses (Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes). Por fim, surgiram também a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), fundada em 1962 e dirigida por Labery, Pinto Bull e François Kankola Mendy (uma coligação de vários grupos étnicos de emigrantes caboverdianos e bissau-guineenses no Senegal, particularmente manjacos e mandingas), que foi resultado da unidade partidária entre o UPG, o RDAG e a UPLG.

Por outro lado, o insucesso de algumas dessas organizações políticas após a sua criação teve a ver com as rigorosas ações de repressão cometidas pela PSP (Polícia da Segurança Pública), numa tentativa de proibir ações nacionalistas na Guiné. O fato é justificado pela notável ação dos movimentos políticos Bissau-guineenses nos países vizinhos recém independentes, como no caso de Senegal e Guiné Conacri, respectivamente. Para permitir o melhor enquadramento político para ação concreta contra o colonialismo português na Guiné.

Em linhas gerais, percebe-se que não poderiam tirar grandes proveitos das suas ações políticas para independência total numa cidade controlada pela força da Polícia Internacional

de Defesa do Estado (PIDE), em que era usada os mecanismos possíveis para aniquilar pessoas ou grupos de contestadores da presença portuguesa na Guiné.

2.2 A criação do P.A.I / P.A.I.G.C

Para a luta política dos nacionalistas da Guiné portuguesa nos meados da década de 1950, precisou-se de uma articulação política séria e muito bem definida para fazer frente aos desafios da brutalidade que o colonialismo português os impunha na altura. Como de negar quaisquer negociações para independência parcial (que visava integração do grande número de elite política Bissau-guineenses na estrutura colonial) ou total. Por isso, vale a pena destacar o espírito intransigente da pequena elite política guineense em desembocar ações clandestinas de cunho político na sua primeira fase como forma de demonstrar interesses na condução dos seus próprios destinos, uma vez que havia muitas movimentações nessa perspectiva nos países vizinhos da colônia francesa.

Algumas literaturas Bissau-guineenses apontam que ações políticas dos nacionalistas guineenses foram influenciadas diretamente pela evolução política dos movimentos políticos de Senegal, Guiné-Conacri, e Mali respetivamente, desde a conferência de Bamako em 1946, a partir desta altura a luta política na Guiné conhece progressos significantes que ganhou impulso com o regresso do Amílcar Cabral a Guiné em 1952. Tendo sido mais tarde o mentor da fundação daquele que vai ser o movimento nacionalista considerado legítimo representante do povo da Guiné e Cabo-verde respetivamente PAI-GC (partido africano para independência da Guiné e Cabo-verde).

É oficial na historiografia Bissau-guineense que o PAI foi fundado no dia 19 de setembro de 1956, entre os camaradas como Amílcar Lopes Cabral, seu meio irmão Luís Cabral, Aristides Pereira, Joseph Turpin (Eliséé), Fernando Fortes e Júlio Almeida. No entanto, o que entra em contradição em relação a data da fundação é confirmada ausência de Cabral e sua família (mulher e filha) na Guiné em 18 de março de 1955 por motivo de doença¹⁰. E voltará à Guiné para visitar a família em dezembro de 1958 depois da sua passagem por Angola e Gana,

¹⁰ A primeira esposa de Amílcar Cabral, Maria Helena, chegou a afirmar, a propósito: “ não havia maneira de melhorarmos, e decidimos regressar a Lisboa”. Amílcar Cabral, Maria Helena Vilhena e uma filha, Iva, nascida em Bissau, em 1953, então com dois anos de idade, deixaram Bissau num avião da Air France. Sousa (2007, p.168).

e mais tarde em setembro de 1959, um mês depois do massacre de Pindjiguiti. Segundo Sousa (2007, p.173):

Fizemos esforço no sentido de confirmar a presença de Amílcar Cabral na Guiné entre março de 1955 e dezembro de 1959, através da consulta dos boletins oficiais da Guiné, Angola e de Cabo-Verde, fundamentalmente, e da documentação dos arquivos da PIDE, mas não conseguimos assinalar nenhuma passagem pela Guiné. Se acaso, ao longo destes três anos, tivesse passado por Bissau, a PSP desta cidade teria seguramente assinalado sua presença, tendo em conta o pequeno e resumido relatório que havia elaborado, em maio de 1955. Antes da implementação da PIDE em África, em 1957, era à Polícia de Segurança Pública que competia a vigilância, a perseguição e a prisão dos “desafetos” as instituições vigentes.

No entanto, a citação em cima coloca evidências clara da possível ausência de Amílcar Cabral na reunião da fundação do partido pelo menos esta de setembro de 1956, a não ser que essa data tenha sido forjada como evidencia Ndjai (2012, p.115) na sua dissertação para o título de mestrado em História, de que “na entrevista ao jornalista e escritor José Vicente Lopes, Aristides deixou escapar que a data de 19 de setembro de 1956 foi escolhida retrospectivamente, em Dacar, quando Amílcar Cabral e ele procuravam o apoio do Presidente do Senegal Senghor”.

Vale lembrar que Senegal tinha um partido denominado PAI¹¹, fundado em 1957, liderado por Majhemout Diop, opositor do Leopold Sedar Senghor, portanto faz todo sentido uma suposta intenção de se distanciar deste partido para assim merecer o apoio da autoridade senegalesa numa situação de retaguarda perante a autoridade colonial na Guiné portuguesa. Para Sousa (2007, p. 175):

A nossa convicção é a de que, na realidade, a fundação do PAI da federação do Mali foi anterior ao da Guiné portuguesa, que julgamos ter inclusivamente inspirado Amílcar Cabral, levando-o a criar um partido de idênticas características. Não só pela similitude das siglas e dos símbolos (a bandeira dos dois partidos), mas também a nível do programa, da estrutura e da organização. É mesmo muito provável que o PAI de Amílcar Cabral, a quem se tem atribuído (erradamente) a responsabilidade pela greve dos marinheiros de Pindjiguiti, ocorrido a 3 de agosto de 1959, que se saldou em mais de uma dezena de mortos, tenha surgido, inclusivamente, como um ramo do PAI pró-comunista da federação do Mali.

¹¹ Associação política de ideologia marxista que pretendia lutar pela independência da África negra sob a dominação francesa e pela edificação de uma sociedade socialista africana. Esta organização teria sido fundada, a 15 de setembro de 1957, em Thiés (Senegal), por Majhemount Diop e por cerca de outros 23 “patriotas” africanos do Níger, da Guiné-Conakry, do Mali e do Senegal. Sousa (2007, p. 174).

Conforme evidenciado na citação acima, pode-se ter a ideia duma possível influência do PAI da federação do Mali em relação ao PAI de Amílcar Cabral, na sua entrevista concedido ao pesquisador Julião Soares de Sousa (2007), Joseph Turpin não confirmou e nem negou essa possibilidade dizendo o seguinte;

Eu sei que o PAI foi um partido criado em Paris, que englobava todos os estudantes da África negra. Quem liderava isso era um universitário senegalês Majhemout Diop. Amílcar Cabral conhecia Paris, etc. De certeza que quando voltou para Bissau criou também PAI, mas ele não fez referência ao PAI de Majhemout Diop. Além disso, como o PAI de Diop era um partido de obediência marxista, o Amílcar teve a habilidade de acrescentar, para distinguir, o GC.

Com isso, é razoável concluir que a evolução política nos países vizinhos da colônia francesa tem uma bastante contribuição política e diplomática na embrionária fase da luta pelo jugo colonial desencadeando na Guiné portuguesa na vertente política, diplomática e militar pelos nacionalistas Bissau-guineenses que é o objeto da nossa pesquisa.

Portanto, vale afirmar que desde a suposta data da criação do PAI em Bissau em 19 de setembro de 1956, não se conhece nenhuma ação que tenha sido desenvolvida por seus fundadores antes de setembro de 1959 (o que reforça a sua não fundação nesta data), uma altura em que Amílcar Cabral já se encontrava na Guiné um mês depois do conhecido acontecimento de 03 de agosto de 1959, considerado um marco impulsionador da luta armada de libertação binacional.

Para Soares (2007), N'djai (2012) e Reis (2020), a real data da fundação do PAI-GC continua a ser uma incógnita para vários pesquisadores desta temática, tendo em conta várias contradições começando pela ausência do fundador Amílcar Cabral em Bissau nesta data e a suposta fala de Aristides Pereira na entrevista que aponta motivações políticas em Dakar para escolha retrospectivamente desta data para se distanciar do PAI da federação do Mali, e por fim ausências de ações desenvolvidas antes de massacre de Pindjiguiti.

De acordo com Reis (2020, p.13); “Abílio Duarte, pioneiro do PAI e membro do PAIGC, também se encontrava em Bissau e não foi convocado para esse encontro, o que segundo o próprio Abílio Duarte, em entrevista ao historiador José Vicente Lopes, em 1995, invalida esta data como a data da fundação do partido”.

Seguindo os fatos contraditórios da fundação do PAI, N'djai (2012, p.115) afirma que; “Abílio Duarte, outro citado como fundador, mas o grande ausente no suposto evento da formalização do partido, foi mais explícito ao negar que o tenha ocorrido como tem sido

relatado, até porque ele mesmo, encontrando-se em Bissau, não podia ter estado ausente no ato da fundação”.

O que acaba criando mais dúvidas é o fato que algumas literaturas Bissau-guineenses apontam ausência de Abílio Duarte em Bissau em setembro de 1959. Já tinha viajado para Cabo-Verde por isso esteve ausente na reunião da fundação que supostamente possa ser em 19 de setembro de 1959, pelo que tudo indica e não 19 de setembro de 1956.

Em linhas gerais, vendo pelas dinâmicas que se configuram a volta da criação do PAI é muito provavelmente que seja fundado em 19 de setembro de 1959, por ter configurado exatamente como a história oficial aponta na data de 1956, isto porque, Amílcar Cabral já se encontrava em Bissau, e é confirmada presença dos outros participantes como de Elisée Turpin e Júlio Almeida, além de Aristides Pereira e Luís Cabral e também confirmada ausência de Abílio Duarte que estaria de viagem a Cabo-Verde.

2.3 Os Contornos da Unidade Nacional e Binacional PAI/PAIGC & MLG

A divisão social protagonizada na Guiné portuguesa pela legislação colonial que separava brancos dos pretos (assimilados e não assimilados) impulsionou uma espécie de subdivisão dentro da sociedade Bissau-guineense, entre imigrantes cabo-verdianos e os nativos guineenses, isto por que os cabo-verdianos que viviam na Guiné na sua maioria eram assimilados enquanto que os Bissau-guineenses tinham um número reduzido da sua população considerados assimilados o que levou os cabo-verdianos a assumirem funções de destaque nos postos da administração colonial na Guiné portuguesa em detrimento dos guineenses e conseqüentemente ficar numa posição de “conflito” direto com os nativos da Guiné.

É importante frisar que esta divisão causada pela estratificação da sociedade africana da Guiné e Cabo-verde através da legislação colonial e reforçada através da criação do estatuto de indígenas em 1946, que dividia a sociedade Bissau-guineense em três (3) grupos: Brancos, assimilados e Indígenas. Essa divisão assombrou por todo tempo o projeto político da luta de libertação, constituindo assim o calcanhar de Aquiles do projeto político de Amílcar Cabral e PAIGC conseqüentemente. Segundo Silva (2022, p.56); “Os Assimilados, que englobaria os Lançados, Grumetes, os luso-guineenses, os mestiços e os cabo-verdianos, ou seja, ambos eram e são considerados pessoas civilizadas e por outro lado se encontravam os Indígenas, quer dizer pessoas atrasados ou incivilizados”.

Esta estratégia portuguesa de dividir para melhor reinar abriu uma ferida na sociedade Bissau-guineense e cabo-verdiana de uma forma radical que fizeram com que alguns movimentos nacionalistas pensarem sempre na unidade desses dois (2) povos como primeiros passos a dar para uma reivindicação dos direitos dos povos africanos.

É importante frisar que no contexto que viviam os países africanos nas décadas de 1950, os debates sobre a unidades dos territórios recém independentes e não só, eram muito presentes nas pautas políticas daquela época. Como afirma, Sousa Soares (2007, p.217): “A independência do Gana, proclamada a 06 de março de 1957, trouxe um novo impulso à ideia pan-africana de unidade do continente e inaugurou uma nova fase na luta anticolonialista e anti-imperialista.” E por outro lado N’djai (2012, p.49), aponta que: “é importante esclarecer que o problema de unidade não era um assunto exclusivo de Amílcar Cabral, e nem era de sua invenção. Pelo contrário, era um dentre vários temas do pensamento político africano, durante e depois do período das independências”.

No entanto, a proposta da unidade para luta armada na Guiné portuguesa constitui um dos princípios basilares da ideologia nacionalista de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, posto que segundo Sousa Soares (2007, p. 204):

Cabral não via nenhuma vantagem em ter vários movimentos de libertação a lutarem por mesmos objetivos. Bem pelo contrário. A existência de um inimigo em comum e a ausência de grandes contradições políticas e sociais entre a Guiné e Cabo-verde tornavam imperativo a atuação numa única frente.

A citação acima, apresenta a importância da unidade não só entre guineenses e cabo-verdianos, mas também da unidade interna entre distintos grupos étnicos Bissau-guineenses, isto porque na chamada resistência primária cada etnia resistia contra interferência colonial no seu território e da sua maneira., o que acabava condicionando suas derrotas.

A unidade Nacional, ou seja, unidade étnicas consiste numas das formas de inibir as diferenças entre distintos grupos étnicos e alinhar num mesmo objetivo e de costurar as possíveis contradições entre grupos étnicos. De acordo (Oramas, 1998, p. 43, *Apud* Monteiro, 2013, p. 149):

Objetivando a congregação étnica sem distinção de pertencimento étnico e religioso, como também da unidade com os filhos de Cabo Verde. Isto seria a ideologia que conduziria a mobilização para a luta - unidade e luta. Nesse sentido, Amílcar Cabral “desempenha um papel decisivo na criação de uma estrutura política binacional e biterritorial que engloba a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Para Ndjai (2012, p.52): “a ideologia foi bem-sucedida por ser capaz de reunir uma população fragmentada em etnias diferentes, e contidas arbitrariamente em um mesmo território, na luta contra o inimigo comum. ”

Para entender o impasse à volta do projeto político da unidade Binacional dos movimentos nacionalistas PAIGC e MLG respetivamente, precisamos entender que a ligação existente entre estes dois (2) povos foi marcada pela cumplicidade dos cabo-verdianos aos ideais portugueses na Guiné.

De acordo com Ndjai (2012) e Candé Monteiro (2013): Tendo a proposta da Unidade vindo de Amílcar Cabral considerado de cabo-verdiano pelos guineenses o que levaria suspeita da real intenção atrás desse projeto político, sendo que os guineenses eram maiores vítimas de violência colonial em relação aos cabo-verdianos. Essas desconfianças são alimentadas por carência étnica do Amílcar Cabral, um dos requisitos imprescindíveis para ser considerado guineense.

O projeto político da unidade sustentado pelo Amílcar Cabral tem o seu arcabouço histórico e dinâmico no ponto de vista de resultado a atingir. Mas parece ter lhe fugido algum aspecto fundamental que no seu entender ignorou como sendo mal menor, ao apontar só a diferença económica como divisor de água das duas sociedades, colocando de lado os problemas sócio-políticos que é epicentro da divergência entre os dois povos, os problemas transcendiam o aspecto económico, era uma situação de desconfianças permanentes. Como aponta Tomás (2007, p. 148): “Apesar dos laços históricos, esses dois povos não se reconheciam mutuamente como um só povo. É essa falta de reconhecimento mútuo que irá refletir no projeto de unidade binacional de Amílcar Cabral. ”

2.4 Os Processos da Mobilização e Formação de Primeiros Guerrilheiros em Nanquim/China para Luta Armada na Guiné Portuguesa

A união do MLG e PAI foi a base de um entendimento de que os movimentos nacionalistas tinham que se unir para dar mais força ao grande esforço anticolonial. Esforços esses que ficariam cada vez mais longe dos seus objetivos remontada por MLG e PAI - GC. No testemunho de Manuel dos Santos, combatente da luta de libertação concedida a esse trabalho, afirma que: “Massacre de Pindjiguiti foi uma resposta negativa que os portugueses lhes deram, de que não haveria independência pacífica. Pois toda tentativa de reivindicação contra o governo colonial era respondida com grandes opressões e perdas das vidas humanas. ”

Depois do Massacre de 3 de agosto de 1959, dois anos depois, o Partido decidiu que a estratégia seria a luta armada, pois os portugueses só respondiam com a violência. Assim afirma Amílcar Cabral: “A única via e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos é a luta armada. É esta a grande lição que a história contemporânea da luta de libertação ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no esforço de libertação dos seus povos” (CABRAL, 1974).

Depois de dois (2) anos do Massacre, as diligências foram tomadas e os primeiros homens mobilizados por Cabral e Rafael foram para China em 1961, para receberem formação militar, para dar início aos processos de mobilização da luta armada. Segundo Manuel dos Santos, o grupo era composto por seis (6) jovens Bissau-guineenses nomeadamente: Camarada João Bernardo Vieira (Nino), Osvaldo Vieira, Francisco Mendes (Tchico Mendes), Constantino Teixeira (Tchutchu Akson), Manuel Saturnino e Domingos Ramos.

As dificuldades eram enormes para conseguir obter números significantes de homens para serem formados a fim de desencadear a luta armada anticolonialista na Guiné. Na entrevista concedida a este trabalho, Mamadu Bacari Indjai¹², combatente da liberdade da pátria, afirma o seguinte:

“Os princípios coloniais deixaram ensinamentos que eram contra a nossa cultura. Por exemplo, consideravam filhos civilizados e o pai gentio (não civilizado), isso criava uma situação de descontrolo sobre os nossos filhos que em primeiros momentos da mobilização nos dificultou muito. Veja só que dentro do território nacional tinham 50.000 homens da PIDE, dentro dos seus exércitos, tinham 17.000 tropas africanas (civilizados), ao todo tinham na Guiné 67.000 efetiva no início das nossas revoltas.”

De igual modo, a estruturação para intensificação das mobilizações na zona zero (Bissau), onde tudo começou, foi sob a responsabilidade do Rafael Barbosa, que segundo Aristides Pereira na sua obra intitulada *O Meu Testemunho* reafirmou:

“O trabalho de mobilização, precisava de elementos dinâmicos e capazes de incentivar o recrutamento nos meios rurais, contou com larga colaboração de Rafael Barbosa, que, para além de enviar para Conacri muitos jovens que já tinham servido a tropa colonial, como Constantino Teixeira, Rui Djassi, Vitorino Costa e Domingos Ramos, encaminhou também clandestinamente inúmeros outros, entre os quais se destacam Osvaldo Vieira, Tiago Aleluia Lopes, Umaro Djaló, Juvêncio Gomes. (PEREIRA, 2003, p.146) ”.

¹² Antigo combatente da liberdade da pátria, afeto à marinha. Entrevistado em fevereiro de 2016, em Bissau.

Desta forma, a unidade que o Cabral propunha e que levou a acrescentar o GC no que era só PAI em 1962, de maneira que o partido passou a ser denominado de PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde), e tornou-se responsável para libertação dos territórios ocupados por portugueses nomeadamente, Guiné e Cabo-Verde. Como reforça Artemisa Odila, na sua tese de doutorado:

Portanto, o projeto de Amílcar Cabral para viabilização da luta armada passaria pela unidade entre os dois povos, que visava constituir uma frente única para independência, objetivando a liquidação do colonialismo português. Cabral defendeu o seu projeto de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde com base na ligação histórica entre os povos das então colônias portuguesas. Porém, apesar de tais laços históricos, esses dois povos não se reconheciam mutuamente como um só povo. É essa falta de reconhecimento mútuo que irá refletir no projeto de unidade binacional de Amílcar Cabral (Candé Monteiro, 2013, p. 149).

Essa unidade abriu leques de obtenção de vários apoios internacionais que mais tarde possibilitou o desencadeamento da luta de libertação. Sabendo que no início do todo o processo o partido não tinha materiais de guerra, ou seja, não possuía materiais bélicos que poderiam ser úteis para dar corpo à luta de libertação nacional. De acordo com um dos veteranos de guerra, comandante Manuel dos Santos;

“As condições se criam até que vencemos a luta”. Não tínhamos condições no início, mas Cabral criou estratégia que resultou a 100%, estabeleceu contatos com países africanos, sobretudo Conacri onde passavam as munições para as matas da Guiné-Bissau, munições essas que vinham dos diferentes países, Africanos, Europeus, asiáticos e Americanos, a exemplo de Cuba ”.

É importante lembrar que, no início da luta, houve uma colaboração expressiva dos países da sub-região. Foram as primeiras providências na qual Amílcar Cabral debruçou, por exemplo, “se iniciariam a guerra, quem ia lhes oferecer armamentos para combate e aonde seria a retaguarda”. O partido havia precavido tudo isso. Tinha retaguarda muito segura que era Guiné-Conacri (país ao sul da Guiné), e outro país limitado ao norte da Guiné, que é o Senegal (os guerrilheiros iam clandestinamente). Isto é, dois países que faziam fronteira Sul e Norte com a Guiné. Na entrevista com Mamadu Bacari Indjai, combatente da liberdade da pátria, o mesmo relatou o seguinte:

“[...] na questão de abastecimento dos materiais de guerras contamos com apoio do Marrocos de onde veio a nossa primeira parcela de armas, entre outros contamos com apoio dos países como União Soviética, Bulgária, Argélia, China, Cuba etc... No caso dos cubanos, apoiaram até com recursos humanos, morreram muitos dos seus homens na nossa luta de libertação para independência. ”

As formas de atuações dos colonialistas na Guiné, dita portuguesa, impulsionaram o surgimento dos movimentos nacionalistas com intuito de inverter a ordem do poder colonial, através de via de diálogo entre vários movimentos nacionalistas dos anos 40 e 50. Sob a responsabilidade de PAI e MLG ambos representados por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa respectivamente, houve a tentativa de sentar-se à mesa de negociações com o governo colonial para independência pacífica da Guiné e Cabo-Verde que, segundo Manuel dos Santos: “foram várias tentativas e PAIGC estava sempre disposto para negociações com Governo colonial, mas os portugueses não queriam.”

Segundo: Cabral, *Apud* Candé Monteiro (2013, p. 123):

É oportuno lembrar que a luta de libertação nacional é a mais pura prova da tradição de resistências na história dos povos africanos (mesmo com a destruição dos grandes estados africanos e a partilha da África na Conferência de Berlim), constitui um ato que representa a determinação na condução dos seus destinos. Nas palavras de Amílcar Cabral, é “o direito à autodeterminação e a independência à expressão tradicional e sempre manifestada vontade combativa dos povos africanos contra a dominação estrangeira

Como podemos constatar nos testemunhos de Pedro José Mendes¹³, professor da escola da ideologia política do PAIGC na base de Biambi, que relatou o seguinte:

“Tem algumas pessoas que foram sem a vontade própria, tinham suas vidas bem arranjadas, mas por um outro motivo acabaram por ir de forma forçada, não com intuito de que tem que lutar ou era necessário a sua participação, talvez seja que a sua vida esteja ameaçada ou cometeu algum erro como por exemplo, quando um comerciante caía na balança era logo preso no ‘djiu’ de galinha, por isso Cabral ‘dizia nem toda gente é do Partido.’”

De acordo com Tomas Antonio (2008, p. 143):

“De Bissau não fugiam apenas jovens de vida incerta, sem profissão, nem escolaridade, vivendo na sua maioria de esquemas e pequenos serviços. Vinham igualmente homens com vidas organizadas, chefes de família que trocavam os seus empregos na administração colonial pela militância ativa no PAIGC em Conacri. Uma dessas figuras era Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, funcionário da todo-poderosa Casa Gouveia. Este abandonou Bissau imediatamente depois de Aristides Pereira, funcionário dos correios, lhe ter dito que interceptara uma chamada telefónica de Lisboa, em que se ordenava a sua prisão. O próprio Aristides Pereira não permaneceu muito mais tempo em Bissau e pediu uma licença graciosa para gozar férias em Cabo-Verde, onde de fato esteve. Dali seguiu para Portugal, tentando alcançar Conacri via Dacar, o que não sendo possível, o obrigou a ir a Paris, onde obteve visto para a Guiné. Ao todo, demorou um ano inteiro na saga de se juntar ao PAIGC.”

¹³ Médico e antigo combatente da liberdade da pátria, entrevistado em fevereiro de 2016, em Bissau.

Em certas ocasiões, as dificuldades foram inúmeras para de fato conseguir convencer um chefe ou membro de família para aderir as causas da luta pois não era uma decisão fácil. Foram desenvolvidas políticas para convencer a pessoa de que a luta era o caminho para se livrar da opressão do colonialismo português na Guiné, mesmo sabendo dos riscos que estas políticas poderiam trazer, como a perda de vida da pessoa protagonista para mobilização da luta. Toda essa campanha de mobilização era feita de maneira clandestina. Pois não havia liberdade para fazê-la. Em princípio, qualquer pessoa que se aderiu ao PAIGC é porque chegou à conclusão de que a sua convivência com os colonizadores era impossível, pois as ações dos colonialistas portugueses eram inadequadas.

De certo modo, podemos considerar que a opressão condicionava a população local, a concluir que os colonialistas portugueses eram de fato os seus inimigos, perante isso, a única alternativa é enfrentar a luta contra o regime opressor. Um dos aspectos importantes no processo de mobilização da população. Porém PAIGC estava lutando para garantir as condições necessárias para a luta, até porque não era primeira vez que a população guineense resistiu contra ocupação portuguesa, segundo assegurou em seu testemunho do Pedro José Mendes, combatente da liberdade da pátria:

“Na altura querendo ou não a própria situação acabava por mobilizar as pessoas para a luta. Pois os portugueses massacravam as pessoas sem motivos, tudo se tornava mais complicado quando a situação for com a tua família. A minha família ficou muito triste porque tinha o meu tio em Cacheu que se chamava Costa e era chefe de correios de Cacheu, de vez em quando eu ia para Cacheu passar as férias na sua casa pois nasci ali. Em 1963 queria ir para Cacheu, mas o meu outro tio que estava comigo na Bula sabia de tudo que passava no momento e eu não sabia, ele me disse apenas para não ir porque a situação em Cacheu não estava muito boa. Queria insistir, mas me contou que o meu tio Costa foi preso, torturado, por causa da sua filha, pois diziam que ela lhe enviava armas para uma suposta resistência de guerrilha em Cacheu. Sendo assim, a autoridade portuguesa acabou por lhe levar para prisão junto com o outro filho que morava com ele em Cacheu. E eles foram mortos porque a prisão era lugar muito apertado e com muita falta de ar e como o meu tio era velho por isso não conseguiu resistir, e não era só isso. Pois você via alguém hoje e ao amanhecer já vai preso e como PAIGC prometiam melhor condições de vida para jovens, quase todo mundo ficou com a ambição de ir para a luta e acabamos por abandonar as nossas casas e fomos para a luta.”

Em linhas gerais, as mobilizações tiveram um processo ainda mais longo nas regiões do país, quando o partido decidiu que a estratégia seria a luta armada, porque os portugueses respondiam só com a violência. Depois do massacre, Amílcar Cabral disse assim: “Nós fizemos asneira aqui. Fomos mexer onde o inimigo é mais forte, na cidade. Vamos sair daqui.

Vamos mobilizar os camponeses nas tabancas, lá o inimigo tem pouca força”. (Aristides Pereira, 2003, p. 141).

2.5 Papel das Mulheres nas Guerrilhas e a Criação da UDEMU em 1961

A luta de libertação na Guiné também contou com uma participação massiva das mulheres, tiveram uma atuação flexível nos primeiros momentos da clandestinidade garantindo todo o apoio possível para se libertar conjuntamente do colonialismo português. Eram responsáveis por levar água e comida no pote para os combatentes nas matas, transportavam armas e mensagens quando era necessário. Segundo Carmem Pereira:

Os portugueses não tinham nenhuma consideração pelas mulheres, para eles nós não somos capazes de fazer nada, ali é que foram enganados, nós conseguimos lhe enganar com as nossas aparências, são mulheres que desempenharam papéis importantes para levar avante a luta de libertação, mostramos no nosso valor e coragem.

O primeiro Congresso de Cassacá foi marcado como uma época de proliferação de adesão das mulheres do campo, nas guerrilhas constituindo assim um grupo de milícia feminina, essa maior adesão, pode ser explicada pela fuga das mulheres ao casamento forçado. Invés de irem ao casamento forçado, preferem aderir à luta. Na entrevista com camarada Carmem Pereira, ela disse o seguinte:

Depois do Primeiro Congresso em 1964, Cabral mandou informar aos comitês de tabancas sobre a importância das mulheres nas guerrilhas, porque elas estavam entendidas sobre o que se passava e estavam dispostas para participar. Daí que chefes de aldeias, por exemplo, na aldeia de Kom, resolveram mandar meninas para casamentos antes da idade para evitar as suas adesões à luta, nessa altura houve uma fuga geral das meninas que queriam também livrar de casamento antes da idade para as Barracas dos guerrilheiros, na base central eram ensinados como montar e desmontar armas. Aprendiam a ir para emboscada junto com os homens. Depois Cabral as proibiu de irem para emboscada alegando, que devido as suas fragilidades humanas, essa missão deveria ser deixada para os homens podiam fazer aquilo e que as mulheres serão levadas para formação na área de saúde, para questões de assistência emergencial, e de pronto socorro. De lá foram levadas para Gana, dentre elas estava, Adja Satu Camará Pinto e as demais, depois de voltarem, Cabral não as deixou ir para frente, elas foram levadas para hospital de retaguarda em Boké. Já havia alguns postos sanitários que recebiam doentes e feridos sem medicamentos, pois no início para receber medicamento era preciso apoderar quartel de tuga ou deslocar fora das fronteiras, o que levava muito tempo. Na altura tínhamos falta dos enfermeiros também era só Zé Horta, Jorge Bacamba etc, esses davam instruções de como usar aqueles medicamentos para os feridos. Algumas dessas meninas não sabiam ler, eram muito bem instruídas sobre as cores que tinham frascos de medicamento, era muito perigoso, imagina, se aconteceu um acaso o doente pode morrer, mas existia boa vontade de libertar dos colonialistas e essas meninas faziam tudo muito bem.

Ações do PAIGC em diferentes frentes da luta, Sul, Norte e Leste, contou com apoio dos médicos cubanos que efetuavam cirurgia dos feridos, na qual as nossas guerrilheiras eram instruídas e muito bem acompanhadas por esses médicos Cubanos. Como encarregada de efetuar mobilizações nas aldeias de frente Sul, Carmem Pereira explicou a portal de notícia Alemão, em português DW¹⁴, como foi escolhida para acompanhar as mulheres a União Soviética para uma formação que durou um ano:

“Nessa altura, a então União Soviética ofereceu bolsas para 30 raparigas para a formação de enfermeiras, mas não havia ninguém para levar estas raparigas para União Soviética. Sozinhas não poderiam ir, porque muitas não percebiam nem o crioulo. Não sabiam ler. Saíram da tabanca. Em uma conversa com um grupo de pessoas, eu comentei que, se não fossem os meus filhos, eu mesmo levava estas meninas. Nesta mesma tarde, alguém veio até mim, pedindo para que eu as acompanhasse para a União Soviética. Eu relutei. Camarada Cabral perguntou-me então: “Quem tu amas mais: a pátria ou teus filhos”? Onde é que está o teu amor?” Eu respondi: “a minha pátria”. E ele: “então, tens que embarcar amanhã de manhã. “Acredita”? Eu tive que embarcar para levar estas raparigas à União Soviética para o curso de um ano. ”

As entrevistas com os combatentes de liberdade da pátria sinalizam o consenso sobre a importância da mulher na luta de libertação nacional na Guiné-Bissau. “As mulheres comandavam a luta, Ernestina Silá (Titina Silá) era comandante na zona norte [...], Carmem Pereira, Nhima Sanhá, Satam, Mariatu, Francisca Pereira, uma das primeiras mulheres que batalhavam na luta e participaram ativamente na luta armada” (Candé Monteiro, 2013, p. 203).

Por outro lado, Francisca Pereira explica como aderiu à luta:

“Houve algumas pessoas que já eram revoltados, me lembro do meu tio Tomas que sempre teve problemas da discriminação que eram feitos em termos dos quadros guineenses e cabo-verdianos, lembro que a prisão do tribunal estava situada no coqueiro onde meu tio foi preso, eu levava-lhe a comida todos os dias, não assisti à resolução daquilo porque fui levada com 15 anos para Conacri pois a minha mãe não tinha condições financeiras para me colocar num liceu. Eu estudava numa escola primária e o meu tio me levou para continuar os meus estudos ali, nem tanto me lembro. Entre março e abril de 1959 foi enviado um mensageiro da Guiné, Maximiano da Gama para nos informar que foi criado um partido. Pois em setembro de 1958 depois da independência de Conacri nós é que estávamos como colônias portuguesas, criamos um movimento da libertação de colônias portuguesas, deste movimento, estavam pessoas de São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Angola e Moçambique. No entanto, antes de o Maximiano voltar para Bissau. Me lembro ainda claramente daquele encontro de guineenses e cabo-verdianos na casa de uma família, Turpin para receber a informação, acontece que com

¹⁴ DW- Significa "Deutsche Welle" trata-se duma emissora internacional da Alemanha. Os programas de rádio em português da DW dirigem-se aos países africanos de língua portuguesa - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe.

tempo aquela ideia da unidade da Guiné e Cabo-verde veio a inspirar pois nem tudo veio a aderir a esse desejo que o PAI almejava. ”

Seguindo o mesmo contexto de adesão das mulheres nos cenários da luta, a camarada Carmem Pereira, combatente da liberdade da pátria conta como aderiu à luta:

“Aderi à luta depois do meu marido ter fugido da perseguição de PIDE, em Bissau, fui para Ziguinchor com os meus filhos para juntar com os camaradas que lá estavam Tio Lourenço que era responsável ali, “disse-lhe que eu vim participar na luta para independência da Guiné” eles disseram e os meninos? “Falei também que eles iam lutar”, me perguntaram como é que o menino luta? “Respondi que meninos podiam lutar de várias maneiras vendendo comidas (fidjós cuscuz e bolo) etc.”. Receberam-me lá, mas alguns camaradas desconfiavam de mim. Pensavam que era infiltrada, porque sabiam que eu era filha de um advogado e eu era casada e nada me faltava em Bissau. Seria difícil uma pessoa com aquele status social, dificilmente deixaria a sua casa e tudo que tem para aderir à luta. Disseram-me que não tinham cama para eu dormir com os meninos. Como eu tinha os meus cobertores coloquei no chão e lá dormia com os meus filhos. Depois a minha prima que vivia em Ziguinchor, de pai libanês viu-me naquela situação, ficou chocada foi alugar uma casa e me levou com os meninos. Pedi para trazer as minhas máquinas de costurar as roupas, em Ziguinchor mesmo, recebia camaradas feridos, que caíram na emboscada no momento de mobilização. Na minha casa uma vez coloquei um ferido na cama dos meus filhos e eles dormiram no chão. Tinhas algumas armas que guardava comigo debaixo do colchão fui denunciada por autoridades de Ziguinchor, mas como eu morava na casa de uma pessoa muito influente lá, houve uma fuga de informação de que a minha casa seria revistada me avisaram peguei as armas e coloquei num tanque de lixo e pus lixo em cima, no dia seguinte chegaram à minha casa para revistar e não encontraram nada. Depois de meia noite um camarada veio buscar as armas e levaram para outra zona de fronteiras com Senegal para distribuir aos guerrilheiros, passados alguns tempos Cabral mandou me chamar em Conacri, fui para Dakar depois Conacri. De lá ingressei no grupo liderado por Pedro Pires para irem para a União Soviética para uma formação política. Na União Soviética tinha também Teodora, Titina Silá e Silvina Vaz da Costa, que foram fazer curso, mas Titina não terminou por motivos de saúde. Voltou para fazer tratamento em quitafine. Depois integrou no hospital de Boké”.

A inclusão feminina na frente da luta armada pelo movimento de libertação nacional foi um ato muito bem apreciado pelo líder do PAIGC, num dos seus excertos publicados sobre “as mulheres na frente da nossa vida e da nossa luta, Cabral ressalta a importância da mulher africana na vida dos povos africanos, quer no âmbito do cuidado com a família, na concepção da vida, e nas funções domésticas. ” (Candé Monteiro, 2013, p. 204).

As nossas heroínas, que perante a luta armada nas matas da Guiné desempenharam ao lado dos homens papéis importantes, hoje tornaram símbolos da emancipação das mulheres

bissau-guineenses, mas que durante a luta tiveram várias dificuldades perante um poder colonial machista, que abusava delas.

Nesse ensejo, a criação da UDEMU (União Democrática de Mulheres), no dia 18 de junho de 1961, sob a orientação de Amílcar Cabral e alguns camaradas mostra uma preocupação dos primeiros militantes do PAIGC para afirmação das mulheres africanas na construção de uma sociedade livre e soberana no contexto nacional e internacional. Na entrevista da Carmem Pereira, para a tese de Artemisa Odila, ela relata a missão da UDEMU:

“A UDEMU tinha como principal tarefa nesta fase histórica a mobilização das mulheres para um melhor enquadramento no processo de luta. Esse enquadramento propunha-se não só preparar as mulheres para saberem reagir contra o colonialismo, mas também contra todas as atitudes atentatórias à dignidade da mulher e contra as diretivas do PAIGC nesse campo” (Candé Monteiro, 2013, p. 202).

Em linhas gerais, a criação da UDEMU, previa a afirmação das mulheres nos aspectos intelectuais, físicos e morais, demonstrando a capacidade de organização e liderança em qualquer que seja o lugar.

3. VERTENTE DIPLOMÁTICA DA LUTA ARMADA

Neste capítulo procuramos contextualizar a influência de Amílcar Cabral e os movimentos anticoloniais na senda internacional, na denúncia contra atrocidades cometidas pelos invasores portugueses na então Guiné portuguesa e demais colônias portuguesas em África. Como também das dinâmicas para isolar Portugal dos seus aliados e consequentemente ganhar espaço para apoio políticos, diplomáticos e militar tanto dos países africanos recém independentes como dos países da Europa, Ásia e América.

3.1 Movimento Anticolonialista MAC

Na clandestinidade os antigos estudantes da casa do império, que mais tarde vão tornar-se nos precursores da luta anticolonial, na década de 1950, começaram a demonstrar firmemente as suas posições política na luta contra o colonialismo português nos territórios africanos da Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe respectivamente.

É importante frisar que efervescência dos movimentos de libertação dos países africanos da colônia portuguesa tiveram grande influência das lutas contra colonialismo no continente Asiático e dos países africanos de colônia francesa e inglesa depois da segunda Guerra Mundial

com a Conferência de Bangu, em Indonésia 1955 e em seguida Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, no Cairo 1957, onde foram formalizados a criação de Movimentos de solidariedades dos povos Afro-Asiáticos. Para Borges (2008, p. 104): “O sentimento de inconformismo e revolta ganhou um novo fôlego após a Segunda Guerra Mundial que, com base na Carta das Nações Unidas, deu início a uma nova fase da luta anticolonial”.

No entanto, a forma de atuar dos Ex-Estudantes da Casa do Império e também integrantes da Centro de Estudos Africanos (CEA) começou a ganhar os seus contornos políticos viáveis com a criação em 1954 de Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), que integravam seguintes personalidades, a saber; Mário de Andrade, Agostinho Neto, Zito Van Dúnen, Alda Espírito Santo, António Domingues, Humberto Machado, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Guilherme do Espírito Santo e Amílcar Cabral. Mais tarde alguns integrantes vão participar na fundação em França do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa (MLNCP), à revelia de MDCP em Lisboa, o que vai propiciar uma cisão no seio dos integrantes. Por outro lado, impulsionar a criação do MAC (Movimento Anti-Colonial), tudo na clandestinidade para atenuar as divergências entre integrantes de MDCP e MLNCP e estruturar suas ideologias anticolonial. Segundo Ndjai (2012, p.104): “para acompanhar a evolução da luta no continente, parte da geração Cabral que vivia em Paris, Mário de Andrade e Marcelino dos Santos e outros companheiros de São Tomé, resolveram se reunir, em 1957, na casa de Marcelino dos Santos com presença de Cabral”. Porém dessa reunião denominada de “Reunião de Consulta” surgiu a fundação do Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesa (MLNCP), já fora do território português, uma vez que o MDCP não conseguia fluir com suas ações tendo em conta a segurança dos seus integrantes.

Portanto, Amílcar Cabral e seus companheiros fundaram o MAC em 1958, em Lisboa. O MAC era composto por alguns representantes dos países africanos sob domínio colonial portuguesa, a saber; Amílcar Lopes Cabral; Mário de Andrade; Marcelino dos Santos; Noémia de Sousa; Lúcio Lara e Agostinho Neto, com ação mais alinhados de ponto de vista organizacional em relação ao MDCP e MLNCP, tiveram uma atuação abrangente (atuando como defensores dos direitos dos povos africanos da Guiné, Cabo-Verde, Angola Moçambique e São Tomé e Príncipe), acabando assim, por impulsionar mais tarde a criação de principais movimentos da libertação destes países.

Vale, por outro lado, reforçar que a criação de várias estruturas políticas ao longo da clandestinidade visava denunciar sistematicamente atrocidades do colonialismo português que

punha em causa a liberdade dos povos colonizados com sucessivas violações dos direitos humanos. De acordo com Borges (2008, p. 107):

A resistência assumiu diversas formas, assumindo um carácter mais organizado e moderno, adoptou a forma de greves, boicotes, formação de partidos políticos, protestos, opiniões em artigos de jornal, ou propaganda clandestina e, em último caso, a forma de luta armada.

A citação em cima, demonstra diferentes fases que as reivindicações dos colonizados tiveram muito antes de assumirem compromisso de lutar por via armada para independência e autodeterminação dos povos africanos conseqüentemente. Nesse anseio precisamos retomar as ações políticas e diplomáticas de MAC, que durante a primeira fase da sua criação despertou sentimentos nacionalistas contra o colonialismo português na diáspora. Como aponta Borges (2008, p. 108): “A criação e reformulação de organizações políticas clandestinas, tanto em Portugal como no exterior, foram as primeiras formas de resistência organizada anticolonial”.

Os objetivos que nortearam a criação de MAC, segundo Borges (2008, p.108-109, *apud* Lara, 1995, p. 75):

- A conquista imediata da independência nacional dos países africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África;
- propõe-se lutar pelo cumprimento de todas as convenções internacionais que tenham justamente tomado em consideração a situação dos nossos povos;
- denúncia e condenação a repressão brutal a que os patriotas africanos estão sujeitos;
- alerta a todas as organizações patrióticas e todos os Africanos das colónias portuguesas para quem, numa frente unida e invencível, iniciem desde já a preparação, a estruturação e o desenvolvimento das bases e dos meios que permitirão aos nossos povos responder com a violência a todas as violências do colonialismo português.

Em suma, podemos considerar que MAC cumpriu parcialmente a sua missão, isso porque tinha pouco espaço de manobra em território português, por isso fazia suas denúncias contra ações de colonialismo português nas colónias africanas através dos elementos que se encontravam na diáspora, mas através das suas ações conseguiu direcionar os movimentos de libertação locais a dar continuidade de conquistar independências nacionais e liquidar o colonialismo português em África. É imprescindível destacar o papel que teve o MAC na denúncia de Massacre de 3 de agosto no cais de Pindjiguiti de 1959. Segundo Ndjai (2012, p. 111):

No dia 7 de agosto, em carta a Ruth Lara, esposa de Lúcio Lara, Amílcar Cabral havia informado, a partir de Nigéria e de modo telegráfico, seus colegas na Europa sobre o incidente de Pindjiguiti. Com certeza, foi no âmbito do MAC que Lúcio Lara, depois, se encarregou de denunciar internacionalmente o governo português pelo massacre. Na época, o acontecimento mereceu até matéria no jornal francês *Le Monde*.

Seguindo sua linha de atuação, MAC teve um papel fundamental em agitar a escala internacional sobre atrocidades do poder colonial português em África em geral e neste caso concreto do massacre de Pindjiguiti em particular. Ndjai (2012): “aponta ainda pela chamada de atenção de Lúcio Lara a Hugo de Meneses na necessidade de manter contatos com movimentos anticoloniais existentes nas colônias, tendo em vista a limitações do MAC em desencadear algumas ações”.

De acordo com Ndjai (2012, p. 122):

Nessa viagem de agosto e setembro de 1959, o acontecimento de Pindjiguiti não foi a única surpresa de viagem de Amílcar Cabral. A pedido de seus colegas angolanos, em uma missão confiada inicialmente a Noémia de Sousa, também do MAC, mas impossibilitado de se deslocar, Amílcar devia contatar em Luanda alguns nacionalistas, com o fim de recrutarem alguns rapazes que receberiam o treinamento de guerrilha na Tunísia.

Com isso, reforça a ideia de que MAC respondia por toda colônia sob domínio português, ainda que a relação com os movimentos nacionalistas já existente no terreno não tenha sido consolidada. Segundo Ndjai (*ibidem*) reforça que: “Cabral chegou a Luanda, enfrentou a repressão desencadeada pela PIDE. Todo mundo que devia contatar foi preso nesta operação. Deve ter sido um choque. E foi por seu intermédio que os colegas na Europa ficaram também sabendo desse caso de repressão”.

Durante dois (2) anos da sua existência, entre 1958 a 1960, o MAC atuou como primeiro movimento anticolonial que englobava os anseios de todos os países africanos que sofriam com invasão portuguesa, tendo sido representado pelos elementos vindos de toda colônia portuguesa. Na sua dinâmica de atuação, MAC estava estruturado em dois (2) diretórios, a saber: diretório interno em Lisboa, capital da sua fundação e diretório externo em Paris, onde se encontravam Viriato Cruz (que mais tarde vai mudar com a sua família para Frankfurt e depois Berlim ambos na Alemanha), Marcelino dos Santos e outros, enquanto que Lúcio Sara mudou também para Frankfurt. Depois dessas movimentações, passou a constituir três (3) diretórios (Lisboa, Paris e Frankfurt), sendo que o diretório da Alemanha está dividido em dois (2), seções distribuídas em duas cidades alemãs.

De acordo com Sousa (2007, p.189):

Muitas das vezes foi Amílcar Cabral quem, “armado de caixeiro-viajante”, para nos socorrer de uma expressão sua, abraçando todos os riscos que tais missões comportavam, garantiu as ligações entre diretório de Lisboa e as seções do MAC estabelecidas em distintas capitais europeias, fazendo inicialmente os seguintes eixos: Lisboa-Paris-Frankfurt e vice-versa, e, mais tarde, promovendo contatos em África (Lisboa-Luanda-Accra-Bissau) ou então Lisboa-Nigéria-Lunda-Congo Leopoldville-Accra-Bissau-Dakar e Lisboa e ainda Lisboa Paris-Tunes-Londres-Conakry.

Com efeito, essas deslocações de Amílcar Cabral, conduzia discussões pontuais sobre situações dos movimentos de libertação no terreno e as articulações da disporá através do MAC como denominam de” internacionalização dos problemas das colônias portuguesas” dando possibilidades para que os processos da contestação ganhassem o eco internacional junto das organizações que defendiam autodeterminação dos povos sob dominação colonial. Segundo ROLIM (2018, p.22): “O pronunciamento de Amílcar Cabral, conhecido como Relatório Geral, visa explicar a situação e a natureza do colonialismo português, bem como as justificativas e a justeza das lutas destes povos contra o império lusitano”.

É importante reforçar que a trajetória dos movimentos de libertação na diáspora foi marcada por intensa ações de denúncias contra o colonialismo português com objetivo de isolar Portugal dos seus aliados, como também de atrair apoios aos movimentos anticoloniais em diferentes vertentes da luta. Havia também um grande interesse de MAC em estabelecer ligação urgente com movimentos de libertação nas colônias para possibilitar ações concretas o mais rápido possível. Segundo SOUSA (2007, p.192): “Lúcio Lara e Viriato Cruz advogavam que, em cada colônia, se criassem organizações políticas que mobilizariam uma parte do povo, cabendo às frentes nacionais a missão de congregar à sua volta essas diferentes organizações e unir o povo. ”

No entanto, é prescindível assinalar as divergências entre Guilherme Espírito Santo e seção de Frankfurt e Berlim, que acaba suscitar uma reação radical de Mário de Andrade contra o movimento de libertação unitário. Como aponta na sua pesquisa para tese de doutoramento, Sousa (2007, *ibidem*) que:

Por detrás das referidas divergências estavam as críticas de Guilherme Espírito Santo à seção de Frankfurt, em que reprovava a sua forma de trabalhar e de tomar decisões sem consultar as outras seções destas críticas se demarcou, pelo menos, um elemento da seção de Paris, Mário de Andrade. Numa outra carta dirigida a Lúcio Lara, aquele declarava que a Acta da reunião do dia 14 de julho de 1959, redigida por Guilherme Espírito Santo, não correspondia de modo algum aos seus pontos de vista. Foi na mesma carta que, agastado com as críticas de Guilherme Espírito Santo e sem abdicar da luta comum.

É bom ressaltar que o propósito de MAC incluía toda colônia sob dominação portuguesa, mas que as ações referiam mais a Guiné e Angola, talvez isso tenha causado um desconforto em Guilherme Espírito Santo que era de São Tomé e Príncipe. Mas vale ressaltar que Guiné e Angola constituía nas colônias com mais “influências” nas dinâmicas do colonialismo português em África. Em que, na Guiné, não conseguiam efetivar a dominação, apesar de só em décadas de 1950 que começaram a proliferar os movimentos nacionalistas. Enquanto que em Angola a consciência política dos angolanos era mais elevada, e isso era patente na própria organização feita nos movimentos como MDCP, MLNCP e MAC, em tinha mais elementos do que quaisquer países representados pelo movimento. Por outro lado, isso marca um ponto importante para se iniciar a reivindicação contra o poder colonial.

Portanto, essa divergência se alastrou com trocas de cartas entre Mário de Andrade com a direção de MAC, mostrando sua posição em relação ao caminho que pretende prosseguir. Como assinala Sousa (2007, *ibidem*, p. 193), de Mário de Andrade para os seus companheiros: um ponto me interessa esclarecer:

Urge ou não ter uma ligação orgânica com um dos movimentos angolanos? Por outras palavras, o que me interessa é dar a minha contribuição, no plano internacional e dentro das minhas aptidões, à luta que hoje se desenvolve pela independência de Angola. Claro que não abandono as ligações de ordem interafricana, para os territórios sob dominação colonial portuguesa, mas... basta de porcarias do tipo (lusitano) ou (luso-tropical), como essa que acaba de acontecer.

Em resposta à carta de Mário de Andrade. Porém Lúcio Lara escreve para Viriato da Cruz o seguinte:

O Mário continua a pôr o problema de não se sentir verdadeiramente ligado a uma organização angolana, de estar farto daquilo a que ele chama de “porcarias do tipo lusitano ou luso-tropical” em que integra a crítica que nos foi feita pela seção de Paris: Diz ele que estar interessado em trabalhar pela independência de Angola, embora não menospreze a luta a travar no plano de todas as colônias portuguesas. Eu pensava que vocês tinham resolvido já este problema quando ele esteve em Berlim: sinceramente penso também que ele terá certa razão.

Em seguida Viriato da Cruz respondeu o seguinte:

Estou de acordo com a malta de Paris, quando eles insistem na necessidade de se criar e reforçar organismo de feição nacional, que atuem interiormente e sobre o terreno concreto de cada colônia. Cada organização deverá nascer do chão de cada região, de cada território de cada colônia. É aí onde cada organização deverá ter bem fixas as suas raízes. O MAC deverá ser apenas um ponto de confluência de todas as correntes. A grande missão do MAC é o de combater pela unidade de ação e, se possível, de organização, de todas as

organizações de cada colônia. O MAC, em boa vontade, não pode substituir, em eficácia, representatividade e conhecimento locais, as organizações de caráter nacional.

Essas divergências impulsionaram melhores enquadramentos ideológicos entre camaradas de MAC, que mais tarde vão possibilitar contatos com movimentos nacionalistas nas colônias como era desejo de maioria. No caso da Guiné portuguesa, foi possível estabelecer contato com MLG, que já tinha suas bases alargadas entre três capitais da sub-região, nomeadamente Bissau, Dakar e Conakry.

De acordo com Pereira (2002); Cabral, (1984); na sua passagem a Bissau em setembro de 1959, Amílcar Cabral teve encontro com Rafael Barbosa, que era alto dirigente de MLG que até então desenvolvia ações política de cunho nacionalista em Bissau, com a intenção de o apresentar proposta da unidade entre os dois (2), movimentos PAI e MLG, respetivamente para luta contra inimigo comum.

De salientar que um (1) dia depois de Amílcar Cabral ter estabelecido acordo de unidade MLG e PAI, na senda internacional o MAC foi dissolvido em derretimento de uma nova organização anticolonial, denominado de Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), na II conferência dos Povos Africano realizada em Tunes, de 25 a 30 de janeiro de 1960, numa reunião consensual entre diferentes dirigentes da colônia portuguesa. Com intuito de estruturar uma frente revolucionária mais concisa para suprir demandas que o colonialismo português lhes impunha em diferentes colônias.

Neste anseio, passado um pouco mais de um (1) ano da Fundação de FRAIN, teve a fundação de Conferência das Organizações Nacionalista das Colônias Portuguesa (CONCP), fundada no dia 18 de abril de 1961, em Marrocos, com objetivo de coordenar o processo de desenvolvimento da luta, como também de fortalecer a unidade entre diferentes movimentos nacionalista das colônias portuguesa, a saber: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC), União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e também Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), direcionadas em ações e programas comuns da luta.

Com a sua sede fixada em Rabat, (Marrocos), sob liderança do seu secretário Marcelino dos Santos de Moçambique. CONCP marcou sistematicamente o desejo de unidade entre os movimentos de libertação tanto na diáspora como no terreno para caminhar juntos no desencadeamento da ofensiva contra dominação Portuguesa.

3.2 A Base Revolucionária do PAIGC em Conacri

Em virtude da dinâmica que se viviam nas colônias com repressão, sem autorização para manifestação política contra os desígnios das autoridades colônias era necessário conseguir apoio dos países vizinhos recém independente para retaguarda, como por exemplo no caso dos Bissau-Guineenses que estabeleceram contato com autoridades de Guiné Conacri para cedência de base ou seja um quartel general que possibilitaria o desencadeamento da luta através da fronteira de zona Sul para interior da então Guiné (portuguesa).

No entanto, vale ressaltar que a mudança para Conacri não foi uma tarefa fácil para Amílcar Cabral tendo em conta os grupos Bissau-Guineenses que se encontrava na capital guineense de Conacri, que na sua maioria eram hostis ao projeto de unidade chefiado pelo Cabral com Aval de Rafael Barbosa e como também de alguns cabo-verdianos tanto em Conacri como também em Dakar (capital senegalesa). Podemos considerar que nessa altura Amílcar Cabral enfrentava duas lutas a que Ndjai (2012); chamou de “luta pela afirmação”; uma era com Bissau-Guineenses e cabo-verdianos que não queriam unidade para luta de libertação e a outra luta era para que o seu movimento libertação Binacional tenha reconhecimento internacional. Nessa senda, a década de 1960 foi marcada com imensas viagens de contatos de Amílcar Cabral com várias organizações mundiais que apoiavam independências dos países dominados. Segundo SOUSA (2007, p. 508):

A “ofensiva” diplomática de Amílcar Cabral tinha como finalidade dar a conhecer o seu partido e o seu projeto político a nível internacional, nomeadamente junto das organizações como a ONU, os não-alinhados, o Conselho de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, os Países da União Africana e Malgache (UAM), a Conferência dos Povos Africanos e também a organização da Unidade Africana (OUA).

Posto isso, é de notar que a projeção da ofensiva diplomática do PAI-GC, que além de almejar reconhecimento internacional da sua luta anticolonial, também pendia um desejo ambicioso de conquistar independência em curto prazo. Como afirma SOUSA (*ibidem*): “Cabral procurava, junto desta organização, apoios políticos que permitissem aos seus dois (2) territórios (Guiné e Cabo-verde) acederem à independência nos primórdios de 1963.” Na sua tese de doutorado em História contemporânea pela universidade de Lisboa, Sousa (2007, *ibidem*) aponta dois motivos para o fracasso da independência em 1963. A saber:

- Em virtude da proliferação dos movimentos de libertação nacional, era necessário encontrar uma solução unitária;

- Em virtude dos mecanismos legais da ONU, no seio da qual contava obter apoios para a proclamação da independência com base na Resolução 1514 (XV), estarem subjugados aos interesses dos Estados-Membros, que nem sempre eram coincidentes com os princípios consignados na Carta Magna daquela organização.

Portanto, o falhanço do objetivo ambicioso da independência imediata em 1963, obrigou Amílcar Cabral e seus camaradas do PAI-GC a eleger a unidade dos movimentos de libertação Bissau-guineenses e Cabo-verdianos em Bissau, Conacri e Dakar respetivamente como prioridades para primeiros anos da década de 1960 e conseqüentemente afirmar-se como único e legítimo representante dos interesses dos povos da Guiné e Cabo-verde.

Nesse contexto, a luta pela afirmação do PAIGC, no cenário internacional como legítimo representante dos povos Bissau-guineenses e cabo-verdianos passava necessariamente por um reconhecimento interno da proposta unitária de Amílcar Cabral, por parte dos guineenses tanto como dos cabo-verdianos. É importante destacar que a proposta de unidade que Amílcar Cabral apresentava dialogava com anseio de maioria dos líderes africanos pan-africanistas inclusive do Sekou Touré que era apologista da unidade dos povos africanos, o que geralmente facilitou o seu reconhecimento e apoio por parte das autoridades de Guiné Conacri.

De acordo com Candé Monteiro (2013, p. 155-156): “A proposta de Amílcar Cabral distingue-se pelo desafio e modo como impôs aos Bissau-guineenses e cabo-verdianos o seu projeto de libertação, com o objetivo de formar duas nações sob uma única bandeira, para os dois povos, após a independência”. No entanto, o fator histórico que o Amílcar sustentava sua proposta da unidade era exatamente o mesmo fato que os Bissau-guineenses elegia como fator para não aceitar união com os cabo-verdianos, porque eram consideradas de segundo colonizador por prestarem serviço pelos portugueses para submeter os guineenses a autoridades coloniais.

Este fato tornou-se “calcanhar de Aquiles” do projeto político de Amílcar Cabral, impossibilitando contatos com a maioria dos guineenses em Conacri nos primeiros anos da sua instalação na capital vizinha de Conacri. De lembrar que, depois de mudar para Conacri, Amílcar Cabral tentou estabelecer contatos com Bissau-guineenses e cabo-verdianos residentes em Conacri a fim de apresentar o recém-criado movimento de libertação P.A.I-GC, para assim conhecerem a proposta da unidade dos dois (2) povos como havia acertado com Rafael Barbosa em Bissau.

Segundo Ndjai (2012, p.139):

Com a fixação em Conakry, competia a Amílcar Cabral enquadrar os refugiados guineenses que ali se proliferavam. Mas estes estavam organizados em torno do MLTDP, fundado com a iniciativa de Hugo Azancot de Menezes, no quadro do MAC, com o apoio das autoridades locais, e a seção de MLG nesta cidade.

No entanto, Amílcar Cabral como era de se esperar encontrou muitas dificuldades para estabelecer contatos com refugiados guineenses em Conacri, que não o reconhecia como guineense e muito menos como um possível líder pela causa da libertação nacional, isto porque Amílcar Cabral carecia de uma identidade étnica Bissau-guineense. De salientar que Amílcar. Até então, era o único militante do seu partido a chegar em Conacri, por isso, passou a fazer articulação com seus companheiros de FRAIN, e alguns guineenses apologistas da causa unitária, até chegarem Luís Cabral e Aristides Pereira para assim alargar a base em Conacri.

O primeiro trimestre de Amílcar Cabral em Conacri, foram marcadas de diversas trocas de acusações com alguns elementos da ala de MLG em Conacri que se opunham contra o projeto binacional de Cabral. Portanto a direção do MLTDP chefiado por Hugo de Menezes, com sérias crises de liderança, não conseguia cumprir um papel plausível para sanar a discórdia que assombrava os avanços obtidos na conferência de Tunes por elementos de FRAIN que almejavam ações concretas nas respectivas colônias, isso porque na sua ausência, Hugo de Menezes teria sido substituído na direção do Movimento por Luís Alfredo da Silva (Tchalumbé), na assembleia realizada no dia 31 de janeiro de 1960, quando da sua participação na conferência de Tunes. Como aponta Ndjai (2012, p. 140):

Hugo Anzacot de Menezes, apesar de sua boa relação com as autoridades de Conacri, tinha grandes dificuldades de pôr ordem em casa. Estranhamente, antes de partir para Tunes, Lúcio Lara havia lhe dito, em carta de 5 de janeiro, que “seria ótimo que pudesse vir alguém da Guiné dita portuguesa, para a conferência. No entanto, foi sozinho. E, quando voltou, a direção do movimento havia sido mudada na sua ausência.

Perante essa persistida discordância entre ala que apoiava unidade proposta entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa e a ala contra. A chegada de Amílcar Cabral em Conacri despertava também uma esperança para seus companheiros de FRAIN, que via na sua chegada um grande passo para efetivamente estabelecer contatos com movimentos internos como havia sido acordado na Conferência de Tunes. Para Viriato Cruz, Segundo Sousa (2011, p. 239-240 *apud* Ndjai 2012, p. 139): “os grandes benefícios oferecidos por Conacri, como por exemplo,

uma base de trabalho no exterior, tinham de ser aproveitados com sucesso em favor de Amílcar Cabral, independentemente de qualquer situação contraditória que se lhes apresentasse”.

Portanto, a vantagem que P.A.I-GC de Amílcar Cabral oferecia aos outros movimentos de libertação no caso da sua afirmação em Conacri, levaram com que os seus aliados de FRAIN conspirassem a seu favor para que as autoridades de Guiné Conacri pudessem finalmente reconhecer Amílcar e o seu partido como legítimo representante do povo da Guiné e Cabo-verde em Conacri. No entanto, vale lembrar que a confusão que reinava em Conacri fizera com que Amílcar Cabral planejasse sua mudança para Acra, capital do Gana, caso persistissem desavenças na luta para afirmação em Conacri. Segundo Sousa (2007, p. 241-242):

Como indicou Armando Ramos, o PAI/PAIGC só começou a ser de fato um partido com uma certa forma a partir da chegada de Amílcar Cabral a Conacri. Mas não foi fácil ao líder do PAI/PAIGC, num primeiro momento, convencer os seus compatriotas emigrantes e as autoridades da Guiné-Conacri, sobretudo depois dos opositores à sua liderança, que não olhavam a meios para o difamar e caluniar, se terem queixado às autoridades guineenses, de que era casado “com a sobrinha de Salazar” e que tinha trazido muito “dinheiro para dividir os guineenses”. Por detrás destas acusações encontravam-se, de acordo com Armando Ramos, os seguintes elementos: Belarmino Gomes, Luís da Silva (“Tchalumbé”) e Ernestina da Silva.

Perante esta corrente diversionista que abalava a direção do MLTDP e tem piorado com a chegada de Amílcar Cabral, o obrigou a posicionar perante acusações que ponham em cheque a sua segurança e de vários elementos que atuavam na clandestinidade em Bissau. Segundo Sousa (2007, p. 242 - 243):

Amílcar Cabral redigiu e fez distribuir um “comunicado”, datado de 2 de junho de 1960, intitulado “Apelo à consciência dos guineenses e cabo-verdianos”. Neste documento, em que denunciava a difícil privação a que estavam sujeitos os povos da Guiné e de Cabo-Verde, falava também da existência do MLGC em Senegal, fundado por iniciativa do seu partido e perguntava qual era atitude dos “milhares de guineenses e cabo-verdianos que viviam em Conacri.

O teor da carta:

“Enquanto o povo passa fome na Guiné e morre de fome em Cabo-Verde, enquanto a polícia portuguesa prende e tortura os nossos patrícios e destrói as nossas famílias, alguns dos nossos patrícios, que estão na capital desta terra, fazem << assembleias >> que dão em zaragatas, discutem questões pessoais, arranjam intrigas, sonham com bolsas de estudo na Europa, metem medo a uns e a outros... e dizem que vão libertar todas as colônias portuguesas. Mas a grande maioria dos guineenses e cabo-verdianos que estão a viver nesta terra, sabem que as coisas assim como estão, não estão bem. Entanto o que é preciso fazer? É preciso organizar, com

urgência, todos os guineenses e todos os cabo-verdianos que estão nesta terra. É preciso acabar de vez com esta triste luta entre irmãos; é acabar com questões pessoais, com intrigas, é preciso não enganar ninguém com bolsa nem meter medo a ninguém. É preciso acabar com a vaidade de que meia dúzia de pessoas vão mesmo libertar as colônias portuguesas”.

No nosso entender a carta foi explícita em inibir a ilusão de querer resolver problemas da colônia por um grupo reduzidos de pessoas, esclarecer um pouco os problemas nas colônias e também chamar a responsabilidade de todos perante situação das populações que estão sob pressão da máquina repressora portuguesa nas colônias. O que acabou por repercutir entre emigrantes Bissau-guineenses e cabo-verdianos ganhando a simpatia de uns e agudizando as fúrias dos outros.

No entanto, não é menos importante reforçar que a hostilidade dos guineenses contra a figura de Amílcar Cabral e sua proposta unitária deve-se ao fato de ser filho de cabo-verdianos e conseqüentemente lhe faltar os atributos étnicos que lhe liga ao quadrante sociocultural que compõe o mosaico étnico Bissau-guineense, o que perdurou quase toda luta e assombrou constantemente o desenvolvimento da luta. Como aponta Candé Monteiro (2013, p. 161):

Essa atmosfera de rivalidades e sabotagens contra as ações do PAIGC, que preconizavam a unidade para a luta, justificava-se a priori pela resistência da origem cabo-verdiana de Amílcar Cabral, ou seja, ele carecia do atributo que distingue os Bissau-guineenses (laços étnicos) não obstante o seu reconhecimento no país, enquanto cidadão Bissau-guineense, ser recente depois da luta de libertação nacional, em particular no período após a sua morte.

Portanto, os aspectos da afirmação em Conacri transcendiam aspectos políticos como se pode constatar na citação acima. Com isso a situação dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na capital guineense de Conacri tendia a piorar, até que Armando Ramos, na qualidade de secretário do MLTDP, convocou a reunião que viria a decidir a vida política das partes em conflito.

Sendo assim, foi possível juntar as partes para uma reunião decisiva não só para acabar com acusação e intrigas entre as partes, mas também para estruturas ações concretas que efetivamente vão refletir no sucesso da luta armada. No entanto, nessa Reunião/Assembleia que Sousa Soares, apelida “de tudo ou nada”, realizada no dia 29 de junho de 1960, presidida por Armando Ramos, como presidente da mesa, Joseph Turpin na qualidade de secretário, Rogério de Oliveira como primeiro Assessor e por último Luciano N´dau como segundo Assessor,

marcou decisivamente o rumo dos acontecimentos que resultou na autodeterminação dos povos da Guiné e Cabo-Verde.

De acordo com Sousa Soares (2007, p. 245):

No discurso de abertura, Armando Ramos confirmou o fracasso de MLTDP em virtude de, desde a sua fundação até à data, nunca teria realizado “nenhum trabalho concreto, mesmo no sentido da realidade política africana”. Referiu-se à presença em Conakry de Abel Djassi (Amílcar Cabral), “fundador e líder do movimento revolucionário dos nossos países” e também criticou as “discussões e manobras” de Luís da Silva, Paulo Dias e Gabriel Gomes da Costa por, sistematicamente, se recusarem “a trabalhar com o camarada Djassi”, que eles tinham conhecimento que era “o fundador da revolução Nacional e o líder incontestado do partido clandestino dos nossos países”.

O discurso ilustrador do presidente da mesa de assembleia na pessoa de Armando Ramos sobre a situação política dos movimentos de libertação em Conacri causou impacto positivo entre os participantes, no sentido de deixarem as diferenças de lado e dissuadir qualquer manobra que visasse colocar em causa o planeamento para a luta de libertação nacional.

Por outro lado, seguiu-se com pronunciamento de Amílcar Cabral na assembleia, a fim de apresentar e deixar o seu ponto de vista em relação a situação das colónias, mas também da própria disputa para afirmação em Conacri, na presença de militantes e simpatizantes das causas da autodeterminação nas colónias e das próprias autoridades guineenses de Conacri. Como aponta Sousa Soares (*Ibidem*):

Para os camaradas fazerem ideia do que era, eu comecei a falar desde por volta das 8 horas da noite até às 2 horas da madrugada. À meia-noite, os representantes do Bureau político do PDG que lá estavam escreveram-me um bilhete dizendo que chegava, que já tinham compreendido. Acabamos a reunião, propondo a expulsão do chefe dos oportunistas de todas as coisas ligadas ao nosso movimento de libertação. Os nossos camaradas levantaram-se todos gritando, de pé o nome do nosso partido.

Portanto, podemos considerar que a partir daí começou o protagonismo de Amílcar Cabral em Conacri sobre os seus oponentes que optaram por um discurso menos optimista na pessoa de Luís da Silva. Como se pode ver a seguir. Sousa Soares (2007, p. 246): “Nem daqui a vinte anos o povo da Guiné dita portuguesa estará em condições de tomar a sua independência e de realizar a democracia e, ainda que ele não aconselha a ninguém a atravessar a fronteira com o fim de lutar pela libertação da nossa terra do jugo colonial”.

De salientar que assembleia de “tudo ou nada” realizada de dia 29 de junho de 1960 a madrugada de 30 de junho, ficou determinado na Resolução Geral o fim do MLTDP e a criação de Movimento de Libertação da Guiné e Cabo-Verde (MLGCV). Como integração entre MLG e PAI, acordo entre Rafael Barbosa e Amílcar Cabral, em setembro de 1959 em Bissau, durante encontro que tiveram. E assim Amílcar Cabral passa a liderar o movimento de libertação da Guiné e Cabo-verde a partir de Conacri e Rafael Barbosa, em Bissau, liderando o movimento e as ações de mobilizações.

No entanto, passados cinco (5) dias depois da última reunião, foi convocada uma assembleia geral na casa de Verônica Tavares, em que seria determinada a constituição da direção do movimento e aprovação do seu estatuto. Constituindo, assim, o comitê diretor do MLGCV. Com seguintes camaradas, a saber: Amílcar Cabral (Bureau Político e Relações Exteriores); Armando Ramos (Bureau de Controle); Adriano Araújo (Bureau de Organização e Propaganda); Inácio Silva (Finanças); Veronica Tavares (assuntos Sociais e Culturais) e Richard Turpin (Defesa e Segurança).

Portanto, com a vitória em Conacri, Dakar torna-se próximo alvo. Amílcar Cabral começou um novo périplo na capital senegalesa para aglutinar refugiados e imigrantes guineenses e cabo-verdianos à volta do PAI/MLGCV, para assim, dinamizar ações nas duas fronteiras da vizinha Guiné-portuguesa. No entanto, é bom lembrar que a dinâmica em Dakar era um pouco diferente em relação a Conacri. Segundo Ndjai (2012, p. 144):

Ali, havia grande número de organizações nacionalistas, provavelmente, por causa da maior liberdade de formação que o regime de Senghor proporcionava. Muitas delas, na verdade, tinham apenas nome, sem estrutura, mas não deixavam de constituir em um fator complicador para os planos de Amílcar Cabral.

Nesse anseio, os contatos em Dakar tinham seus contornos desafiadores, se em Conacri as divergências aconteciam com uns grupos de Bissau-guineenses que se opunham ao projeto da unidade, a etapa de Dakar apresenta outra realidade. Isto porque existiam vários movimentos de libertação da ilha de Cabo-Verde e outros dos Bissau-guineenses. O que acaba tornando a missão de aglutiná-los a volta do projeto político de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa quase impossível.

De lado dos guineenses existia volta de quatro (4) movimentos mais estruturados, a saber: O Movimento da Libertação da Guiné (MLG), o Movimento da Libertação da Guiné e Cabo-Verde (MLGCV); a União dos Povos da Guiné (UPG); a Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG); a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP); a União da População Libertada da Guiné (UPLG). Enquanto que os Cabo-verdianos tinha em volta de três (3)

movimentos com mais estruturas, no caso de União Democrática de Cabo-Verde (UDC); o Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo-Verde (MLICV) e a União das População da Ilha de Cabo-Verde (UPICV).

De salientar que o FLING, um dos mais influentes movimentos da libertação da Guiné Portuguesa, surgiu em 1962, dois (2) anos mais tarde, da luta pela afirmação do PAI/MLGCV em Conacri e Dakar, fruto de dissidência dos elementos de alguns movimentos de libertação da Guiné acima mencionada, tendo como seus representantes Henry Labery (líder), Vicente Có, Benjamim Pinto Bull, Cesário Alvarenga e François Mendy entre outros.

Neste contexto, a disputa de Dakar acaba não sendo favorável para a cúpula do PAI/MLGCV no primeiro momento, tendo em vista o modelo pacífico de Senghor para resolução das questões colônias. Sendo assim, de alguma forma influenciou vários movimentos que ali se encontravam e ainda ter viabilizado alguns contatos entre o embaixador de Portugal em Dakar com líderes de movimentos nacionalistas. Como aponta Ndjai (2012, p. 145):

Deixando esse aspecto de luta política de lado, os contatos do cônsul português com Benjamim Pinto Bull, líder de UNGP, em que este foi recebido pelas autoridades de Lisboa ligadas às questões ultramarinas, e o próprio Salazar, em julho de 1962, era indiciário de algum tipo de concessão da parte do Governo Português em questões ultramarinas.

No tocante a isto, esta situação preocupou a ala revolucionária da libertação africana, no caso de Guiné Conacri de Sekou Touré e Gana de Kwame Nkrumah, que pressionaram o Senghor a abdicar de estabelecer contatos diplomáticos com Países (no caso Portugal) que mantinha colônia em África. Para estes revolucionários esta atitude era contra os desígnios da unidade africana. Em todo caso esta decisão beneficiou PAI/MLGCV, de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, que prezava pela via revolucionária para o jugo colonial na Guiné e Cabo-Verde.

De modo geral, a situação em Dakar tornou-se flexível para o projeto político de unidade Binacional em Senegal, que, em outubro de 1960, ficou marcado pelo reencontro de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa onde aconteceu uma das reuniões mais importantes na vida política do movimento. No entanto, ficou decidido a instalação definitiva de quartel general em Conacri e do desencadeamento de ações concretas através das composições de órgãos do partido (Comitê Nacional, Conferência Nacional, e Bureau Político, elaboração do programa e estatutos etc.) para dar resposta ao desejo da independência binacional.

Algumas literaturas Bissau-guineenses, consideram este acontecimento como marco da fundação do PAIGC, apesar de consideraram por outro lado, o encontro de 19 de setembro de 1959 em Bissau e da primeira apresentação internacional de PAI em janeiro de mesmo ano em Tunes

3.3 As Vantagens do Pan-africanismo para o PAI-GC

De acordo com Borges (2008, p. 105): “A emergência dos nacionalistas e de lutas armadas para a conquista da independência, como foram o caso da Indochina, Índia, Indonésia, Norte de África (Marrocos e Argélia), as experiências na China com a Revolução Cultural levaram a África negra a consciencializar-se”.

No contexto da África negra os debates sobre a unidade africana e o espírito pan-africanista contribuíram para edificação do nacionalismo contra o sistema colonial no continente africano em geral e no contexto da Guiné portuguesa em particular, o que constitui grande vantagem para Amílcar Cabral e o seu movimento em relação aos seus opositores na disputa pela afirmação em Conacri e Dakar.

Para compreender esse fenômeno é necessário olhar pelo contexto africano da época, em que se falava muito da federalização dos estados africanos recém independentes. Apesar de não resultar em alguns casos, essa tentativa impulsionou grandes debates em conferências pan-africana sobre o colonialismo no continente. Como aponta Borges (2008, p. 106):

Em 1958, promove a Conferência de Accra, a primeira manifestação do movimento pan-africanista em terras africanas livres, com o objetivo de unir a luta pela independência entre todos os povos africanos e fomentar uma política externa de carácter continental, política essa que pressupunha uma cooperação cultural e económica entre todos os Estados Africanos

Doutro lado, Gama (2022, p. 88), reforça o seguinte:

O pan-africanismo se tornou a representação popular de todos os pretos no mundo, seja na África ou na diáspora. O movimento procurava a união desse grupo. Sua categorização centralizava em racismo biológico, portanto, a união entre os pretos assentava na libertação principalmente dos africanos na luta pela emancipação.

Essa iniciativa caracteriza-se no debate à volta do slogan: *África deve unir*. Apadrinhado pelos governos revolucionários de Gana e Guiné Conacri, que tinham iniciativa de unir seus estados, tornando-lhes em uma nação federativa africana. A volta disso, ganha fôlego o projeto político da unidade binacional para luta contra o colonialismo português na

Guiné e Cabo-verde. Tendo possibilitado conquistas internas contra aqueles que não concordavam com a unidade de Guiné e Cabo-Verde.

Partindo do pressuposto de que a África deve unir, algumas nações africanas independentes se mostravam determinadas em concretizar essa ideia como o caso da Guiné Conacri que pretendia construir aliança federativa com Gana. Por outro lado, a federação do Mali que juntaria o Sudão, atual Benin, Alto Volta atual, Burkina Faso, Senegal. E o próprio Guiné e Cabo-Verde sob alçada de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, entre outros países que haviam tentado a união. Segundo Sousa Soares (2007, p. 220): “finalmente, um dos projetos que se tornou sólido e duradouro na África Austral foi a união entre o Tanganica e Zanzibar, que, em 1964, daria origem a Tanzânia, sob a liderança de Julius Nyerere”.

No caso da Guiné e Cabo-Verde, os fatores históricos de partilha da mesma origem ancestral e cultural impulsionaram entendimento entre Amílcar Cabral e Rafael Barbosa para sustentar o projeto da unidade binacional. Apesar de sempre existir contestação contra essa unidade tanto por parte de alguns Bissau-guineenses e como de alguns cabo-verdianos, o projeto da unidade resistiu várias situações até depois da independência dos dois (2) países. Portanto a ruptura venha acontecer sete (7) anos depois da proclamação da independência unilateral da Guiné-Bissau, com o golpe de estado de 1980, denominado de “Movimento Reajustador” liderado pelo general João Bernardo Vieira (Nino).

Voltando para importância que teve o pan-africanismo na vida dos movimentos de libertação. Os ideais pan-africanistas mobilizaram gigantesca onda de solidariedade com os povos que haviam desencadeado ações armadas para libertação dos seus territórios da ocupação colonial. Uma vez que as vias do diálogo foram ignoradas aos países sob domínio português. Como aponta Cabral (2018, p. 126): “A luta política chegou a uma forma armada porque os colonialistas não quiseram dar um mínimo de satisfação à nossa aspiração a sermos livres”.

Em várias ocasiões Amílcar Cabral denunciava as tentativas do poder colonial em colocar em causa as lutas do povo pela sua autodeterminação com frustrada campanha de desinformação contra o seu movimento de libertação. Segundo VILLEN (2013, P 141): “À opressão social e econômica se somava também a opressão fascista posta em prática pelo estado português contra os patriotas africanos e contra a população civil como meio de frear os movimentos de libertação nacional”.

A marginalização dos movimentos nacionalistas criou tensões que inevitavelmente possibilitaram o desencadeamento de ataques armados violentos entre as partes. Vale lembrar

que no início da ação armada o PAIGC, carecia de materiais bélicas suficientes para combates. Aqui entra a grande contribuição de países recém independentes como Gana, Guiné Conacri, Senegal, Marrocos, Argélia, entre outros, através de apoios materiais de guerra, formações militares e de produtos alimentícios.

Nessa perspectiva a luta pela libertação da Guiné e Cabo-verde começou a ganhar contornos desejados pelos nacionalistas no terreno. Os primeiros apoios vindos de China, Marrocos, Argélia e Gana possibilitaram o desencadeamento de primeiras ações armadas nas matas da Guiné. “A visita de Amílcar Cabral à República da China em agosto de 1960 marca o início da terceira etapa na preparação para a luta na Guiné-Bissau. É nessa visita que o presidente da China concedeu ao PAIGC a possibilidade de formação dos quadros para a luta de libertação”. (Candé Monteiro, 2013, P. 166).

É importante também ressaltar os apoios vindos do bloco socialista soviético (URSS) e da Cuba. A posição do líder cubano Fidel Castro em relação ao anti-imperialismo e anticolonialismo possibilitou apoios ao PAIGC sem restrições para os objetivos do partido no processo da luta de libertação. A URSS foi responsável pelo apoio militar que mudou rumo dos combates nas frentes de batalha que conseqüentemente possibilitaram a derrota de Portugal. Como foi abordado no último capítulo. Os apoios desses países socialistas foram preponderantes tanto no plano político como militar. Foram responsáveis pela formação dos primeiros enfermeiros e enfermeiras que cuidavam dos feridos da guerra.

O apoio da Suécia embora um pouco mais tarde por volta de 1969, quando começou a dar atenção a lutas anticoloniais na África sob domínio português. O apoio do governo sueco era mais no domínio da ajuda humanitária. Como aponta Sellstrom (2008, p. 146.): “houve uma série de suecos (representando o movimento de solidariedade das ONGs, mas também o Partido Social Democrata) que entrou em contato com o PAIGC para visitar as zonas libertadas da Guiné-Bissau. ” É relevante enaltecer a importância dessas visitas realizadas nas zonas libertadas na denúncia contra Portugal. Como aponta Sellstrom (*ibidem*):

Dando uma publicidade muito grande às suas experiências, as primeiras visitas foram organizadas, de forma digna de nota, em 1968, por Rolf Gustavsson do Comité da África do Sul de Lund, pelo escritor Göran Palm e Bertil Malmström do Comité de Uppsala para a África do Sul em 1969, pelo acadêmico Lars Rudebeck em 1970 e pela deputada social democrata Birgitta Dahl, em conjunto com o jornalista Knut Andreassen, também em 1970. Foram feitos relatos mais tarde que, em conjunto com os relatórios tão claros que apresentaram, guiaram o governo sueco e ajudaram a manter elevados níveis de apoio do público à luta do PAIGC.

Como demonstra a citação em cima, as visitas suecas aconteciam num momento em que PAIGC controlava boa parte do território onde tinha sido montada estrutura para funcionamento de um estado. Com criação de postos de saúde e serviços educacionais, tendo considerado na altura Guiné-Bissau um país independente, mas com parte do seu território ocupado pelo inimigo.

Essa situação reforçou as denúncias feitas por Amílcar Cabral para a Organização das Nações Unidas sobre a situação das colônias portuguesas em África. “ O Comité dos Sete ouvira na deslocação a África, agrupamentos recém-criados, que revelavam efetuar um grande investimento na utilização de meios diplomáticos contra o colonialismo português, entenderam também apresentar depoimentos. ” (Santos, 2017, p. 105).

De acordo com Cabral (2014, p.160):

O nosso partido trabalhou e lutou muito para conseguir esse apoio político, tanto em África como no resto do mundo. Desde 1960, nós, da Guiné e Cabo-Verde, tivemos sorte, porque eu fui o indicado pelos votos de todos os camaradas das colônias portuguesas que estavam conosco para começar a denunciar o colonialismo português no mundo.

Nesta senda, Amílcar Cabral através do PAIGC continua a usar estratégias para isolar Portugal dos seus aliados a nível da diplomacia. Por outro lado, apela pela necessidade de manter coeso em relação à realidade da luta no terreno. “Temos de definir claramente a nossa consciência política, porque o inimigo faz pressão para destruir a nossa resistência política. Há muito que a definimos. Quem não sabe é porque não se interessou em saber bem” (Cabral, 2014, p. 156).

Em linhas gerais, a influência diplomática de Amílcar Cabral tornou possível provar a farsa do poder colonial portuguesa nas colônias africanas, que no caso da Guiné e Cabo-verde, além dos outros crimes abusos perpetuados nessas colônias continuava a sustentar a ideia de que esses territórios eram constitucionalmente incorporados como províncias ultramarinas portuguesa.

4. VERTENTE MILITAR DA LUTA ARMADA

Neste capítulo pretendemos discutir a ação direta e as estratégias desencadeadas por militantes do P.A.I.G.C no processo de luta de libertação. Interessa-nos, por outro lado, analisar a passagem de guerrilhas para emergência na criação das forças armadas revolucionárias do

povo (FARP), no contexto da luta de libertação e o seu propósito como uma força estruturada da luta e seus desempenhos nas tomadas de bases portuguesas. Interessa-nos também, por outro lado, abordar a reação das forças armadas depois da morte de Amílcar Cabral, e os desdobramentos para sua substituição após a sua morte e em seguida analisar os ataques por ele sofridos pelos portugueses e pôr fim a proclamação da independência unilateralmente.

4.1 As Reivindicações dos Marinheiros/Massacre Pindjiguiti de 1959 à Primeiras Ações do PAIGC na Luta Armada

No entanto, dado o início das operações militares em 1963 e a sua intensificação no final da década, é mais natural que, quer o partido, quer os seus quadros em formação no exterior, tivessem a oportunidade de observar plenamente e aplicar todas as teorias e estratégias da luta revolucionária. (Nóbrega, 2003, p. 195).

É importante enfatizar que as consequências do massacre de 3 de agosto de 1959 foram, entretanto, o marco importante que impulsionou a luta armada na Guiné-Bissau. A principal causa do massacre é a não aceitação de qualquer tipo de contestação ao poder colonial português. Quando o partido optou por mobilizar os marinheiros clandestinamente para finalmente denunciar a precariedade das condições de trabalho e dos seus salários, os militares portugueses massacraram esses marinheiros por “desacato” ao seu poder. Como se pode ver na fala da camarada Carmem Pereira¹⁵, combatente da liberdade da pátria:

“Massacre de 3 de agosto foi a revolta dos marinheiros que reivindicavam os seus direitos de trabalhadores e aumento de salário, mas dentro dessa reivindicação estava a mão do partido por que essas pessoas foram mobilizadas pelo partido para reivindicar os seus direitos porque recebiam arroz e um pouco mais de dois pesos que seria para reforçar nas compras dos outros produtos da primeira necessidade, então partido achou que esse era uma condição de exploração que é contra o princípio do partido e optou por mobilizar marinheiros para reivindicações que terminou com massacre de mais de 50 pessoas e desaparecidas. Algumas que participaram naquela mobilização morreram, mas temos camarada Carlos Correia como referências daqueles que estão ainda de vida. Ele era funcionário da casa Gouveia e tinha muitas facilidades para se comunicar com os marinheiros.”

¹⁵ Entrevista concedida em fevereiro de 2016, em Bissau.

O Massacre de Pindjiguiti foi talvez a primeira vez que o povo guineense em conjunto resolveu manifestar contra ações do poder colonial, mas as respostas dos portugueses foram sempre de violências sem critérios, violência indiscriminada que resultou na morte de muita gente. Os marinheiros não tinham nada para se defender e, aliás, não imaginavam que tudo poderia acabar numa reação forte e cruel ceifando vidas de muitas pessoas. Com esta situação, os marinheiros recorreram a paus, remos e catanas para se defender, mas pouco ajudou, pois, o inimigo tinha armas de fogo. Sem condições para resistir, alguns resolveram pular para água e conseguiram ajuda dos colegas que estavam no ilhéu através de canoas e outros esconderam atrás dos barcos velhos que lá estavam. Mais tarde os corpos foram levados para hospital (casinha mortuária) e proibiram familiares de ver os seus entes queridos mortos no massacre. Segundo Manuel dos Santos (Manecas)¹⁶; “realmente houve prisões dos sobreviventes, e até o camarada Carlos Correia que não era marinheiro, mas que ficou insatisfeito com o acontecido reclamou e foi preso”.

No dia 3 de agosto de 1961, Cabral anunciou a passagem à ação direta, abriu a possibilidade de estender as mobilizações clandestinas para as zonas rurais onde os inimigos tinham pouca acessibilidade em relação a Bissau. As mobilizações clandestinas nas zonas rurais constituem as estratégias das primeiras ações do partido no plano da luta armada.

De Conacri saíam jovens instruídos para dar continuidade das mobilizações que havia iniciado em Bissau desde fundação do partido, segundo Aristides, na sua obra *O Meu Testemunho*:

Fim da preparação ideológica e política, os jovens militantes que passaram pelo Lar dos Combatentes voltavam para o mato em missão de mobilização dos camponeses, cuja maioria acolheu entusiasticamente a mensagem e aderiu ao movimento para a libertação nacional. (Pereira, 2003, p. 144).

Nessa altura os jovens que eram formados na China e Conacri, respetivamente. Intensificaram ação de mobilização no Sul, Norte e Leste, estabelecendo contatos com autoridades étnicas (régulos) com vista a mobilizar jovens para aderir à luta, o que não foi tão fácil e nem sempre tiveram ajudas dos régulos tendo em conta que alguns desses chefes tradicionais tinham contatos diretos com autoridades coloniais.

É importante ressaltar que não é em todos os lugares que tinham régulos, pois régulo é um fenómeno de estratificação da sociedade e a maioria das etnias da sociedade guineense era

¹⁶ Entrevista concedida em janeiro de 2016, em Bissau.

horizontais apesar de que também tinham pessoas que os portugueses chamavam de “régulos” e impunham mais ou menos à população, mas que não tinham o poder que os régulos tradicionais tinham. É importante lembrar que durante o processo das mobilizações nas aldeias alguns se deram mal. Segundo Tomás António, na sua obra *Fazedor de Utopias*, registrou episódio acontecido com João Bernardo Vieira, descrevendo:

Nino Vieira, por exemplo, que fez parte do primeiro grupo de seis guerrilheiros instruídos por Amílcar Cabral e enviados mais tarde para a Academia Militar de Nanquim, na China, foi dos que nesta fase passou por uma das experiências mais desanimadoras. Foi denunciado pelos próprios populares que era suposto mobilizador, o que lhe obrigou a fugir e a correr longas distâncias para salvar a vida. De regresso a Conacri, segundo o próprio, cansado e desanimado, foi interrogado por Amílcar Cabral, que o conseguiu convencê-lo a voltar ao interior e a contactar as mesmas populações (Tomás, 2008, p.148.).

Depois deste incidente que envolvera Nino Vieira, nos interiores da Guiné, as mobilizações foram feitas na base da diversidade entico-cultural dos distintos grupos étnicos levando em considerações os perigos das supostas denúncias. Nessa altura o partido optou por mudar a forma de divisão dos mobilizadores, onde cada qual passa a interferir na zona dominada por seu grupo étnico. Como afirma Carmem Pereira, combatente da liberdade da pátria, que:

Quando a mobilização ganhou destaque nas zonas rurais os mobilizadores se vestiam de igual modo com populares, com tranças e maneiras de vestir dos mesmos para que não sejam vistos como infiltrados e serem denunciados. Os PIDE chegavam às tabancas e perguntavam se na tabanca tinham hóspedes e o que ele fazia? Alguns dizem que ele costuma nos contar as histórias, se por acaso alguém disse que essas pessoas contam novas do partido essa pessoa seria presa. A situação ficou difícil e obrigou com que os mobilizadores optassem por não passar noites nas tabancas e as mulheres de tabancas eram encarregadas de levar comidas para eles na mata.

Sendo assim, nas matas da Guiné se intensificavam as mobilizações, Amílcar Cabral e os seus corpos diplomáticos constituídos por Vitor Saúde Maria, Francisca Pereira, Maximiano da Gama, e outros, que eram pessoas indicadas para desencadear ofensivas diplomáticas contra colonialistas, com vista a isolar o inimigo dos seus aliados e estabelecer contatos para passar informações sobre a situação do PAIGC nos terrenos para os países aliados e reforçar a necessidade de conseguir apoios matérias para sustentar suas ofensivas militar no interior da Guiné dita portuguesa.

No seu testemunho, *Crônicas de libertação* (1984), Luís Cabral afirmou que as armas chegavam do Marrocos nas caixas de sardinhas e eram desembarcadas para a base da guerrilha no Boké, onde depois prossegue para as matas da Guiné. Até que um dia o inesperado

aconteceu. Esta informação é reforçada pela combatente Carmem Pereira que nos explicou o seguinte:

“Dizíamos que vinham sardinhas e açúcar de Argélia e Marrocos para que fosse retirado de barco, dali que caiu uma caixa de sardinhas, mas que tinha só armas houve uma revolta comunicaram para autoridades de Conacri e os camaradas foram presos até os que estavam no secretariado do partido em Conacri. Em seguida comunicaram Sekou Touré e esse veio e se reuniu com camaradas e quando chegou Amílcar houve uma roda de negociações que contou com apoios dos dirigentes africanos que apoiavam o nosso projeto de luta de libertação e os camaradas foram postos em liberdades.”

Com o passar do tempo, o PAIGC conseguiu, com a autorização do governo de Conacri, estabelecer o pacto e que as armas podiam passar em Conacri sem problemas. E estes materiais passaram a ser transportadas nas embarcações para zonas nortes da Guiné, via fronteiras do Senegal, certamente com apoios das autoridades fronteiriças do Senegal, que deixavam passar o camião sem revistar, assim conseguiram levar maioria dos armamentos de Conacri para norte de Guiné passando pelo Senegal, só depois de alguns tempos que os armamentos entraram pelo Sul via quinara e depois passa pelo Norte. Segundo Carmem Pereira:

“Era uma distância muito grande, às vezes sem comidas, mas a vontade de um dia estar livre dos colonialistas derrubou todas as barreiras possíveis, uma vez fiz essa trajetória e encontrei Nino Vieira e seus homens transportando armas pesadas antiaéreo, antes de conseguirmos estrela (arma antiaéreo), tinha um rio que facilitava passagem para evitar muita caminhada de lá com peso da arma, Nino e outros camaradas resolveram descer na água e eu fiquei na canoa me perguntarem então não vais descer? Perguntei-lhes se estavam doidos porque eu não sabia nadar, era uma trajetória muito perigosa”.

Realmente as primeiras forças criadas para combater os colonialistas foram à força de guerrilha. Essa força foi criada para responder os ataques contra a população e tornar Guiné independente, por faltas de condições os combatentes só podiam fazer as primeiras ações por meios das guerrilhas para alertar as autoridades portuguesas da existência de uma força que defendera as populações guineenses. Guerrilhas eram formadas por grupos de quinze (15) ou mais homens e mulheres com um comandante, onde entre eles havia só uma pessoa ou duas pessoas com armas modernas. O resto usavam catanas, facas, paus e instrumentos tradicionais, essa prática abrange todas as frentes Norte, Sul e Leste.

Nos finais dos anos de 1962 ao início de 1963, homens do PAIGC se haviam instalado em diferentes zonas do território da antiga Guiné-Portuguesa. Nas mobilizações, depois de receberem armas, começaram a atuar e alguns deles tinham formação militar. Em outras circunstâncias havia outras pequenas ações ocorridas antes do ataque ao quartel de Tite. Segundo Manuel dos Santos, “tinha outras pequenas ações de tiro, tinham sabotagens, mas entre

as primeiras ações contra um quartel dos portugueses foi ataque dirigido por Arafam Mané ao quartel de Tite no sul do país no dia 23 de janeiro de 1963. ”

No entanto, o dia 23 de janeiro de 1963 ficou marcado como data oficial do início da luta armada na Guiné, através de um ataque organizado por homens do PAIGC da barraca de Nova Cintra, no sul do País. Vale lembrar que essa zona de quinara, era comandada por Zé M´banhe Sanha (Zé Sanha). Mas o ataque foi dirigido por Arafam Mané vulgo N´djamba. Na entrevista concedida para o jornal online “O Democrata”¹⁷, o coronel Quebadjam Djassi¹⁸ explicou o objetivo do ataque:

“Lembrou que o ataque ao quartel de Tite fora organizado de uma forma muito segura e que começou com a mobilização de régulos, chefes de tabancas bem como pessoas influentes nas diferentes aldeias”. Na altura, os régulos já tinham armas de fogo que recebiam dos portugueses. Depois de termos tido o apoio dos régulos decidimos reunir para analisar a forma como atacaríamos o quartel de Tite. Avançamos para o ataque ao quartel de Tite depois da concentração de toda gente na barraca de Nova Sintra. O nosso objetivo principal não era apoderar do quartel, porque sabíamos que não tínhamos nem meios nem homens suficientes para uma ocupação definitiva. Queríamos sim libertar os prisioneiros que os tugas lá tinham, dado que muita gente estava lá detida. Infelizmente não conseguimos libertar um único prisioneiro, devido a uma ordem que recebemos mais tarde de apenas atacar e sair”

Importante ressaltar que havia guerrilheiros num número reduzido dos homens e poucas condições de apoderar o quartel de Tite liderado por José dos Santos Carreto Curto (Capitão Curto), deram fortes engajamentos para que os portugueses possam realmente sentir a presença de uma força defensora dos direitos dos povos africanos. Ainda na entrevista efetuada por *O Democrata*, o major Infamara Dabo¹⁹ combatente da liberdade da pátria, explicou como se organizaram e o teor do ataque:

As equipes formadas para atacar o quartel de Tite tinham apenas uma arma para mais de dez homens. Os restantes combatentes levaram catanas e paus. Recordou que ficaram na mata desde muito cedo pela manhã à espera da chamada dos seus colegas para atacar, o que acabaria por acontecer apenas a partir de uma hora (01) da madrugada. No rescaldo do ataque houve dois mortos e dois feridos. O combatente explicou ainda que o grupo partiu da barraca que se encontrava na aldeia de Nova Sintra, sob a orientação do comandante Arafam Mané e que os tinha instruído da forma como deveriam organizar-se e atacar o aquartelamento. Avançou ainda que o grupo de que fazia parte estava a ser dirigido por Tchambu Sanha. Infamara disse que durante o ataque levou um tiro no pé que lhe causou ferimentos graves. Lembra-se que passou mais de 30 horas sobre uma árvore sem beber água e que perdeu muito sangue. Com o calar das armas retiraram-se do quartel e

¹⁷ Jornal O Democrata acessado em dezembro de 2022.

¹⁸ Antigo combatente da liberdade da pátria.

¹⁹ Antigo combatente da liberdade da pátria.

foram procurar zonas mais seguras para tratar os feridos. ‘Os portugueses seguiram-nos e durante alguns dias andaram à nossa procura’. Algumas pessoas que faziam parte do grupo do ataque foram apanhadas ao longo da estrada, mas defenderam-se dizendo que estavam em viagem e que não conheciam os indivíduos que atacaram o quartel”. Conseguiram assim escapar-se dos Tugas.”

A partir do momento que o PAIGC, através dos seus guerrilheiros, resolveu atacar o quartel de Tite, os portugueses começaram a ter noção da grandeza da luta e tiveram conhecimento de que os guerrilheiros tinham armas. Depois do ataque de 23 de janeiro, os abusos e o clima de repressão tiveram uma grande dimensão e continuaram com comportamentos desumanos nas aldeias vizinhas do quartel, em tentativa de dar respostas aos guerrilheiros. Nos relatos de Amílcar Cabral (1977 *Apud* Candé Monteiro, 2013, p. 169);

Alarmados perante a intensificação da nossa ação, as forças portuguesas desencadearam então em todo o país, mas, sobretudo no Sul, a mais violenta repressão militar e policial contra as populações, principalmente contra os suspeitos de pertencerem ao nosso partido. Eles aprisionaram, torturaram e assassinaram patriotas, massacraram populações sem defesa e incendiaram as tabancas.

Os portugueses prepararam um ataque à barraca da base central com intuito de vingar ataque dos guerrilheiros do PAIGC, desencadeado ao quartel de Tite. Segundo a entrevista concedida para este trabalho Carmem Pereira disse:

“Os portugueses atacaram Cubucaré de surpresa, onde ficava a barraca da base central comandada por Nino Vieira”. Quando começou o desembarque, Nino avisou para que os combatentes ocupassem as suas posições, nesse ataque que morreu o professor Aurelino Cruz no dia 17 de fevereiro na tentativa de proteger seus alunos levou tiro e não resistiu aos ferimentos.”

Para a estratégia e a necessidade de dismantelar as forças coloniais, consequentemente inibir as práticas de abusos contra as populações no Norte, Sul, Leste e Zona Zero (Bissau), os guerrilheiros eram divididos estrategicamente conforme frente que tinham na luta. As primeiras escalões, (Luis Cabral, 1984 *apud* Candé Monteiro, 2013, p. 169):

Nino Vieira dirigiu o grupo do Sul, isto é, seria o comandante da Frente Sul, constituída por setores de Quetáfine, Cubucaré, Unal e Como. Seu companheiro Rui Djassi, encarregaria de comandar o Centro-Sul que incluía Tite, Cubisseco, Buba e N’djassani, Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Manuel Saturnino Costa e Hilário Gomes (Lolo), responderiam pela Frente Norte com base em Morés. Para uma parte da Frente Leste, constituída por Xitole e Bafatá, foi confiada à responsabilidade de Domingos Ramos, Vitorino Costa, Bobo Queita tendo Pascoal Alves como adjunto que se seguiu para a região de Gabú, também no leste do país. O setor autônomo de Bissau, foi denominado de Zona Zero, que ficaria sob comando de Luciano N’Dao, Constantino Teixeira e Pedro Ramos (sic).”

Em linhas gerais, cada uma dessas frentes tinha seus subgrupos e corpos de exércitos e os comandantes eram escalados conforme as demandas em diferentes zonas, mesmo deparando com faltas de homens em algumas frentes. Até quando a luta começou a ganhar seus contornos, tinha uma parte dos guerrilheiros que cuidavam de recrutamento, onde as pessoas eram levadas já na mata para receberem instruções militares.

4.2 Estratégias de ataques dos Guerrilheiros do PAIGC

No início da luta, devido às dificuldades de conduzir as munições para abastecer as frentes de batalha, “os guerrilheiros contavam com algumas pistolas e metralhadoras que eram incompatíveis com o arsenal e o aparato militar de que dispunham os colonialistas portugueses (Candé Monteiro, 2013, p. 168).”

Nos primeiros momentos, as dificuldades abrangiam quase toda esfera da luta. Mas com objetivo de inverter a ordem colonial estabelecida, os guerrilheiros superaram todas as dificuldades. Por exemplo, na comunicação, o tipo da comunicação não era estável, tinha que mandar um mensageiro ou uma mensageira para levar informação de uma base para outra até quando o partido encontrou apoios que possibilitaram a criação de um centro de comunicação e escolheram algumas pessoas para serem radialistas. Mamadu Bacari Indjai combatente da liberdade da pátria, afirma:

Tínhamos uma forma de comunicação “Fildjeguer” que era de boca a boca, as pessoas levavam informação e traziam também. Na maioria das vezes essas pessoas são mulheres porque os Tugas não desconfiavam delas. Depois da criação e reestruturação das nossas forças, no primeiro congresso, foi criado um centro de comunicação, daí que as nossas operações eram avisadas em todas as barracas e frentes da luta.

Na clandestinidade os guerrilheiros tinham suas táticas apropriadas de ataques e atacavam quando percebiam que os inimigos estavam fracos e quando os inimigos apoderavam deles recuavam-se. No entanto, não existia uma técnica de ataque específico contra coluna das tropas colonialistas portuguesas. Como se pode conferir nas palavras de Mamadu Bacari Indjai:

A missão principal dos guerrilheiros era corte de meios de comunicação, derrubavam postes na estrada, cortes de pontes que facilitavam a passagem dos transportes portugueses para impedir acesso às outras localidades. Abriam buracos na estrada entre outros métodos de sabotagem contra coluna de tropas colonial.

No entanto, devido a estas restrições das colunas de tropas portuguesas que movimentavam, acabou-se estabelecendo um pouco de equilíbrio de forças no terreno, elevando assim o nível de controle territoriais dos guerrilheiros em algumas zonas estratégicas. Vale ressaltar que os colonizadores, entre 1963 e 1964 não sabiam que os guerrilheiros do PAIGC não tinham muitas armas, haviam muitos homens na mata sem armas modernas, existia uma forma de manutenção da permanência do poder de fogo (uns iam atacar e na volta emprestavam as armas aos outros e quando houver um contra-ataque faziam rápidas trocas). Só no final dos anos 1964 é que começaram a entrar armas em massa, daí que a luta tomou outra proporção.

Essas práticas de ataques e de trocas das armas abrangiam todo território nacional, em toda frente que a Guiné tinha com colonialistas portugueses e em todas as barracas de guerrilheiros que constituíam frentes da luta como: Candjambari, Djumbembe, Bilba, Nobe, Nova Sintra, Base Central, Morés, Biambi, etc. Especificamente nas Frentes Sul, Leste e Norte. Em todas essas frentes, guerrilhas moviam até quando terminou a etapa da guerrilha em 1964, com criação de uma força armada revolucionária do povo (FARP), no primeiro congresso do partido em Cassacá. Considerando a batalha de Komo, como a última batalha desencadeada na etapa da guerrilha.

4.3 Ilha do Komo: Primeira parcela do Território Libertado Pelos Guerrilheiros

Um ano depois do início da luta de libertação nacional, travou-se a batalha de Komo, que teve como objetivo a conquista e controle de todo o sul da Guiné. As forças do PAIGC ali estacionadas, em circunstâncias de debilidade logística e de efetivos militares, resistiram heroicamente cerca de 75 dias ao bloqueio naval, apoiado pela aviação e infantaria das forças coloniais. Apesar de a direção do partido ter dado ordens às mulheres e aos velhos para que se retirassem da ilha, quase todas as populações tomaram a decisão de apoiar de forma ativa os combatentes. “A resistência tenaz dos guerrilheiros e as perdas humanas e materiais obrigam as tropas coloniais a abandonar a ilha do Komo (Pereira, 2003, p. 172).”

Por outro lado, foi também em 1964 em paralelo a batalha na ilha do Komo, decorria aquilo que é denominado I congresso do Partido (Congresso de Cassacá). No Komo, o inimigo queria apoderar da ilha para poder cortar o sistema de comunicação na zona marítima com o povo da ilha, então guerrilheiros daquela zona se empenharam, a todo custo para não entregarem o espaço até o abandono dos portugueses, por terem sofrido muitas baixas. Segundo Manuel dos santos, combatente da liberdade da pátria:

Os portugueses estupidamente resolveram atacar a ilha do Como, que praticamente tinha pouca importância nos planos estratégicos das guerrilhas daquela localidade por condições geográficas, que não era qualquer pessoa que conseguiria chegar lá. No momento da batalha usufruímos dessa vantagem geográfica. Apesar deles terem apoios aéreos e com grandes potenciais de armas, conseguimos derrotá-los fortemente.

Grande parte da literatura Bissau guineense afirma que a batalha do Komo durou setenta e cinco (75) dias e setenta e cinco (75) noite, a força da guerrilha na ilha era reduzida em menos de 70 homens. Mas houve bastante empenho e os portugueses sofreram grandes derrotas. No entanto, a ilha de Komo entrou na história da luta de libertação da Guiné e Cabo Verde como a primeira parcela do território libertado por força da guerrilha sob o comando de João Bernardo Vieira (Nino-Marga). Portanto, a fase das guerrilhas terminou, nesse mesmo ano 1964, com a formação de exército popular em Boké, evidentemente, a criação de FARP em Tamaquemé, seção de Boké.

4.4 Reunião Magna/Congresso de Cassacá e a criação do FARP

O primeiro ano de ações dos guerrilheiros na luta armada para independência da Guiné e Cabo-Verde foi marcado por alguns comportamentos contra o princípio do partido. Sobretudo no Sul do país, que era constituído por uma população majoritariamente de etnias Balantas e Beafadas, nessa sociedade que era completamente horizontal, veio a surgir outro poder que era das pessoas que detinham armas. Essas pessoas, alguns responsáveis de guerrilhas, faziam o que entendiam, matavam pessoas e abusavam das próprias populações, etc.

Depois de serem denunciadas, com esses tipos de comportamentos, a direção do partido resolveu promover uma reunião magna na tabanca de Cassacá que veio a transformar em I Congresso do Partido pela sua dimensão e importância. A reunião tinha como objetivo, procurar encontrar outro método de acompanhar a força da guerrilha e repreender os que são denunciados de praticar atos isolados. No entanto, devido a relevância desta reunião, ela foi transformada em I Congresso. Assim como explica Manuel dos Santos:

Alguns comandantes agiam de uma forma desumana com as populações, como não era o modelo da sociedade que o PAIGC era portador, então tinham dois riscos. Acabar com a luta ou a luta iria ser em vão, portanto, a direção do partido convocou uma reunião de quadros que veio a transformar em primeiro Congresso do Partido em Cassacá.

Com o objetivo de pôr fim ao tipo de comportamento inadequado contra a própria população e repor, portanto, o verdadeiro modelo de sociedade que o PAIGC era portador, era

necessário uma reestruturação e reorganização no plano político-militar, pois o PAIGC não era portador de uma sociedade opressora, muito pelo contrário, era portador de uma sociedade democrática e de não violência contra os pares. Então não é compatível aquele tipo de atuação que alguns chefes de guerrilhas estavam a propagar.

Nos dias 13 a 17 de fevereiro 1964, o I Congresso do Partido que ficou conhecido como o renascimento do partido, de fato teve uma mudança concreta. Pois a guerrilha era um grupo de homens armado com um chefe, então o partido transformou aquela massa de guerrilha numa Instituição hierarquizada chamada de FARP (forças armadas revolucionárias do povo), para maior controle das ocorrências. Com unidades constituídas com os chefes, e as suas subordinações. Sendo assim, uma transformação importante porque as hierarquias estavam subordinadas ao partido, portanto o partido tinha maior controle sobre quem detinha arma. Segundo Manuel dos Santos, “Amílcar sempre teve visão sobre o perigo de quem tinha arma, podia influenciar o poder político. Tentava convencer guerrilheiros de que eles não eram militares, mas sim militantes armados que o primeiro objetivo político era a independência. ”

Portanto, com a criação das FARP, a situação no terreno mudou completamente, aparecendo um exército que opera em todo território nacional, com objetivos bem definidos e com novas formas de ação; as forças de guerrilha continuam a atuar; formam-se as FAL (Forças Armadas Locais), composta por elementos da população que, não estando na guerrilha ou nas forças armadas, agem como milícias e possuem armas para a autodefesa. (Pereira, 2003, p. 175).

Atrelando ainda o episódio do primeiro congresso realizado em Cassacá em 1964, o Mamadu Bacari Indjai testemunha que:

“Em Cassacá foram formados três corpos de exército: Umaro Djaló, Lay Seck e Cabiro Baldé. Entretanto Umaro Djaló tinha 150 homens, Lay Seck também tinha 150 homens, enquanto que Cabiro Baldé tinha o número mais reduzido com 75 homens. Depois da formação do exército em Cassacá. Foram formadas também forças armadas local (FAL), que quando da ausência do exército o FAL era responsável para assegurar e defender quando foram atacados por inimigos, atuam conforme seus armamentos. ”

Vale ressaltar que Força Armada Local (FAL) estava presente em todas as frentes da luta. Era constituído por homens e mulheres das aldeias para autodefesa. Nesse anseio, a direção da luta assegurava sempre a ideia de estruturar e reorganizar a cada momento ações da sua força armada perante os contornos da luta. Segundo Cabral (1977, p. 69):

Juntamente com a melhoria do trabalho político nas regiões libertadas, devemos melhorar cada dia mais as nossas Forças Armadas. Os camaradas das Forças Armadas que estão aqui e outros mesmo que foram ou serão

amanhãs membros das FARP, sabem que temos melhorado sempre a organização das nossas Forças Armadas. Hoje em dia sabemos todos que as nossas Forças Armadas são um instrumento do partido, como a flor sai de uma planta, para fazer a luta armada, tiro nos tucas, correr com os colonialistas da nossa terra.

Nessa altura o partido, com sua força armada estruturada no I Congresso realizado em fevereiro de 1964, começou a alcançar grandes êxitos político-militares, libertando partes do território e implementando estrutura administrativa de um estado independente. Momentos que podemos considerar de segunda fase da luta armada binacional desencadeada nas matas da Guiné. Sabendo que a primeira fase as milícias armadas do partido promoveram grandes resistências de janeiro de 1963 a fevereiro de 1964, através das forças de guerrilhas. No entanto, vale frisar que, apesar alguns avanços conseguidos depois do congresso, o partido ainda encontrava algumas dificuldades para intensificar o recrutamento dos jovens em algumas zonas. Segundo Leopoldo Amado (2008, p. 227):

Porém, algumas zonas permaneceram imune às ações de aliciamento e recrutamento do PAIGC, mantendo-se assim por algum tempo durante o ano de 1964, mas vindo posteriormente a tomar partido, normalmente ao lado dos contendores para quem, em termos de força, pendia favoravelmente a balança. Foram os casos da parte ocidental da ilha de Bissau (papéis, manjacos); do arquipélago de Bijagós e ilha de Bolama; de quase toda área de Canchungo (manjacos, e mancanhas); da zona fronteira a norte do rio Cacheu, e de entre Varela e Ingoré (felupes, baiotes, banhuns, cassangas, mandingas e balantas), de quase todo o leste da Guiné, para oriente meridiano de Bafatá (fulas e mandingas), região onde o exército português teve maior apoio, face à atitude das populações civis em relação à guerra.

Portanto, um dos pontos citado por Amílcar Cabral (1977), nos planos militar extraído no Congresso de Cassacá era: “a reorganização da luta, nomeadamente pela reestruturação e redistribuição das nossas forças armadas e pela criação de comandos inter-regionais e dum órgão central de direção da luta armada (conselho de guerra)”. Assim possibilitará ao partido uma dinâmica nas suas estratégias definidas no próprio congresso para compilar com os desafios político-militar que virão.

Nos dados retirados no livro de Carlos Comitini (1980, p.78), “*Lutas dos povos Africanos pela liberdade*”, consta quatro (4) datas importantes da vitória militar do Partido, nomeadamente:

1965 (agosto): visita da primeira delegação militar da OUA às regiões libertadas.

1966 (9 de dezembro): reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do povo. Nova fase da luta: continuação da guerra de guerrilhas com um exército móvel.

1967 (16 julho): Inauguração da Rádio libertação. (Outubro): primeira remessa de armas aos habitantes das aldeias, na região de Kitafine.

1968 (15 fevereiro): Tomada do campo fortificado de Madina-Boé, concluindo a libertação de Boé

(19 fevereiro): ataque ao aeroporto de Bissalanca, na capital, por um comando das Forças Armadas do PAIGC.

Neste anseio, o partido procura sustentar as suas conquistas promovendo desestabilidade às tropas inimigas, isolando-lhes nas mais profundas faltas de confiança em movimentar, a coluna das tropas portuguesas tinha muitas dificuldades para recuperar posições perdidas. O que causou desespero e levou os portugueses a usar armamentos inadequados para aquele tipo de confronto, como: bombardeamentos com bombas napalm e fósforo branco etc... Como explica Zé Lopes²⁰ “combatente de liberdade da pátria: “tínhamos combatentes extraordinários conseguimos criar inseguranças a eles, por fim perderam a cabeça e começaram com bombardeamentos nas zonas libertadas sem contar com crianças inocentes que ali estavam.”

As respostas dos portugueses com sucessivo bombardeamento não travaram avanços do partido em suas diferentes vertentes que compõem a luta de libertação binacional, pois o partido havia ajustado suas forças nos terrenos, possibilitando assim grandes avanços na vertente militar. Atacavam quartéis inimigas com intuito de que, nada e ninguém podia impedir o cumprimento do programa mínimo que era expulsar os colonialistas e tornar Guiné independente. Segundo Amado (2008, p. 230):

Em setembro de 1964, os grupos do PAIGC desenvolveram ainda grande atividade, em especial ao norte do Geba, nas regiões de Farim e do Oio. Na primeira daquelas áreas foram flageladas as povoações de Jumbembem, Bigéne, Binta e Farim. Mais para Leste. Continuaram a atuar no regulado de Sancorlá, tendo reagido às ações das forças militares e alvejado tabancas na área de Fajonquito. No regulado de Joladu, a noroeste de Bambadinca, flagelaram diversas tabancas em autodefesa, entre elas Sambuiá, Sinchã Dembel. No Oio, além de colocarem minas nas principais estradas, montaram diversas emboscadas e alvejaram Bissorã, Mansoa, Olossato e Cutiá. Mais a oeste, na península de Naga, mostraram crescente poder de fogo contra soldados portugueses que constantemente patrulhavam a zona”.

Enquanto que o Zé Lopes explica a convicção dos militares do PAIGC:

Tínhamos certeza que lutaremos até ao fim, nada trará as nossas forças, porque o partido havia reunido condição desde que fazia programação de tudo. Damos tudo que tínhamos na altura para o cumprimento do programa menino,

²⁰ Entrevista concedida em janeiro de 2016, em Bissau.

e finalmente conseguimos, agora resta cumprir o programa maior que Cabral dizia que era tarefa muito difícil.

No entanto, foram vitórias importantes levadas a cabo pelos combatentes, nomeadamente: na região do Gabu (feudo de certos chefes tradicionais até então favoráveis aos colonialistas portugueses), Boé (zona principal dos jazigos de bauxite no sudoeste do país presentemente, quase totalmente controlada pelo braço armada do partido), Canchungo (a oeste do país, onde a população manjaca, enquadrada pelo partido, esperava muito o desencadear da luta armada), São Domingos e regiões contíguas, ao longo da fronteira Norte. “Os nossos combatentes, que destruíram vários quartéis portugueses nas regiões libertadas e outras, aumentaram, por outro lado, o número de baixas inimigas em combates apoderando-se em alguns casos de quantidades importantes de material” (Cabral, 1977, p. 44).

Já neste momento com a luta totalmente equilibrada os combatentes do partido fizeram de tudo para travar a supremacia bélicas das forças armadas portuguesa na Guiné, atacando-as em momentos diferentes, aniquilando suas colunas de patrulhamento onde passaram a maior parte do tempo em defensiva sem poder avançar com suas operações. Segundo Leopoldo Amado (2008, p. 226):

“Dos 13 batalhões que posteriormente existiriam, em virtude dos reforços que foram chegando para fazer face à cada vez maior dimensão da guerra, a maioria estava concentrada no Norte e no Sul e, com menor densidade no Leste. A partir deste dispositivo, o Exército Português conduzia nessa altura uma guerra defensiva, mais virada para a conquista das populações e para manutenção de posições no terreno, limitando-se, de forma geral, a reagir às ações do PAIGC. Foi uma época de grande desgaste para as tropas coloniais que sofreram ataques nas suas posições, durante as quais a iniciativa pertenceu ao PAIGC, que gozava de grande liberdade de ação principalmente no campo do recrutamento de combatentes e militares, de implantação de estruturas militares e político-administrativas no interior do território e de controlo sobre as populações”.

O desenvolvimento das ações do PAIGC prosseguia constantemente libertando novas zonas derrotando cada vez mais o inimigo, posteriormente dificultando os abastecimentos dos quartéis. Nas zonas onde o PAIGC havia emboscado, os portugueses movimentavam suas colunas de tropas, simplesmente com apoios aéreos, o partido havia ajustado a sua força na terra e a utilização de canhões e outras armas pesadas, dificultavam também as movimentações marítimas dos portugueses. O que realmente criava dores de cabeça para o PAIGC e sua força armada eram bombardeamentos aéreos. Para Amílcar Cabral (1977, p. 51):

“O isolamento cada vez maior das forças inimigas, o qual exige, todavia, o desenvolvimento urgente de meios eficazes contra os aviões, impõe-se como medida indispensável para acelerar a destruição total das forças. Este

isolamento provoca desgastes físicos e morais entre as tropas e torna menos difícil a nossa ação contra os quartéis fortificados”.

Na mesma linha, Leopoldo Amado reforça (2008, p. 232):

“Além de três barcos a motor apreendidos, como referimos, para além de uma vedeta oferecida pela Rússia, que também servia para transportar material bélico até à fronteira da Guiné-Conakry, sendo depois introduzidos no interior da Guiné-Bissau por meio de canoas, ou a pé”.

Portanto, em 1968 com a nomeação do general Spínola, como governador da Guiné portuguesa, veio a desenvolver várias ações como: africanização da guerra, outras ações militares e implementação da política de “Guiné Melhor”, que comprometerá desenvolvimento de ações do PAIGC. A corrente de libertação política e reforma socioeconômica que o general Spínola propunha não teve sucesso, pois os seus planos haviam fracassado apesar de criar muitas dificuldades ao PAIGC nos planos estratégicos da luta de libertação binacional. Segundo Aristides Pereira (2003, p.193):

“Assim, ainda em 1969, o PAIGC conseguiu neutralizar a mentirosa propaganda do inimigo visando desmobilizar o nosso povo, criar divisões no seio das nossas forças nacionalistas, e fez (...) fracassar as manobras dos colonialistas, que com uma mão nos acenam com a bandeira amarela da paz na escravatura e a promessa neocolonialista da “Guiné melhor” e com a outra mão cometem os crimes mais indecentes contra as nossas populações”.

O projeto de proclamação de estado da Guiné-Bissau, que vinha sendo forjado há algum tempo, começou a ser acompanhado por uma intensa atividade diplomática no plano internacional, aparecendo Cabral a desdobrar-se em ações de sensibilização nas grandes instâncias e fóruns internacionais onde era preciso fazê-lo. Com o objetivo de liquidar o PAIGC e o regime vigente na República da Guiné - retaguarda segura do PAIGC -, as autoridades coloniais da Guiné «portuguesa» urdiram um plano de invasão a esse país com o apoio do governo central de Portugal e de certos setores de oposição a Sékou Touré, visando, «(...) os assassínios de Amílcar Cabral e Sékou Touré, e o silenciamento do Rádio Conacri, a distribuição da sede do PAIGC, a destruição de aviões na base aérea local e a libertação de prisioneiros de guerra portugueses retidos nas prisões da cidade (...)» (Pereira, 2003, p. 211).

Na situação militar que se encontrava a Guiné em 1969 a 1970, é de grande derrota aos colonialistas portugueses, pois o partido nos seus teatros de operação desenvolvia e intensificava seus combates em grande escala do patriotismo e seguia no terreno cautelosamente as ações psicológicas do novo governador general Spínola até que finalmente, através do seu

contra inteligência, conseguiram infiltrar homens em Conacri para dar cabo ao PAIGC e ao estado guineense de Conacri.

No dia 22 de novembro de 1970, a mão criminosa dos colonialistas portugueses e seus mercenários africanos recrutados na política de africanização da guerra, invadiram Conacri com objetivos específicos, eliminar fisicamente líder e mentor da luta de libertação de Guiné e Cabo-Verde na pessoa de Amílcar Cabral e também eliminar o então líder de Guiné Conacri Sékou Touré, e posteriormente dominar todas as instituições que ali estavam seja pertencente ao PAIGC ou da República da Guiné. Segundo Amílcar Cabral (1977, p. 105):

“Na madrugada de domingo, 22 de novembro, teve início a operação. Começava assim, a execução dum dos mais ignóbeis e covardes crimes praticados contra a África. As tropas coloniais portuguesas e os seus mercenários desembarcaram em vários pontos da cidade de Conakry e arredores. O seu plano era atacar e ocupar 52 objetivos, entre os quais o palácio e a residência da República da Guiné, os principais ministérios, os campos militares, os portos, o aeroporto, a rádio e outros organismos oficiais do estado guineense, assim como as instalações do Secretariado do nosso partido, incluindo a Escola-Piloto e o Jardim-Escola, onde se encontram centenas de jovens e crianças. Ato abominável que revelou caráter monstruoso, cinicamente ante africano e racista dos colonialistas portugueses, embora não tenham conseguido realizar os seus objetivos”.

Por outro lado, (Pereira, 2003, p. 202):

Falhada a política do general Spínola, num contexto em que a contestação internacional subia de tom, a reação das autoridades coloniais não se fez esperar, procurando por todos os meios anular as conquistas da luta, pelo que lançam a 22 de novembro de 1970, um ataque contra a Guiné-Conacri com o objetivo duplo de retirar do poder o Presidente Sékou Touré e eliminar a direção do PAIGC. Estes planos que saíram gorados, por inconsistentes e ineficazes só revelaram o desespero das autoridades coloniais, contribuindo para maior descrédito internacional de Portugal, cada vez mais isolado.

A derrota dos agressores portugueses em Conacri impulsionou ainda mais os prestígios internacionais que o PAIGC vinha conquistar, e deixava os colonialistas portugueses cada vez mais longe dos seus objetivos de manter a Guiné sob a dominação colonial, e sem apoios dos seus aliados devidos ataques desencadeados contra República da Guiné no dia 22 de novembro. As autoridades portuguesas na Guiné se desesperam perante as fracassadas ações desencadeadas para derrubar os que serão legítimos representantes do povo guineense e cabo-verdiano (PAIGC).

Apesar de terem sido instruídos para não deixarem rastros, através do inquérito realizado por Nações Unidas acaba descobrindo-se o envolvimento das autoridades portuguesa no ataque a Guiné-Conacri, e antes da condenação do ato através do relatório das ONU, governo

português havia negado o envolvimento no ataque conhecido como operação “MAR VERDE” que falhou por não cumprimento de dois objetivos, assassinio de Amílcar Cabral e Sékou Touré.

Portanto, é importante ressaltar que desde o primeiro momento da mobilização o partido estava muito empenhado na formação dos futuros quadros para dirigir Guiné e Cabo verde, mas foi no I Congresso que foram autorizadas com Caráter formativo e pedagógico à criação de escolas nas Barracas (bases de luta) e nas zonas libertadas para jovens e crianças. Segundo Paulo José Mendes combatente e professor na base de Biambi²¹:

Quando cheguei na base de Biambi já tinha 4ª classe, quem estava na altura como comandante era o Agostinho da Silva vulgo Gazela”. Fiquei ali alguns meses. Ele tinha ido para o congresso de Cassacá, dali ele teve várias reuniões e logo depois voltou para Biambi e logo que chegou soube da minha presença, que vim da missão de Bula e vieram com a orientação do partido para a criação de escolas nas bases para ensinar meninos e meninas que estavam ali e me escolheu como professor na barraca de Biambi, o meu trabalho era dar aulas de manhã e à tarde e assim, ficamos sem livros e tudo era quase manual, tentar escrever as letras, ler e pouco a pouco as cartilhas da época colonial até que vieram a nos criar uma pasta especial com todos os matérias de ensino sob o meu controle e era como a minha arma e me deu a ordem que se acontecer qualquer coisa e eu tiver a sair que levasse a pasta junto e que esta estava na minha responsabilidade, uma vez que fomos atacados foram para a zona onde eu guardava a pasta e quando fui pra lhe pegar houve tiros e foi Deus quem me ajudou a sair com muita sorte que se fosse hoje eu não voltaria para buscar a pasta.

Desde início o partido já pensava na formação de quadros e jovens para o futuro dirigentes da Guiné-Bissau, PAIGC desde sua fundação teve o programa de criar novos homens, futuros dirigentes como Cabral dizia “a luta armada ia terminar e vamos entrar na fase de construção da nação e formação de cidadãos” e ele sempre tinha a escola como uma prioridade.

A responsabilidade de ser professor era reservada, para algumas pessoas, aqueles que tinham 4ª classe da era colonial (ensino fundamental), pois era muito difícil encontrar alguém com 4ª classe na altura. Mesmo até com a 3ª classe, basta só a pessoa saber ler e escrever, já era condição suficiente para ensinar os outros. Foi a partir daí que eram selecionados, para a escola de piloto e depois para exterior, era uma obrigação quase em todo o lugar ter uma escola onde havia base. A escola não era apenas oferecida para as pessoas que estavam nas bases e jovens que estavam na guerra, mas para toda a população nas zonas controladas pelo PAIGC.

²¹ Entrevista concedida em fevereiro de 2016, em Bissau.

Os esforços do PAIGC, para luta de libertação binacional só foram possíveis com forças e empenhos dos guerrilheiros, que segundo Amado (2005, p. 209):

Num primeiro momento, a estratégia da guerrilha surpreendeu as tropas portuguesas, que esperavam, a semelhança de Angola, uma atuação a partir de um país vizinho e não a cerca de 100 quilômetros da fronteira mais próxima, facto que deu, desde logo, vantagem à guerrilha, pelo menos enquanto as tropas portuguesas não alteraram os seus dispositivos iniciais.

Em linhas gerais, estes guerrilheiros eram compostos por jovens de Bissau e das cidades do interior de Guiné, na sua maioria camponeses, possibilitando a luta heróica dos povos e a inversão da ordem colonial imposto à cinco (5) séculos da ocupação portuguesa na ex-colónia da Guiné.

4.5 O assassinato de Amílcar Cabral em Guiné Conacri

Aqui, não é de nosso interesse discorrer detalhadamente sobre os motivos da morte de Amílcar Cabral, importa-nos apenas descrever as reações do partido, após a sua morte. Foram várias tentativas falhadas de serviço de contra inteligência portuguesa contra a vida do líder do PAIGC, finalmente no dia 20 de janeiro de 1973, Amílcar Lopes Cabral foi brutalmente assassinado na sua residência em Conacri. Apesar de não terem sido descobertos quem foram os autores morais da sua morte, tudo indica que o serviço de contra inteligência portuguesa não é inocente desse doloroso acontecimento que para os portugueses seria um marco para desencorajar ações do PAIGC em diferentes vertentes que compõem a luta gloriosa para libertação da Guiné e Cabo-Verde.

Uma vasta literatura permite afirmar que foi o serviço de contra inteligência portuguesa que havia patrocinado o assassinato do líder de PAIGC. Pois tudo indica que houve consentimento dos dissidentes do partido, que haviam sido presos em Tarrafal (Cabo verde), dentre eles, alguns que se demonstravam inconformados e achavam serem injustiçados e penalizados com algumas decisões do partido, foram mobilizados e induzidos a revoltarem contra o próprio partido, procurando manter preso o líder Amílcar Lopes Cabral. O Momo era um desses presos, juntamente com Rafael Barbosa e outros camaradas. Dessa mobilização, o Momo foi solto e instruído para dar um duro golpe ao seu próprio partido, quando chegou em Conacri foi recebido e reconhecido como militante. Ele tinha um propósito definido e específico, dar cabo ao partido. Segundo Leopoldo Amado (2008, p. 331):

[...] portanto, podemos concluir que Amílcar Cabral, ele próprio, teria sido vítima das manipulações da PIDE-DGS, ao confiar ardiloso e perigoso agente

duplo. Aliás, num relatório de informações, datado de 29 de dezembro de 1972, da autoria de outro agente duplo, identificado apenas com o ‘António’, nome de código, pode ler-se que ‘a origem’ teve uma conversa, no próprio dia, com Rafael Barbosa, que lhe disse que Adulai Jari é um agente duplo. Doutra lado, constata-se que o nível de preparação do complô estava avançado, nele participando centenas de indivíduos que não sabiam estarem outros tantos a laborar no mesmo sentido, de resto, uma rede coordenada inteligentemente pela sede da PIDE-DGS, em Lisboa, em articulação com Frago Allas, na altura inspetor da subdelegação da PID-PIDE-DGS em Bissau.

Os camaradas do partido atribuem a responsabilidade do assassino do Amílcar aos serviços secretos portugueses, visto que já haviam tentado através da operação “Mar Verde” uma ação que não teve sucesso, contra Amílcar Cabral e Sékou Touré em Conacri. Para Manuel dos Santos:

[...] a responsabilidade sobre assassinio de Amílcar é do serviço secreto português, a mão que o matou todo mundo sabe que é o Inocêncio Kane e Momo Turé, mas o mandatário seria serviço secreto português. Porque os portugueses são os únicos que poderiam tirar algum proveito da morte de Amílcar na altura.

A morte do Amílcar Cabral provocou uma forte reação emocional entre os combatentes, no sentido de vingar a perda sofrida. “Os criminosos mataram-no, agora vamos vingar-nos”. Não houve o sangue-frio e a experiência necessária para gerir questões como esta, inclusive não se aprofundou o inquérito e não se ouviram convenientemente as pessoas. Havia muita gente em volta do assunto, havia aqueles diretamente ligados ao assassinio de Amílcar, os assassinos materiais, aqueles que deram tiros e haviam outros. Podiam-se comparar com círculos concêntricos: havia um ponto principal e depois havia outro círculo e depois havia outro ainda mais longo. Era necessário fazer uma triagem: saber quem eram, de facto, os assassinos materialmente, quem eram os outros responsáveis morais e, depois, aqueles que sabiam, aqueles que encorajavam. Enfim, isso não foi feito. Por isso é que se mantêm essa confusão e imprecisões à volta dos crimes (Pereira, 2003, p. 218).

Tinha uma grande tristeza e grande revolta no seio de militantes do partido, mas dois meses depois da morte de Amílcar Cabral, PAIGC, passou à ofensiva revolucionária. Como também foi o momento que o partido recebeu uma arma que foi decisiva que é míssil terra, ar, stella, que travava avanços de força aérea portuguesa, porque uma das vantagens do exército português era utilização de aviação. Quando foram anuladas as aviações, as suas tropas teriam ficado reduzidas, porque os militares do partido tinham experiências nas matas. Tínhamos tropas operacionais de grandes qualidades.

Assim organizaram ataque no quartel de Buruntuma, às 08h00min de manhã. Pois não poderiam ficar parados depois de informação sobre a morte de Cabral ter passado em todo lado, inclusive na Rádio Conacri. Segundo Mamadu Bacari Indjai:

“Desencadeamos ataques pegamos primeiro soldado português, em seguida foi interrogado, ele nos informou que quatro camiões tinham deixado quartel em direção à estrada que liga Buruntuma a Canquelefa a procura de lenhas para cozinhas, então decidimos atacar quartel com unhas e dentes, porque estes estavam reduzidos e depois fazer uma emboscada que impediria regressos das colunas das tropas portuguesas que foram buscar lenhas. Porque se sentiram tiros vão querer voltar para quartel e de lá fazemos cumprir a nossa missão de acabar com eles e assim aconteceu”.

O combatente da liberdade da pátria Zé Lopes afirma ainda que:

“Tínhamos dois grupos de soldados preparados para desembarcarem em Cabo verde, desses grupos tinham fuzileiros e mercenários, esses fuzileiros e mercenários, concentravam seus esforços para fazer valer ataque de buruntuma. O grupo de Marcelino Moreira e o grupo de Alfredo Sambú decidiram que iam fazer formatura com os portugueses naquela manhã, quando chegaram bombardearam a área desestabilizando os portugueses que lá estavam. Depois do bombardeamento de quartel, fizeram uma emboscada na estrada que liga buruntuma à canquelefa, à espera das tropas portuguesas que iam à procura da lenha, estes foram atacados e outros escaparam.

A guerra na Guiné atingia o auge em 1973. Os guerrilheiros do PAIGC, com a sua longa experiência, bem armados e com muitas munições, faziam a vida difíceis a guarnições portuguesas, que viviam em permanente tensão. Os ataques aos quartéis eram constantes e as emboscadas e as minas nos caminhos criavam tal insegurança que entre os soldados portugueses eram muitos que contavam os dias que ainda eram precisos sobreviver até chegar ao fim da comissão. O aparecimento em cena dos mísseis Strella, que só um dia derrubavam um helicóptero e dois aviões de reconhecimento, veio criar novas dificuldades. Os pilotos, que nunca tinham enfrentado nem aviação inimiga nem armamento antiaéreo que os pusesse em risco, recusavam-se a voar enquanto não soubessem como defender-se. Até ali as tropas de terra realizavam operações com efetivos bastante reduzidos, mas com a certeza de que nos momentos de aflições, em poucos minutos podiam contar com apoio aéreo, o qual lhes dava superioridade absoluta, o que deixou de acontecer com aparecimento destes mísseis. (Amado, 2008, p. 341).

O partido tinha capacidade de formar guerrilheiros, na sua maioria jovens, fuzileiros mercenários que fizeram curso completo com tropas de Tacto e Facto de Varsóvia que desafiavam NATO, graças ao apoio do Governo da antiga União Soviética. Assim puseram em ação as suas práticas de guerra nas matas da Guiné (portuguesa), contribuíram com inovação

bélica e de facto conseguiram grandes êxitos para a conquista heroica da liberdade do povo guineense e cabo-verdiano.

PAIGC passou a controlar vias terrestres e colunas de tropas portuguesas não podiam sair do quartel sem cair nas emboscadas. Homens do PAIGC tinham dificuldades para enfrentar forças aéreas portuguesa nos momentos dos seus ataques ao quartel antes da chegada das armas antiaéreo, mas depois que receberam matérias bélicas inclusive mísseis terra, ar (strella) que Amílcar Cabral havia negociado com a URSS, antes da sua morte, a guerra começou a ganhar alguns contornos nada agradáveis para colonialistas portuguesas. Combatente da liberdade da pátria Mamadu Bacari Indjai explica:

Assim ganhamos mais autoridades de atacar quartel dos militares colonialistas português, pois não eram mais dores de cabeça para nós, mas se permanecemos no quartel a aviação daria cabo de nós, então depois de conseguirmos apoio do armamento mísseis terra, ar estrela, ajustamos as nossas forças na terra e no ar e estes dois ajustamentos que impulsionou 25 de Abril em Portugal que deitou fim do regime salazarista. Porque se o avião sobrevoava teria que cair no chão, então, não tinham mais coragem de sair do quartel, resolvemos triplicar os nossos ataques nos quartéis e o avião já não veio de lá, passamos a ocupar seus quartéis depois dos ataques.

Como também explica o Amado (2008, p.340):

No dia 25 de Março de 1973, o PAIGC abateu um avião Fiat G-91 com um míssil terra-ar que o relatório da PIDE-DGS designava por “arma desconhecida, tipo foguete” e que só mais tarde foi identificado, representando assim a entrada em cena dos mísseis Strella e o fim da supremacia aérea das forças portuguesas, alterando significativamente o equilíbrio da luta a favor do PAIGC, que, aliás, tinha já um considerável ascendente em termos de infantaria e artilharia, sobretudo pela eficácia dos seus meios bélicos, o que, de resto, é corroborado pelo marechal Costa Gomes: “(...) sempre defendi que, conforme a guerra decorria, a nossa posição militar ia enfraquecendo, pelas simples razão de o armamento utilizado pelos movimentos de libertação, ligeiro e pesado, ser cada vez melhor do que o nosso. E não apenas em termos de infantaria, mas também em relação aos meios antiaéreos, que começaram a limitar enormemente a ação das nossas tropas, cuja força se apoiava grandemente na aviação, designadamente nos helicópteros, que, além do mais, eram importantíssimos para a evacuação dos feridos (...)”. Mas o abate de um avião não foi uma ação isolada nem fortuita, já que, só de 25 de Março a 1 de Junho, o PAIGC realizou as seguintes ações antiaéreos: um fiat G-91, abatido em 25 de Março, tendo-se o piloto ejetado e sendo posteriormente recuperado; dois aviões T-6 flagelados junto à fronteira da Guiné-Conacri na zona de Guiledje; um helicóptero AL III foi atingido com tiros de metralhadora; um Fiat G-91 foi atingido em 28 de Março, por um míssil, em Madina do Boé, tendo explodido e morrido o piloto – o tenente-coronel piloto aviador Brito. A outra aeronave que com ele fazia equipa foi também atingida, mas o piloto conseguiu escapar.

Em maio do mesmo ano, o aquartelamento de Gadamel foi privado pelos guerrilheiros do PAIGC de quaisquer possíveis abastecimentos durante vários dias, enquanto se multiplicaram as emboscadas nas principais vias de comunicação terrestres de acesso aos aquartelamentos. A 18 de Maio, após minuciosa preparação, o PAIGC lançou uma violenta ofensiva contra aquartelamento de Guiledje, no sul da Guiné, que culminou com o abandono da localidade pelas forças coloniais ali estacionadas, seguindo-se outro ataque ao aquartelamento de Gadamel, onde o Exército português sofreu consideráveis Baixas. (Pereira, 2003, p. 230).

O ataque ao quartel de Guiledje citado no livro de Aristides Pereira, “*O Meu Testemunho*” refere-se o comprimento das operações denominado pelo PAIGC de operação Amílcar Cabral, em que os destacamentos da frente sul chefiada por Nino Vieira resolveram atacar a guarnição de Guiledje causando lhe muita baixa e cortando lhes todas as linhas de comunicação e posteriormente forçar uma retirada e abandono do aquartelamento de Guileje para Gadamel.

A guarnição de Guiledje situa numa zona estratégica no sul da Guiné numa localidade próxima à fronteira com Guiné-Conacri que dificultavam movimentação dos homens do PAIGC naquela zona para abastecimento das outras frentes nomeadamente sul e norte, pois o partido decidiu atacar e dismantelar a guarnição de Guiledje para dar seguimentos aos outros planos no teatro da guerra e controlar de vez os pontos estratégicos dos militares portugueses no sul e norte. Como explica o camarada Manuel dos santos:

A tomada de guiledje foi no mês de maio, como tinham dificuldades de abastecer guiledje, então abasteceram guiledje por seis (6) meses, durante toda época de chuva, portanto todos esses abastecimentos foram deixados lá. Quando nossos homens se apoderaram do quartel, encontraram muitos alimentos embora no primeiro momento tivessem medo de que os alimentos sejam envenenados por militares portugueses no momento da retirada. Depois de deram comidas aos cães e esses não morreram ganharam a confiança de se alimentar.

O Comandante-chefe, em desespero de causa, decidiu nomear o temível coronel Durão, para assumir o comando da região sul, com mandato para recuperar Guiledje. Quando, a 4 de junho de 1973, o aquartelamento de Gadamel, que vinha sendo ininterruptamente atacado com novo armamento desde a segunda quinzena de julho, com baixas significativas, pediu autorização ao Comandante-Chefe, através do comandante da guarnição, para evacuar as suas tropas, alegando como motivo a baixa moral combativa dos seus homens, que não se alimentavam e nem dormiam há dias. Recebeu, todavia, ordens expressas para mobilizar os

seus homens e garantir Gadamel porque tinha efetivos suficientes, não tendo tido, porém, nem tempo, nem possibilidade real de cumprir as ordens porque os soldados, e também os oficiais se puseram em fuga em botes de borracha, tendo sido interceptados pelo general Spínola, que a caminho de Gadamel, sobrevoou os trãnsfugas ordenando-os a regressarem, sob pena de serem afundados. (Amado, 2008, p. 342)

A operação Amílcar Cabral prosseguia com grandes vantagens em atacar, dominar e neutralizar quartéis inimigos, no entanto, fica clara a supremacia das forças armadas do partido no teatro das operações que tinham sido desencadeadas após a morte de Amílcar Cabral. Cautelosamente o partido continuava a ganhar *status* e apoios militares dos países da Europa que levou a entrada de mísseis terra-ar, strela, que mudou definitivamente o rumo da luta armada binacional nas matas da Guiné (portuguesa).

Vale ressaltar que no tocante aos dois ajustamentos feitos pelo PAIGC e sua força armada provocaram rápida reação do general Spínola, em informar o Marcelo Caetano sobre o estado da guerra vigente na Guiné Portuguesa, ainda sobre o que se refere às ações do partido que estão sendo desencadeadas nos terrenos para libertar de vez o território que hoje é conhecido como Guiné-Bissau, porque cada dia que passava o exército português perdia sua supremacia. Segundo Mamadu Bacari Indjai:

Grande estrategista português, António Sebastião de Spínola viajou para Portugal para fazer reportagem a Marcelo Caetano para lhe informar sobre o estado de guerra na Guiné e lhe disseram estamos a lutar com um inimigo que cada dia fica mais forte até nos dentes e para não cairmos na asneira da divisão de Portugal, como aconteceu com Alemanha na segunda guerra mundial AD/AR. Este tipo de divisão que o Spínola queria evitar, para que Portugal não se encontrasse na mesma situação. Porque sabia que, de qualquer maneira, a força de PAIGC era irreversível e que jamais recuará e cresce cada vez mais.

É de suma importância levar em conta a coragem e o espírito revolucionário dos povos africanos em geral e povo guineense em particular na luta para sua autodeterminação perante uma força colonialista que durante cinco séculos implementaram suas forças no continente, promoveram vários tipos de exploração e abusos de poder em quase tudo o território africano.

4.6 Reuniões do Conselho Superior de Guerra e II Congresso do Partido em Boé

No entanto, logo após a morte de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, passou a assumir as funções de primeiro responsável até à próxima convocação do CSL (Conselho Superior de Luta). O Congresso do PAIGC, reunido entre 18 e

23 de março de 1973, e realizado nas áreas libertadas, sob a palavra de ordem “Unidade, Luta e Vigilância”, decidiu dar prosseguimento à ideia de construir Assembleia Nacional Popular, com vista à constituição do Estado da Guiné, formação do executivo e adoção da primeira Constituição. Aliás, para o PAIGC, o período subsequente ao assassinio de Amílcar Cabral foi de profunda atrapalhação, ambiente que só começou a dissipar-se no mês de março, altura em que, no seguimento da palavra de ordem do CSL e no âmbito da “Operação Amílcar Cabral”, se opta pela intensificação de combates em todas as frentes, pelo que PAIGC introduz um novo elemento que vem desequilibrar ainda mais o potencial de combate a seu favor: os mísseis terra-ar com qual abate aviões e helicópteros portugueses. O II Congresso do PAIGC, que devia designar o substituto de Amílcar Cabral, e que estava marcado para dia 30 de abril de 1973, só veio a realizar-se em julho do mesmo ano, já que Aristides Pereira se encontrava ausente em Marrocos, a receber tratamento (Amado, 2003, p. 336).

Vale relembrar que, apesar de terem como certo o sucessor do Amílcar Cabral no cargo de secretário geral do partido, no caso seu secretário-geral adjunto o Camarada Aristides Pereira, havia outros interessados a disputar o cargo devido à divergência que se vigorava no PAIGC, exclusivamente em Conacri. Pois o Partido enfrentava série de problemas de liderança que se entendia como disputa de poder entre líderes, ala cabo-verdiano do PAIGC e ala guineense.

Com tudo o que se passava no seio do partido, a ideia revolucionária do PAIGC continuava sempre em andamento para fazer valer todos os engajamentos diplomáticos, políticos e militares, feito nos conjuntos de desdobramento no processo anticolonial binacional impulsionado por seu líder, Amílcar Cabral, porém, apesar de algumas contradições permanecia na cabeça dos militantes do partido, que a luta não desmoronará por causa do desaparecimento físico do Amílcar Cabral. Segundo Zé Lopes:

Na verdade, existia descontentes em relação a uma serie de assuntos que do ponto de vista de alguns estava errado, sobre assassinato de Cabral era tanta gente envolvida e cada um tentava livrar a sua pessoa e prejudicando outro. Ficou um clima de desconfiança entre camaradas guineenses e cabo-verdianos, mas continuávamos no caminho, para os nossos objetivos militares.

Do outro lado, podemos considerar que entre outras crises que se instauraram na direção de partido não tinham afetado desempenho militar no teatro da operação, aliás essas disputas eram entre elites do partido, pois grande parte da literatura invoca que esses pequenos conflitos se proporcionaram devido à desigualdade vigente no partido entre elites cabo-verdianas e

guineenses. Foi um dos motivos que impulsionaram complô contra Amílcar Cabral, que posteriormente condicionou a sua morte em 1973, em Conacri.

Para Candé Monteiro (2013, p. 191):

Some-se a isso outro aspecto, a existência de combatentes dissidentes, descontentes com a liderança majoritária de cabo-verdianos na administração do partido. Tudo isso deixaria tenso o próprio Amílcar Cabral, que havia recebido inúmeras vezes alertas de planos e conspirações do seu assassinato que, segundo Aristides Pereira, nenhum foi alimentado e por fim desconsiderados. Não obstante, Pereira justifica a atitude incrédula do líder do partido ao afirmar que “em Conacri havia uma verdadeira psicose do complot, de tal maneira que nos tornáramos cépticos a todos os rumores de conspirações”.

Tudo isso foi visível perante convocação de Conselho Superior da Luta (CSL), onde o Luís Cabral e o próprio Aristides Pereira não achavam conveniente que um guineense possa substituir o Amílcar Cabral, por não encontrar uma pessoa preparada politicamente para dar continuidade a todo o processo de libertação binacional. Numa entrevista concedida a um jornalista cabo-verdiano, José Vicente Lopes (2012), Aristides Pereira disse o seguinte: “eu via que dificilmente qualquer um deles iria reunir consenso, sobretudo, da parte dos guineenses.”

Frases que podem aumentar ainda a contradição. Segundo Leopoldo Amado (2008, p.327):

“Após o assassinio de Amílcar Cabral a 20 de janeiro, reuniu-se extraordinariamente o Comité Central do PDG (Partido Democrático da Guiné) no dia 24 fixando a data de 1 de fevereiro para as cerimónias fúnebres, para as quais foram convidadas todos os estadistas africanos e os dirigentes de todos os partidos progressistas e revolucionários de todo o mundo. Adulai Jari ainda assistiu às cerimónias em Conakry, antes de voltar para a Bissau, apresentando seguidamente um relatório à PIDE-DGS a 1 de março de 1973, informando que logo depois das cerimónias fúnebres teve uma reunião com Nino Vieira, Chico Mendes, Umaro Djaló, Osvaldo Vieira, Carlos Correia e Vítor Saúde Maria, reunião essa realizada com a finalidade de apoiar a necessidade de Osvaldo Vieira contactar Rafael Barbosa, a fim de acordar o rumo a dar ao PAIGC, já que esses elementos queriam que fosse eleito um guineense, enquanto Luís Cabral pretendia que Aristides Pereira fosse o sucessor ou ele próprio.”

A camarada Carmem Pereira também reafirmou sobre interesse de uma parte guineense em substituir Amílcar, segundo ela:

[...] tinham muitas pessoas interessadas em ver um guineense na frente secretariando o partido, sim, por exemplo, o Fidélis queria que o Nino fosse escolhido para substituir Cabral inclusive entregou a candidatura de Nino no II congresso do partido em Boé, só que o próprio Nino mostrava pouco interesse em tornar secretário geral do partido.

Havia do outro lado, os colonialistas esperançados em dismantelar todos os esforços do PAIGC, pensando que a morte de Amílcar e divergências internas no partido desmoronavam todas as ações do PAIGC. Fato que não aconteceu muito pelo contrário os militantes do partido empenhavam mais, cada um nas tarefas que lhe foi incumbida, seja no plano nacional ou internacional e nas diferentes vertentes que compõem a luta (diplomática, política e militar).

Apesar de um terço do território libertado, o partido em algumas zonas agia ainda com ações clandestinas, tendo em conta a forte influência das forças militares portuguesas na área. Portanto o PAIGC teria condicionado as suas ações para dar seguimento ao inédito funcionamento da primeira Assembleia Nacional Popular, enquanto que o inimigo (regime colonial português) tentava atacar e reprimir os populares nas zonas consideradas libertadas pelo PAIGC. Como disse o Amílcar Cabral (1977, p.148):

A criação recente, após as eleições gerais por sufrágio universal e secreto, dos Conselhos Regionais e da Primeira Assembleia Nacional do nosso país, é mais uma prova e um facto importante da soberania do nosso povo, e abre novas perspectivas ao desenvolvimento do nosso combate libertador.

Ficaram evidentes os caminhos da vitória binacional do PAIGC, que somavam conquistas inéditas nos últimos anos da luta, é importante levar em conta que esses últimos anos foram sem dúvidas duras e desesperadoras, nos planos militares e no teatro da guerra. Os portugueses pareciam cada vez mais desesperados com a derrota porque a soberania dos dois povos (Guiné e Cabo-Verde) ficava também cada vez mais visível.

4.7 A proclamação da independência unilateral em Boé 1973

No dia 24 de setembro de 1973, os homens do PAIGC proclamaram solenemente o estado da Guiné-Bissau soberano, onde o partido havia reunido a sua primeira Assembleia Nacional Popular em Madina de Boé, região de Gabù, leste da Guiné-Bissau. O partido reuniu todos os membros de conselho regionais, delegados, membros de comitê central e CSL (Conselho Superior de Luta), jornalistas internacionais, diplomatas e representantes de alguns estados africanos já independentes, para testemunhar a grande conquista de movimento da libertação de Guiné e Cabo-Verde a proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau.

No entanto o partido cumpriu com o desejo de Amílcar Cabral e do outro lado fez honrar a sua decisão tomada no II congresso realizado em Boé, que decidia a proclamação da República da Guiné-Bissau, ainda no ano de 1973, tornar-se de uma vez por toda o único e

legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde, criando condições para implementação das estruturas de um estado moderno. Segundo Manuel dos Santos:

Cabral já havia afirmado em finais de anos 60 e reforçou na mensagem do final do ano, no dia 31 de dezembro de 1972, que a situação na Guiné-Bissau era de um país independente, mas que tinha parte do seu território ainda ocupada por tropas invasoras. Isso se justifica pelo fato que nas regiões libertadas tinham todos os atributos de um estado: tínhamos serviço de educação, saúde e justiça”.

Na mesma linha, reproduzindo palavras de Amílcar Cabral, Leopoldo Amado disse:

Nós somos soberanos no interior do nosso país, mas não temos personalidade jurídica no plano internacional. Com efeito, como os observadores puderam constatar, a nossa situação é de um Estado independente em que uma parcela do território nacional, nomeadamente os centros urbanos, está ocupada militarmente por uma potência estrangeira, que pratica a repressão policial sobre a população que ainda controla e comete quotidianamente agressões armadas contra as regiões libertadas (AMADO, 2008, p.337).

A proclamação do Estado da Guiné-Bissau, apesar de por si ser um ato histórico de indiscutível valor, com o reconhecimento generalizado da originalidade das ideias de Cabral que a subjazem, não é senão a antecâmara de um processo encadeado harmoniosamente nas suas diferentes fases. Não tinha havido até então nenhum movimento de libertação que assim tivesse procedido, pelo que a singularidade de que se revestiu o ato de proclamar o Estado em condições de guerra e antes da libertação total do território acabou por ter implicações consideráveis no ordenamento jurídico internacional pelas transformações que isso implicou. O Estado da Guiné-Bissau colocou no plano internacional problema como o do estatuto a atribuir aos combatentes nacionalistas, «a personalidade jurídica dos movimentos da libertação - e as regras aplicadas nos territórios libertados e administrados por esses movimentos enquanto entidades estaduais». (Pereira, 2003, p. 207).

As decisões da proclamação da independência da Guiné constituem, entre outros, os objetivos anunciados na reunião de Conselho Superior da Luta (CSL), em agosto de 1971, que era necessário o cumprimento da primeira missão que compete a Assembleia Nacional Popular (ANP), de proclamar o Estado, criar Executivo para esse Estado e, por último, à promulgação da lei fundamental, a da primeira Constituição da República.

No que concerne aos cumprimentos de programa do PAIGC para luta de libertação, o programa mínimo que visava independência imediata e total, conquista do poder na Guiné e Cabo-verde por seus povos respetivamente, isto é, a soberania nacional e internacional dos dois povos unidos pelo esforço de jugo colonial na África em geral e em Guiné e Cabo-verde em

particular. Tornar africanos o único, verdadeiro e legítimo representantes do povo. Tudo isso foi cumprido na íntegra e culminou com o exercício da primeira assembleia popular. Segundo Carmem Pereira:

A prioridade do partido estava centralizada no cumprimento do programa mínimo, pois era necessário tirar tugas no nosso território para depois aplicar o modelo moderno de sociedade que Amílcar propunha e criar condições para o funcionamento do nosso aparelho de estado, garantindo educação, saúde e justiça.

A determinação do partido em cumprir o programa mínimo é também explicada por Mamadu Bacari Indjai:

Desde que tomamos conhecimento da existência do partido que nos dariam condições morais e materiais para combater os colonialistas estavam todos determinados em cumprir o programa mínimo, pois queríamos expulsar tugas do nosso território, custa o que custar, porque sentíamos na pele que eram os nossos inimigos.

Como se pode notar claramente, que a proclamação do estado da Guiné-Bissau deixa evidências claras das derrotas dos colonialistas em quase toda frente da heroica luta de libertação binacional nas matas da Guiné, possibilitando ao povo Bissau-guineense concretizar o sonho de tornar dono do seu próprio destino como Amílcar Cabral vinha anunciando nas matas da Guiné durante anos da luta.

Logo após 25 de Abril, Mário Soares, na qualidade de secretário-geral do partido socialista, encontra-se em Dakar com Aristides, Secretário Geral do PAIGC, numa altura em que já era ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Na altura, Mário Soares tinha particular interesse na obtenção de um acordo de cessar-fogo, mas Aristides Pereira foi sensato ao propor uma espécie de tréguas, uma vez que um cessar-fogo somente poderia ser encarado como resultado de uma ampla negociação que equacionasse inúmeros outros aspectos de particular importância para o PAIGC. Assim, Mário Soares e Aristides Pereira convieram na necessidade de um novo encontro negocial, marcado para 25 de maio. Após esse encontro, muitas unidades de combate do PAIGC aperceberam-se de que os soldados já não queriam combater. Por exemplo, o comando da guarnição do Exército Português estacionado em Gadamel, na altura o principal alvo das forças do PAIGC, expressou inequivocamente a vontade de não continuar com a guerra. Com o comandante Úmaro Djaló na chefia e a um nível muito restrito do comando da frente, o PAIGC decidiu responder favoravelmente a essa iniciativa que se multiplicou um pouco por todas as frentes, ao mesmo tempo em que a direção do Partido procurava não negligenciar a busca de eventuais entendimentos entre as forças em confronto

no terreno, enquanto decorriam também diversas iniciativas políticas e diplomáticas na sequência das primeiras declarações públicas do MFA. (Amado, 2008, p. 35).

O PAIGC considerava Guiné independente com uma parte do seu território ocupado por inimigo, portanto, não encontrava em condições de desespero para aceitar qualquer proposta do governo Português. O partido por seu turno deixou clara ao presidente da junta de salvação nacional de Portugal e sua delegação negocial em Dakar, na pessoa do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, sobre a sua posição. Para aceitar cessar-fogo era preciso uma ampla negociação certamente foi motivo de agendar para Inglaterra a primeira ronda negocial.

O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e direito do povo de Cabo-Verde à autodeterminação e independência continuava proposta defendida por Delegação do Partido na discussão negocial em Inglaterra, que continua sem consenso tendo em conta a intenção do General Spínola em condicionar propostas do PAIGC, ainda sob ameaça de continuar a guerra, a delegação do PAIGC teria recusado qualquer tentativa de Spínola de associar outros movimentos no processo de reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde, salientando que o PAIGC é o único e legítimo representante dos dois povos.

Sob a pressão do PAIGC e militares portugueses que se encontrava ainda na Guiné, o governo português continuava a impossibilitar o consenso na primeira ronda negocial em Inglaterra. Entre os pontos discutidos Portugal optava por um imediato cessar-fogo que o PAIGC, por seu turno, condicionava com as suas exigências que previa o reconhecimento da independência da Guiné e autodeterminação do povo de Cabo-Verde. As pressões continuavam vindas de todo lado para o Governo Português, mas o general Spínola insistia em reconhecer a República da Guiné-Bissau num congresso do povo envolvendo outras formações políticas guineenses o que foi recusado categoricamente, pela delegação do PAIGC. Só conseguiram chegar a um acordo que beneficiou ambas as partes nas negociações levado a cabo em Argel, que na primeira secção não foi nada boa. Em 09 de Agosto a delegação de Portugal decidiu aceitar a proposta do PAIGC, e Portugal reconheceu a República da Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974.

A formação do estado novo reacendeu a contradição entre guineenses e cabo-verdianos discutido no II congresso sobre quem podia substituir Amílcar Cabral por incrível que parece falta de visão política de colocar um cabo-verdiano na frente dos guineenses, pois Luís Cabral não era reconhecido como guineense, não era figura do consenso por parte de maioria dos

guineenses, mas por suas ambições fez passar na cabeça de alguns líderes do partido, por parte dos guineenses e alguns cabo-verdianos, que só ele e Aristides Pereira podiam assumir a presidência dos dois países por serem eles que participaram na fundação do partido. Como explica Aristides Pereira numa entrevista com José Vicente Lopes (2012):

“(...) O Luís soube da posição que ia ser levada de Cabo-Verde, isto é, eu ficar SG do partido, o Pires o PR de Cabo-Verde, e depois se iria ver quem seria o primeiro-ministro e tudo o resto”. No entanto, o Luís não aceitava isso, sem eu saber. Ele nunca me disse abertamente, que era contra. Às tantas, quando a decisão estava à beira de ser tomada, eu recebi mensagem dele por interposta pessoa. (...)

«Deves lembrar-te, vocês é que são os fundadores do partido, ele está como presidente da Guiné e se o Pires aparece como presidente de Cabo-Verde, automaticamente, o Luís torna-se colega do Pires”. Isso não é razoável. Pelo contrário, o Luís acha que tu é que deves ser o primeiro presidente de Cabo-Verde. »

(...) houve mais gente que me veio falar... não, não foi o Nino... O Chico Té ...

Sim, ele (o Chico Té) foi um dos que foi falar comigo. «Camarada Aristides, veja bem...”. Vocês são os fundadores que estão aí. Está também o Abílio, mas ele sabe qual é a situação dele neste momento. De maneira que a única solução é você aceitar que fique como presidente de Cabo-Verde e isso não lhe impede de ser o secretário-geral. »

E eu, também levado por certa relutância em, sendo cabo-verdiano, parecer que não queria protagonismo em Cabo-Verde, preferindo em vez de isso ficar na Guiné, país na altura com muito mais peso internacional que Cabo-Verde, possivelmente, tomei esta posição: « Vou deixar isso andar. Vamos ao CSL[ii], vem o projeto e decide-se pelo melhor ». Mas é claro, no CSL havia uma esmagadora maioria de guineenses, que foram todos mobilizados pelo Luís. E o resultado só podia ser o que foi.

Para mim o melhor era não estar nem numa coisa nem noutra. Ou seja, nem SG nem PR. Só que aparece a questão e eu acabei por ter que mudar de ideia. ”

Tendo o Luís Cabral como Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, proliferou ainda mais as crises internos do partido, que acabou por desmoralizar os objetivos do partido que era mais do que independência imediata dos povos da Guiné e Cabo-verde, era também preciso a sustentabilidade da integração binacional defendida por Amílcar Cabral o que acabou por não acontecer e posteriormente Guiné e Cabo-Verde acabou por entrar numa ruptura após golpe de estado de 1980 liderado por João Bernardo Vieira (Nino), conhecido como movimento reajustador que visava defender interesses do povo da Guiné-Bissau.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta dissertação do Mestrado permitiu-nos entender o motivo que norteou a criação da resistência armada para independência da Guiné-Bissau, baseando nos abusos de poder e de exploração de “Homem pelo Homem” estabelecido há séculos no continente africano, o que despertou grande inquietação dos movimentos nacionalistas dos anos 50. Na Guiné-Bissau surgiram várias entidades ou movimentos com essas características, mas neste trabalho decidimos dar mais ênfase aos dois movimentos nacionalistas que são: MLG e PAI. Com o intuito de mudar a ordem vigente esses dois (2), movimentos mobilizaram os trabalhadores para negociarem, ou seja, reivindicarem os seus direitos trabalhistas que estavam sendo negados pelo regime colonial português. Como o regime colonial era violento, várias reivindicações foram reprimidas, inclusive o mais marcante ou perverso “massacre de pindjiguiti” que ocorreu no dia 03 de agosto de 1959 em Bissau.

Neste ensejo, pegamos o massacre de Pindjiguiti como marco inicial que impulsionou a luta armada contra os colonialistas portugueses, através da criação de forças guerrilheiras capazes de enfrentar o regime português e a sua força militar para inverter a ordem imposta na Guiné dita portuguesa. Paralelamente foram criadas várias frentes de luta, isto é, frente Leste, Norte e Sul.

Através das referências que utilizamos nesse trabalho, verificamos que a unidade Binacional liderado por Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, que souberam arquitetar a revolta nacionalista dos Bissau-guineenses e cabo-verdianos sob proposta de combater o inimigo comum, através do processo da mobilização, seguido de ações armada através das emboscadas nas estradas com poucos materiais bélicos, maioria deles com materiais tradicionais. Esses guerrilheiros costumavam sabotar ou cortar as pontes que facilitavam a locomoção dos portugueses e, ao mesmo tempo, cortavam ou danificavam os seus meios de comunicação. Tudo isso facilitava o ataque massivo contra os colonialistas. Com esses ataques, eles apropriavam-se das armas que posteriormente seriam usadas para fortificar as suas bases. Dessa forma, esses guerrilheiros sempre tiveram êxitos nos seus ataques, pois usavam diferentes métodos e formas de atacar o inimigo. E esses ataques aconteciam em todas as frentes que compõem a luta.

As perguntas com nossos entrevistados nos revelaram diversos aspectos importantes para a compreensão sobre a importância da unidade nacional e binacional na luta armada, possibilitou-nos a entender como os camaradas do PAIGC reagiram à morte de Amílcar Cabral e, também, constatamos que os guerrilheiros, através da direção do partido que estava sendo presidido pelo camarada Aristides Pereira, reagiram com uma operação militar denominado

“operação Amílcar Cabral” na qual prosseguiram com diferentes ataques e tomadas de grandes quartelamentos dos colonialistas portugueses que de fato resultaram na conquista heroica dos direitos dos povos africanos na Guiné.

Com todos esses aspectos elencados concluímos que a capacidade de articulação e de mobilizações nos primeiros momentos da resistência contra colonialistas portugueses, sustentado com base na unidade entre MLG e PAI, com seus líderes Rafael Barbosa e Amílcar Cabral, respectivamente, possibilitou posteriormente a criação do PAIGC. Todos esses acontecimentos serviram como a base para grande resistência militar e nas outras vertentes que compõem a luta como: política e diplomática.

Em linhas gerais, a credibilidade internacional de Amílcar Cabral e suas denúncias aos organismos internacionais sobre ações fascistas do regime colonial português na Guiné, teve impactos positivos, resultante de diversas cooperações com países socialistas que tiveram grande importância na luta do PAIGC, porque forneceram diversos equipamentos militares, formações em diversas áreas. Nesse sentido, a via armada deu resultado grandioso ao PAIGC, isto é, a vitória. A vitória, a liberdade e a autodeterminação do povo, a soberania nacional, ou seja, a liberdade de construirmos o nosso próprio destino e tornar o PAIGC o único e legítimo representante do Povo da Guiné e Cabo-Verde, como dizia Amílcar Cabral.

REFERÊNCIAS

ABADIA, Danúbia Mendes et al. As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974). 2018.

BORGES, Sónia Vaz. Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde. 2008. Tese de Doutorado.

Cabral, Amílcar. A Luta Criou Raízes Intervenções, Entrevistas, Reflexões, Artigos 1964 – 1973, Fundação Amílcar Cabral, praia 2018.

CABRAL, Amílcar. A prática revolucionária. In: ANDRADE, Mário de (Org.). Obras escolhidas de Amílcar Cabral - Unidade e luta II. Vol. II. Seara Nova: Comitê Executivo de Luta do PAIGC, 1977.

CABRAL, Amílcar. A prática revolucionária. In: ANDRADE, Mário de (Org.). Obras escolhidas de Amílcar Cabral - Unidade e luta II. Vol. II. Seara Nova: Comitê Executivo de Luta do PAIGC, 1977.

CABRAL, Amílcar. Nacionalismo e Cultura, ed. Xosé Lois Garcia, 1999.

CABRAL, Amílcar. Pensar para melhor agir: as intervenções de Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do PAIGC de 19 a 24 de novembro de 1969. Fundação Amílcar Cabral, 2014.

Campos, Américo. História da Cidade de Bissau até 1915. Rebordosa. 2013.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. GUINÉ-BISSAU: Da luta Armada à Construção do Estado Nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) (criada. 2013. Tese (doutorado) – POSAFRO, UFBA, Salvador.

CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde. 2014.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos e misto; tradução Magda Lopes, 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, Luciana Bastos. Amílcar Cabral e o Marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973). 2020. Tese de Doutorado.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell; CABRAL, Amílcar. A palavra falada e a palavra vivida. 197 f. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAMA, Tedse Silva Soares. Os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa 1963-1973. 2022.

NAMONE, Dabana. A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS O CASO DE GUINÉ-BISSAU. Sociologias Plurais, v. 1, n. 2, 2013.

NANGURÃ, Albino Undiga. Estudo de caso: perspectiva histórica das campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné. 2014. Tese de Doutorado.

NDJAI, Tchernó. O Pensamento Político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em momentos decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1969). 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Nóbrega, Álvaro. A luta pelo poder na Guiné-Bissau, Lisbonne, Universidade técnica de Lisboa, Instituto superior de ciências sociais e políticas, 2003.

PAIGC. Unidade e Luta. Nº 02 Lisboa 1974. Publicações Aurora.

PÉLISSIER, René; DE SOUSA, Franco. História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936). 1989.

PEREIRA, Aristides. Guiné-Bissau, Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países. Lisboa: Editoriais Notícias, 2003.

REIS, Ana Lúcia da Silva. Escolas-piloto do PAIGC. 2020. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, Auro de Jesus, 1996. Metodologia científica. São Paulo: Averccamp, 2006: il.

SANTOS, Aurora Almada, A organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa. 1960-1974. Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017.

SILVA, Idrissa da et al. **As Leis Portuguesas sobre o Trabalho Indígena nas Colônias Africanas: um Estudo sobre o Estatuto Político do Indígena na Guiné Portuguesa (1946-1963)**. 2022. Dissertação de Mestrado.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernando Peixoto. Estrutura do projeto de pesquisa. Im: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Brasil – UAB/UFR

SOUSA, Julião Soares. Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde: 1924-1973. 2008. Tese de Doutorado.

TOMÁS, António. O fazedor de utopias. Tinta da China, 2008.

VILLEN, Patrícia. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição. Expressão Popular, 2013.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. *Análise Social*, v. 19, n. 77/79, p. 1131-1155, 1983.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski. Imperialismo e libertação nacional nas primeiras leituras da revolução em Guiné e Cabo Verde (1960-1974). 2018.

Sites acessados

Deutsche Welle - DW. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/carmen-pereira-e-a-guerra-das-mulheres-na-guin%C3%A9-bissau/a-17656419>. Acessado em: dezembro, 2022 às 12:16

O Democrata – Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=3344>. Acessado em: dezembro, 2022 às 12:45.